U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Mestrado em Comunicação e Gestão em Indústrias Criativas

Comunicação Política

AS AUTARCAS PORTUGUESAS NA IMPRENSA: ANÁLISE À PROJEÇÃO MEDIÁTICA DE MULHERES DETENTORAS DE CARGO POLÍTICO

Amália Cunha Afonso

M

2019

Amália Cunha Afonso

As Autarcas Portuguesas na Imprensa: Análise à Projeção Mediática de Mulheres Detentoras de Cargo Político

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Comunicação e Gestão em Indústrias Criativas

Trabalho orientado pelo Professor Doutor Vasco Moreira Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Junho de 2019

As Autarcas Portuguesas na Imprensa: Análise à Projeção Mediática de Mulheres Detentoras de Cargo Político

Amália Rafaela Cunha Afonso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Comunicação e Gestão em Indústrias Criativas orientada pelo Professor Doutor Vasco Moreira Ribeiro

Membros do Júri

Professor Doutor Paulo Faustino

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor António Machuco

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Vasco Ribeiro

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 17

À minha mãe. O laço. No céu e na terra.

Ao João Paulo. Pelas aprendizagens enormes que este pequeno me dá.

Ao meu pai, o pilar da minha vida. À minha 'mãeasta', o colo de amor.

Ao futuro. À mudança.

Visíveis e com poder, as mulheres terão nas suas mãos as ferramentas para moldar as tão necessárias mudanças civilizacionais.

Maria de Lourdes Pintasilgo

ÍNDICE

Declaração de honra ……...10

Agradecimentos ……..11

Resumo ……...13

Abstract ……...14

Índice de tabelas ……..15

Lista de abreviaturas e siglas ……..…….16

Introdução ……...17

Capítulo I Enquadramento Teórico ……19

1. A presença feminina na política em Portugal……...….22

2. A paridade política – A Lei que (re)considerou a participação da mulher no espaço político…….25

3. As mulheres nas presidências autárquicas ……..……27

Capítulo II Estudo de Caso: As Autarcas Portuguesas na Imprensa Nacional ……30

1. Objetivo da investigação ……31

2. Grandes questões ……..……..32

3. Objeto de Estudo …….....32

3.1. Mulheres autarcas …….…….....33

3.1.1. Compreensão e comparação com os homens autarcas……..……..…..35

3.2. Produto jornalístico ……...35

1 – *Jornal de Notícias* ……..36

2 – Jornal *Público* ……36

4. Metodologia ……37

4.1 Análise qualitativa e quantitativa ……..….37

4.2 Entrevistas de elite semi-estruturadas……...….....39

4.2.1 Notas sobre o trabalho de campo …….……40

Capítulo III Resultados da representação das mulheres autarcas na imprensa ……..41

1. Resultados da análise qualitativa e quantitativa ……..……42

2. Resultados da análise ao *Jornal de Notícias* …….....….……..43

3. Resultados da análise ao jornal *O Público* ……..……..……..……46

4. Entrevistas …….……..49

4.1 – Como é que consegue gerir o cargo político que exerce com o lado privado, o seio familiar?.....50

4.2 – Acha que a surpresa que houve com a sua eleição como presidente de câmara desta autarquia se deveu, também, ao facto de ser uma mulher a conceber este feito? (pergunta direcionada apenas para as presidentes de câmara)…….....51

4.3 - Com certeza tem ideia que em Portugal são apenas 32 as presidentes de câmara, num total de 308 presidentes eleitos. Considera ser um nº reduzido? …52

4.4 – São pouco mais de quarenta anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca à paridade política no país? ……..54

4.5 – Quais acha que são os obstáculos que a mulher tem na política que não tem o homem? …….……...…56

4.6 – Na questão dos media, até que ponto existe paridade na abordagem da imprensa relativamente às mulheres autarcas? ……57

4.7 – Falemos das vantagens, se considerar que existem, em exercer este cargo político na autarquia como mulher. …….59

4.3. Notas sobre o trabalho de campo ……..61

Considerações Finais ……...63

Referências Bibliográficas ……..68

Apêndices ……72

Apêndice 1 – Guião de entrevista semi - estruturada a presidente de Câmara Municipal

Apêndice 2 – Guião de entrevista semi - estruturada a presidente da Junta de Freguesia

Apêndice 3 - Guião de entrevista semi – estruturada a vereadora de Câmara Municipal

Apêndice 4 – Entrevista a Inês de Medeiros

Apêndice 5 – Entrevista a Júlia Rodrigues

Apêndice 6 – Entrevista a Luísa Salgueiro

Apêndice 7 – Entrevista a Catarina Araújo

Apêndice 8 – Entrevista a Maria José Gamboa

Apêndice 9 – Entrevista a Fernanda Morais

Apêndice 10 - Tabela 1 Análise jornal Público, outubro 2017

Apêndice 11 – Tabela 2 Análise jornal Público, novembro 2017

Apêndice 12 - Tabela 3 Análise jornal Público, dezembro 2017

Apêndice 13 – Tabela 4 Análise jornal Público, janeiro 2018

Apêndice 14 - Tabela 5 Análise jornal Público, fevereiro 2018

Apêndice 15 - Tabela 6 Análise jornal Público, março 2018

Apêndice 16 - Tabela 7 Análise jornal Público, abril 2018

Apêndice 17 – Tabela 8 Análise JN, outubro 2017

Apêndice 18 - Tabela 9 Análise JN, novembro 2017

Apêndice 19 - Tabela 10 Análise JN, dezembro 2017

Apêndice 20 - Tabela 11 Análise JN, janeiro 2018

Apêndice 21 – Tabela 12 Análise JN, fevereiro 2018

Apêndice 22 – Tabela 13 Análise JN, março 2018

Apêndice 23 - Tabela 14 Análise JN, abril 2018

Apêndice 24 – Tabela 15 “As 32 presidentes eleitas em 2017”

Declaração de Honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, junho de 2019

Amália Cunha Afonso

Agradecimentos

Agradeço aos meus. Ao meu Pai e à minha 'mãeasta' Bela, por nunca me deixarem. Por apoiarem em tudo. Ao meu irmão, a minha luz. Às minhas irmãs, Bruna e Ana Veloso. À avó Aurorinha. A toda a minha família. À 'Cachimbada'.

À minha Mãe, o meu eterno laço. Amada. Brilha lá em cima, em forma de lua.

À Carolina Cadavez, a força incondicional. A irmã de coração e alma gémea.

Os amigos são a família que nós escolhemos e, por isso, deixar um enorme agradecimento a essa família que escolhi tão bem. Que me acompanham sempre. A elas e a eles. Todos.

Este obrigada é de anos e para sempre, às minhas melhores amigas e irmãs de coração, Ana Filipa Costa, Telma Vaz, Diana Rodrigues, Andreia Sofia, Catarina Afonso.

À Joana Alves. Bruna Monteiro. Elisabete Ribeiro, pela paciência e ajuda. Ricardo Anes. Luís Pires. Vilaça. Filipa Barreira. Beatriz Coutinho. Diana Pi. Cláudia M. Sara Santos.

À minha professora Ana Rocha, impulsionadora no meu caminho de investigação.

Agradecer aos meus professores do mestrado pela ajuda e conhecimento. À FLUP. À Laura, a transmontana da biblioteca. À Marta Antunes e Daniel Pinto, colegas de curso e amigos acima de tudo. Á Alexandra, dos Serviços Administrativos.

Agradecer ao JPN do Polo de Comunicação, em especial à Filipa, que se disponibilizou para ajudar na análise e consulta do produto jornalístico. Também à Biblioteca Municipal do Porto, pela disponibilidade da consulta de jornais.

Um agradecimento, cheio de honra e privilégio, às mulheres autarcas que entrevistei. Presidentes de Câmara - Inês de Medeiros, Luísa Salgueiro, Júlia Rodrigues. Presidente de Junta de Freguesia, Maria José Gamboa. E Vereadoras, Catarina Araújo e Fernanda Morais. Mulheres de pulso firme, dignas de mérito, de sabedoria.

Por último, e não menos importante, antes pelo contrário, um vultoso OBRIGADA ao meu professor e orientador, pela paciência, pela sabedoria e partilha. A pessoa que me fez aprimorar a paixão pela Comunicação Política, Professor Doutor Vasco Ribeiro.

Obrigada a todos. Por tudo que é tanto.

Resumo

A mulher continua a permanecer na sombra no espectro político. É indubitável que o acesso à política é um caminho ainda difícil para elas, principalmente no poder local. Os dados comprovam e elas assim o afirmam, tal como se poderá verificar ao longo deste trabalho.

Esta dissertação tem com objetivos (1) perceber como a mulher, detentora de cargo político, exerce as suas funções; (2) como é referida na imprensa nacional, mais concretamente no *Jornal de Notícias* (JN) e no jornal *Público*.

Numa fase inicial da dissertação, contextualizamos o caminho da mulher na política do país, desde que foi implementada a democracia até agora. Complementamos com uma análise exploratória às últimas Autárquicas de 2017, pois é um dos pontos de partida da problemática deste trabalho, assim como o exercício da mulher autarca no poder local.

Na fase central tem lugar o *Estudo de Caso*: "As mulheres detentoras de cargos políticos na imprensa nacional", onde analisámos os objetos de investigação para encontrar as respostas das problematizações levantadas sobre a temática exposta. Por último, descrevemos a *Metodologia* que orientou todo este processo de investigação, (1) entrevistas de elite semi-estruturadas realizadas a seis autarcas: Inês de Medeiros (presidente da câmara municipal de Almada), Júlia Rodrigues (presidente da câmara municipal de Mirandela), Luísa Salgueiro (presidente da câmara municipal de Matosinhos), Maria Gamboa (presidente da junta de freguesia de Canidelo), Catarina Araújo (vereadora da câmara municipal do Porto) e Fernanda Morais (vereadora da câmara municipal de Bragança); (2) uma análise quantitativa e qualitativa do conteúdo jornalístico ao *JN* e *Público*, no período de sete meses publicados (outubro de 2017 a abril de 2018).

Deste modo, pretendemos um trabalho coeso, com uma completa revisão de literatura. E, complementando as entrevistas com a análise do conteúdo jornalístico, compreenderemos de que forma as mulheres autarcas encaram o seu cargo político, como o exercem, os obstáculos que encontram e como a imprensa as encara e as menciona.

Palavras – Chave: Comunicação Política; Jornalismo; Mulheres Autarcas; Paridade

Abstract

The woman continues to remain in the shadow on the political spectrum. There is no doubt that access to politics is a difficult path for them, especially in local government. The data confirm and they affirm this, as it can be verified throughout this work.

The purpose of this dissertation is to (1) understand how the woman holds political office, (2) as it is mentioned in the national press, more specifically, in *Jornal de Noticias* and *Público*.

In first step, we contextualize the path of women in politics, since democracy was implemented, so far in the country. We complement with an analysis to the last Municipalities of 2017, since it is one of the starting points of the problematic of this work, as well as the exercise of the female mayor in local power.

In the central phase, the Case Study: "Women holding political positions in the National Press", analyzing the objects and objectives of research, such as the Big Questions of the same. It is at this stage that we detail all the steps that have been taken to arrive at the answers of the problematizations raised on the exposed theme. Finally, we describe the Methodology that guided this entire research process, (1) elite interviews conducted to the six councilors, Inês de Medeiros (mayor of Almada), Júlia Rodrigues (mayor of Mirandela), Luísa Salgueiro (mayor of Matosinhos), Maria Gamboa, Catarina Araújo and Fernanda Morais. All of them participatory in the local politics of the moment and (2) quantitative and qualitative analysis to the JN and the Public.

In this way, we intend a cohesive work, with a complete literature review. And by complementing interviews with the analysis of press content, we will understand how women view their political office, how they exercise it, the challenges they encounter, and how the press views them and mentions them.

Keywords: Political Communication; Journalism; Women-led councils; Parity.

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise ao Jornal Público, outubro 2017

Tabela 2 – Análise ao Jornal Público, novembro 2017

Tabela 3 – Análise ao Jornal Público, dezembro 2017

Tabela 4 - Análise ao Jornal Público, janeiro 2018

Tabela 5 – Análise ao Jornal Público, fevereiro 2018

Tabela 6 - Análise ao Jornal Público, março 2018

Tabela 7 - Análise ao Jornal Público, abril 2018

Tabela 8 - Análise ao JN, outubro 2017

Tabela 9 - Análise ao JN, novembro 2017

Tabela 10 - Análise ao JN, dezembro 2017

Tabela 11 - Análise ao JN, janeiro 2018

Tabela 12 - Análise ao JN, fevereiro 2018

Tabela 13 - Análise ao JN, março 2018

Tabela 14 - Análise ao JN, abril 2018

Tabela 15 - Tabela de Presidentes de Câmara Eleitas em 2017

Tabela 16 - Exemplo da Tabela de Análise dos Jornais

Lista de abreviaturas e siglas

AR – Assembleia da República

CM – Câmara Municipal

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

JF – Junta de Freguesia

JN – Jornal de Notícias

PS – Partido Socialista

PE – Parlamento Europeu

Introdução

O político deve ter: paixão pela sua causa; ética na sua responsabilidade; mesura nas suas atuações.

Max Weber

A mulher ainda se encontra à margem no espaço público e político, essencialmente no meio autárquico. Mesmo com pouco mais de 40 anos democráticos, a sub-representação da mulher na política ainda é uma questão a ser debatida e estudada. Nesta perspetiva assume relevo a reflexão sobre o papel das mulheres e a sua contribuição, enquanto políticas, para o objetivo da mudança, particularmente através do acesso e participação na vida política.

Desta forma, pretende-se compreender o papel da mulher na esfera política porque na realidade, os direitos de cidadania política das mulheres não assegurou a sua participação na vida política (Santos, 2010). No seguimento desta ideia, compreendemos que a estrutura deste trabalho de investigação estará completa através de quatro capítulos planificados em que, primeiramente, contextualizamos a situação da mulher na política em Portugal e, por seguinte, apresentamos o nosso estudo de caso, a metodologia do trabalho e, por fim, os resultados obtidos.

O presente estudo comporta no **Capítulo I** o enquadramento teórico do tema que abrangerá a contextualização da presença feminina na política em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje. De seguida, especificamos como é que a Lei da Paridade permitiu espaço à mulher na política, sendo que se encontra há pouco mais de dez anos em vigor na legislação. E no último ponto, a contextualização das mulheres na presidência autárquica, sendo que é um espaço que abona pouco da presença feminina. Comporta as referências literárias de relevância que discorreram sobre o tema até agora.

No **Capítulo II**, procedemos ao *Estudo de Caso* propriamente dito. Esquematicamente damos conta do objetivo da investigação que será, numa primeira instância, perceber como a mulher, detentora de cargo político, exerce as suas funções. Por seguinte,

tentaremos conferir se existe paridade na imprensa relativamente à mulher autarca e por último e descrever o exercício da mulher na autarquia. Consequentemente identificamos os objetos de investigação que são a) as mulheres autarcas em comparação com os homens autarcas; b) o *JN* e *Público*.

Posto isto, consoante os pressupostos metodológicos, identificamos e explicamos a metodologia utilizada ao longo deste trabalho, que passa por duas fases, (1) uma análise quantitativa e qualitativa ao conteúdo jornalístico, criando tabelas para esquematizar todos os dados obtidos e (2) entrevistas de elite semi-estruturadas a seis autarcas portuguesas. Pretendemos assim, uma complementaridade na realização das duas análises com a realização das entrevistas, de forma a obter um cruzamento de dados que nos permitam atingir os objetivos a que nos propomos.

Por fim, no **Capítulo III** serão apresentados os resultados da investigação empírica efetuada ao longo dos últimos meses. É nesta instância que serão expostos todos os resultados obtidos. Primeiramente, o resultado da análise ao Jornal de Notícias e por seguinte, ao jornal Público, num período de sete meses (outubro de 2017 a abril de 2018). Consequentemente, o resultado das entrevistas às três presidentes de câmara (a de Almada, Inês de Medeiros, a de Matosinhos, Luísa Salgueiro e a de Mirandela, Júlia Rodrigues); às duas vereadoras (uma da Câmara Municipal do Porto, Catarina Araújo e outra de Bragança, Fernanda Morais); e a uma presidente da Junta de Freguesia (neste caso à de Canidelo, Mª José Gamboa). Expondo as perguntas que foram feitas, através do guião desenvolvido e outras que acabaram por surgir como é permitida pela metodologia, comparamos e cruzamos as respostas dadas pelas mulheres políticas.

Norteando todas essas temáticas tentámos desenvolver um trabalho científico que respeite os critérios que Goldenberg (2004) entende como essenciais: a) "coerência: premissas não-conflituantes", b) "a consistência", c) "originalidade: representando real contribuição para o conhecimento científico" e d) "objetivação: conter a subjetividade nos limites da suposta objetividade". (Goldenberg, 2004: 104).

Capítulo I

Enquadramento teórico

Change is the law of life. And those who look only to the past or present are certain to miss the future.

John F. Kennedy

Há menos de 50 anos, Portugal, era um país que se vergava num regime político autocrático, autoritário e ditatorial, em que a exaltação do líder, António de Oliveira Salazar, permitia as tomadas de decisão em absoluto. Caía por terra a liberdade de expressão, para dar lugar à censura e à repressão.

O lugar das mulheres não passava, de todo, pela tomada de decisão ou pela liderança, mas sim, unicamente, pelo papel de cuidadoras do lar e da família. Não tinham lugar nas relações de poder, circunscreviam-se à submissão e, não raros os casos, o limitavam o acesso livre à educação.

Como refere Maria João Monteiro (2007) relativamente à posição das mulheres no regime ditador,

> A educação, as profissões, as atividades de tempos livres, as funções atribuídas a raparigas e rapazes, os costumes, as ideias e os objetos de interesse tudo estava delineada no sentido de que o lugar da mulher era o lar, a sua função é procriar e educar saudavelmente os filhos, poupar e zelar pela unidade da família e manter obediência ao homem, visto como trabalhador fora de casa e cuja obrigação máxima era o sustento do lar. (Monteiro, 2007: 21)

Desta forma, o século XX é marcado por esta dura carência de Direitos Humanos e, consequentemente, pela limitação e proibição a nível económico, social, cultural e político da participação da mulher.

O processo de emancipação das mulheres foi extremamente lento, numa sociedade marcadamente patriarcal. Na Constituição de 1933, o direito de voto nas eleições nacionais só foi atribuído a mulheres com o ensino secundário ou superior. Em 1968, nas eleições municipais, ainda votavam apenas os chefes de família, a figura legal que só seria extinta uma década mais tarde. Foi apenas com a Revolução de 1974 e a sequente Constituição de 1976 que o direito de voto se estendeu a todos os cidadãos portugueses, em igualdade. É quase no final desse mesmo século, com a Revolução de 25 de Abril de

1974, que a democracia tem lugar no nosso país e que se "reconhece que a exclusão das mulheres da política revela um caráter profundamente antidemocrático" (Cabrera, 2016: 27).

É neste segmento que (re)nasce um caminho para a afirmação das mulheres a vários níveis, quer seja social, económico, cultural, como político. Como se pode constatar, a taxa de atividade quase triplicou entre 1960 e 1991, o que revela, entre outras consequências, que no início da década de 90 mais de um terço das mulheres portuguesas deixou de se (re)ver e de poder ser (re)visto apenas nas categorias de "dona de casa" ou de "mãe". (Viegas & Faria, 1999: 16).

Porém, o princípio da igualdade formal que permitiu às mulheres o acesso massivo à educação, à alfabetização e ao emprego parece não ter tolerado, da mesma forma, uma robusta participação das mulheres na política e, em particular, na administração autárquica que, como se conclui, continua confrangedoramente baixa e com números ainda muito frágeis e quase inexpressivos para algumas situações e no total de eleitos apurados. (Nunes, 2008: 30)

1. A presença feminina na política em Portugal

Quando falamos de política, ainda não podemos falar de igualdade, nem de oportunidades, nem de acessibilidade a cargos de liderança. A presença da mulher nesta esfera tem vindo a evoluir, mas ainda é reduzida. Podemos perceber que a partir dos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, ganhas pelo PS, são eleitas 20 mulheres para a Assembleia Constituinte, titulares de mandato como deputadas. (Cabrera, 2016: 34). É neste momento de transição de regime político que as mudanças despoletam esperanças para as mulheres no espectro político.

Tal como refere Viegas e Faria (1999), na sua obra "As Mulheres na Política":

> (…) se valores e instituições patriarcais (pre)dominam numa determinada sociedade, é muito provável que essa matriz cultural e institucional tenha implicações ao nível do espaço político, sendo mesmo possível que, sobre uma aparente ou proclamada democracia, vingue um regime que tende a excluir as mulheres dos lugares de decisão. (Viegas & Faria, 1999: 16)

Não obstante, este é um assunto que já tem estado na ordem do dia, e que necessita de continuar porque ainda há um longo caminho a trilhar, até se verificar a paridade entre homens e mulheres na política. Em qualquer um dos níveis do governo, quer o legislativo, as europeias e o autárquico, mas sem dúvida alguma, que é neste último que a disparidade de género é mais acentuada, sendo este um campo, maioritariamente, masculinizado.

Contudo, não é por falta de habilitações académicas que as mulheres não estão em cargos de liderança política, tal refere Maria Almeida (2015), no seu artigo "*Mulheres na Política Portuguesa*":

> Em todos os níveis de governo avaliados as mulheres têm níveis mais altos de habilitações académicas e apresentam classificações profissionais com maior grau de especialização, especialmente nas áreas do ensino e da gestão. Sem surpresa, são os partidos mais à esquerda que apresentam maior equidade de género. (Almeida, 2015: 2).

Em Portugal, apesar da elevada participação das mulheres no mercado de trabalho e das transformações registadas nas últimas décadas, que lhes trouxeram maior autonomia, as mulheres continuam a não ter visibilidade política e a assumir duplas e triplas tarefas com o cuidado dos outros. Como verificamos no que afirma Maria Almeida (2015):

> Ainda que as mulheres tenham entrado de forma maciça no mercado de trabalho na década de 1960 e tenham tido um acesso sem precedentes ao sistema educativo e à esfera pública em geral, observou-se aquilo que Viegas e Faria descrevem como "um claro fechamento dos círculos de maior concentração de autoridade e poder em relação às mulheres" (1999a, p. 41): encontramos mais mulheres na administração pública central e local mas verifica-se um afastamento relativamente ao topo das hierarquias, acontecendo o mesmo em profissões ligadas à docência e à saúde e, de forma ainda mais expressiva, em atividades claramente associadas à masculinidade (como as forças armadas, magistratura ou diplomacia)." (*Ibidem*: 60)

Sendo que os estudos demonstram que as mulheres estão, à partida, menos disponíveis para a vida política porque esta exige aptidões específicas, militância continuada nos partidos e grande disponibilidade de tempo, não sendo *family friend*. (Martins, 2015: 62). Através da literatura conseguimos perceber que a presença da mulher é realmente escassa na política e que isto se deve a vários fatores analisados, como perceberemos a seguir.

A literatura selecionada e analisada (e.g., Amâncio, 1994; Bettencourt & Pereira, 1995; Espírito-Santo, 2006) aponta diversos fatores (psicológicos, sociais, culturais, económicos, institucionais e ideológicos) que podem constituir obstáculos à entrada das mulheres na política, entre os quais salientaremos os de ordem ideológica, como o género e a meritocracia. (Santos, 2010).

Porém, segundo Ana Vicente (2002), na sua obra "*Os Poderes das Mulheres. Os Poderes dos Homens*", a questão da meritocracia não justifica, de alguma forma que seja a falha e/ ou falta de mulheres na política, tal se explica:

> Os argumentos do mérito e da competência já não servem, porque a multidão de mulheres altamente meritórias e competentes, cujo número ultrapassará mesmo o dos homens dentro de pouco tempo, é de tal modo evidente que contrasta muitas vezes com a falta de mérito e de competência de muitos homens que se encontra no poder. (Vicente, 2002: 21).

Neste acrescento, relativamente aos fatores que podem evidenciar uma falta de mulheres no espetro político, é de referir a linha de pensamento de Viegas e Faria (1999), em que afirmam:

> (…) o tipo de estrutura familiar, o modo como são (ou não) repartidas as tarefas domésticas, a estrutura de classes sociais, o estatuto cívico da mulher e o homem e a sua respetiva concretização, os mapas culturais, a estrutura económica, o tipo de mercado de trabalho, as políticas sociais de apoio à família e à maternidade, etc. são fatores que, entre outros, condicionam também os modos e as hipóteses de passagem para os lugares de poder. (Viegas & Faria, 1999: 16).

Na linha de pensamento dos vários autores, verifica-se que dentro do núcleo familiar tradicional, o papel da mulher como cuidadora da família, é um dos motivos mais acentuados para a falta de participação da mesma neste espetro em análise.

Porém, conseguimos verificar que não é a falta de meritocracia que não lhes permite a inclusão na política, mas sim a questão da cultura patriarcal muito intrínseca na sociedade e nas estruturas nas quais a mulher ainda é tida como o elemento cuidador no seio familiar e, por isso, em última análise acaba por não reunir as condições para exercer o seu papel

ativo na atividade política. Podemos verificar através da revisão de literatura e na investigação recorrida neste trabalho que as mulheres são capazes de assumir o seu papel político com precisão e continuarem a ter o seu núcleo familiar saudável.

Pedro Nunes (2008) refere que os obstáculos que comportam para o cenário da falta de participação da mulher na política são:

> (i)existência de uma cultura política discriminatória em governos e partidos políticos; (ii) escassa valorização das capacidades e oportunidades das mulheres no exercício do poder político; (iii) falta de programas que promovam a participação das mulheres; (iv) maior dedicação das mulheres aos cuidados da família. (Nunes,2008: 4).

Contudo, aquilo que se revela particularmente interessante é que quando descemos na "pirâmide" da importância política e executiva dos cargos, a participação das mulheres vai aumentando. (Lisboa & Teixeira, 2014: 109), ou seja, estamos perante uma acessibilidade por parte das mulheres a cargos de não liderança.

É fundamental, ao trabalhar neste tema, falar de uma das mulheres que marcou a política no feminino, no cargo de primeiro(a) ministro(a) — Maria de Lourdes Pintasilgo, pois foi a única neste lugar, entre agosto 1979 e janeiro de 1980, em toda a democracia portuguesa. É necessário mencioná-la, primeiramente, porque só a excecionalidade de ser apenas uma mulher neste cargo de topo na política nestes anos democráticos, faz-nos perceber que os cargos de liderança não estão à mesma altura para os homens como para as mulheres. E, em segundo, porque esta mulher desafiou a política, o pensamento crítico e intelectual da época, deixando um legado de extrema importância para aquilo que posteriormente ditará a emancipação feminina.

2. A paridade política – A Lei que (re)considerou a participação direta da mulher no espaço político

A conquista de um regime democrático na década de 70 fez com que rápido se percebesse que não faria sentido regermo-nos por um regime em que não se defendesse a igualdade e a liberdade e as mulheres continuassem a ser vistas como agentes da sociedade que não padeciam de direitos como cidadãs.

Através da linha de pensamento de Manuel Lisboa, Graça Fria e Ana Cerejo (2006), no seu artigo "*Participação Das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático*", percebemos a tão importante mudança após tanto temo regidos por uma ditadura:

> As alterações mais significativas ocorrem no plano político. Após anos de ditadura e de uma sociedade fechada em si mesma, inicia-se a construção de instituições democráticas, eleições livres. um sistema multipartidário e liberdade de expressão e de associação. A estrutura social conhece grandes transformações, com a expansão dos estratos médios e as inevitáveis consequências ao nível das aspirações sociais e culturais e dos hábitos de consumo. Com o fim da ditadura, a cidadania conhece uma nova expressão que atravessa todos os segmentos sociais: partidos políticos, sindicatos e outras associações profissionais, bem como inúmeras formas de associativismo - segundo a idade, o sexo, o local e a região de residência, ou outro qualquer interesse social. (Lisboa& Frias&Cerejo, 2006: 168)

Em 1998, é apresentado na Assembleia da República uma Proposta de Lei conhecida como "Lei das Quotas", na tentativa da "construção de um quadro legal e institucional igualitário". (Martins & Teixeira, 2005: 25). Contudo, mesmo que esta tentativa para promover a igualdade de oportunidades e de acesso nas listas eleitorais tivesse falhado, contribuiu para introduzir na agenda política o tema desigualdade de facto da representação política das mulheres (*Ibidem*). Mais tarde, o ano de 2006 é um marco importante, tanto para a política como para as mulheres, uma vez que foi promulgada, em Portugal, a designada "Lei da Paridade" (Lei Orgânica nº3/2006, de 21 de agosto), com o objetivo de promover uma maior igualdade no contexto político.

A propósito desta realidade, Ana Teixeira (2016) cita na sua tese:

> Constituindo-se como um elemento importante para o aumento do número na esfera política, as quotas não podem ser vistas, contudo, como a chave de ouro da resolução do problema, havendo uma série de outras estratégias de promoção da participação das mulheres na atividade política, como a sensibilização, os programas de formação/capitação, a utilização de linguagem inclusiva, entre outras. (Teixeira, 2014: 185*).*

Segundo esta mudança, todas as listas de candidaturas apresentadas para o governo, que a nível Legislativo, Europeias e Autárquico, devem ser constituídas de forma a promover a paridade entre homens e mulheres. A lei sofreu recentemente uma alteração, em que a representação de cada um dos géneros em qualquer órgão de decisão da vida política ou pública, não deve ser inferior a 40%. Nesse sentido, as quotas devem ser encaradas como medidas compensatórias de desajuste social, por forma a alcançar, mais do que uma igualdade de oportunidades, uma igualdade de resultados. (Almeida, 2015: 60).

Porém, as dificuldades de mobilidade vertical das mulheres em relação aos lugares de topo ficam bem patentes quando se verifica as que conseguem ir "além da margem" tendem a ocupar, tendencialmente, lugares de apoio aos cargos de topo em áreas estratégicas de decisão e ação. (Teixeira, 2014: 20)

Por último, resta-nos destacar as quotas enquanto instrumento potenciador da participação das mulheres nas instâncias de decisão política. A ausência de barreiras formais revela, dada a manutenção de um padrão de discriminação, que as barreiras de acesso colocadas às mulheres neste domínio são latentes. (Almeida, Maria. 2015. p.60). Ainda que não se constituam como medidas suficientes para o aumento significativo da participação das mulheres nas instâncias de decisão política (Dahlerup, 2005; Verge & Fuente, 2014), diversos estudos têm revelado o efeito expressivo do estabelecimento de quotas obrigatórias de género no aumento do número de mulheres eleitas (Dahlerup & Freidenvall, 2005; Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008; Vianello & Moore, 2004). (*Ibidem*)

Com isto, é percetível que a Lei da Paridade não é suficiente para a presença da mulher ser significativa, tanto na política, como nos lugares de topo da mesma. Avançaremos, de seguida, para a análise do poder autárquico que se constitui como um ponto de análise de particular singularidade, por representar uma forma de democracia mais próxima das populações.

3. As mulheres nas presidências autárquicas

Na jovem democracia portuguesa, até 2013 foram eleitas 122 mulheres para liderar os municípios nacionais, tendo sido eleitos 3350 homens. (Saraiva, 2014). Esta autora, Ana Saraiva, faz esta análise no seu no trabalho de investigação, onde estuda a presença da

mulher no poder local, identificando a existência de uma clara sub-representação das mulheres no panorama do poder político local.

Mesmo com a Lei da Paridade em vigor, o poder local ainda não é um espaço para as mulheres, esta afirmação pode ser facilmente comprovada através de um olhar cuidado para o panorama das Autárquicas no país nos últimos anos. Algo que parece reforçado no estudo realizado por Helena Santos, Ana Teixeira e Ana Espírito-Santo, "*Balanço da implementação da Lei da Paridade em diferentes níveis de governo – Análise Longitudinal*" (2018), pois segundo os dados desta análise, observa-se uma "clara preponderância nas eleições europeias (…) que garantem a eleição de uma maior percentagem" (*Ibid.*, p.4). Esta tendência verificou-se com a implementação da Lei da Paridade, visto que entre 2004 e 2009, a percentagem de eleitas aumentou.

Porém, eleições Legislativas e Autárquicas "revelam taxas de feminização bastante mais modestas", mesmo que se observe um "efeito claro da implementação da Lei". *(Ibidem)* Contudo, nos cargos de "maior poder e visibilidade, como presidências de Câmara e de Juntas, a presença das mulheres é ainda mais reduzida", o que revela uma "desigualdade de género no acesso a cargos de liderança e de tomada de decisão". *(Ibidem)*

Quanto às presidências de Câmara, a subida foi muito modesta entre 2001 e 2005, "na ordem dos 2,4%, assistindo-se, nos momentos eleitorais seguintes, a uma estagnação entre os 7.5% e 7.8%.

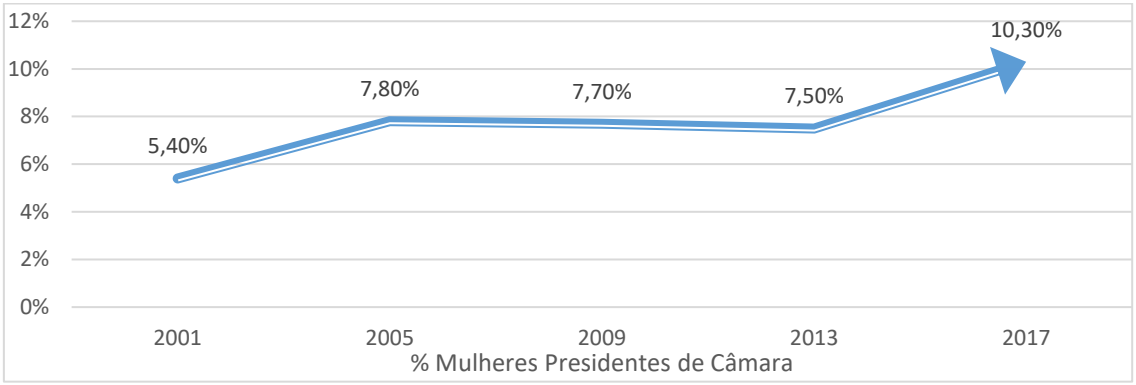


Imagem 1 – Percentagem de Mulheres na Presidência Autárquica (informação retirada do artigo Balanço da implementação da Lei da Paridade em diferentes níveis de governo – Análise Longitudinal

Não obstante, analisando as últimas Autárquicas de 2017, podemos observar que há um aumento de, aproximadamente, 2.5 pontos percentuais, sendo que em 2013 o ato eleitoral

dá a presidência a 23 mulheres e nestas últimas eleições aumenta para 32 mulheres presidentes de câmara. Daí a análise quantitativa e qualitativa à imprensa nacional neste presente trabalho, complementando com os testemunhos de seis autarcas eleitas em 2017 ser relevante para melhor compreender o porquê desta parca participação feminina na política.

Mesmo tendo em conta o aumento referido, é indubitável que o poder autárquico continua a ser dominado pelas figuras masculinas, particularmente no cargo de presidente de câmara. Sendo que estamos perante um total de 308 municípios presididos e apenas 10.30% são mulheres que os dirigem. No caso do poder local, quando se observam mais de perto os cargos de presidência de câmara, aqueles com maior notoriedade pública e influência política, verifica-se que a proporção é dramaticamente baixa. (Lisboa &Teixeira, 2014: 113)

É nesta sequência que se verifica uma não observância da Lei da Paridade ao longo do tempo nas autarquias, sendo que:

> Nas eleições europeias não se registaram casos de incumprimento, tanto em 2009, como em 2014. Nas eleições legislativas, as desconformidades à Lei foram esporádicas. (…) A exceção regista-se nas eleições locais, onde os casos de violação da Lei se revelam bastante mais comuns, abrangendo os principais partidos. (Santos&Teixeira&Espírito Santo, 2018: 15)

Na busca de explicações para estes factos no poder local, há vários fatores que são questionados e que condicionam a participação das mulheres na vida política, "como a assimétrica atribuição de papéis sociais de género (onde as mulheres são socializadas para a ocupação do espaço privado e os homens do espaço público)", ou considerar:

> A dimensão organizativa das autarquias: o trabalho nas autarquias locais faz-se, muitas vezes, nos tempos livres (Linsley, Marie, Martin & Stacey, 2006; Martins & Teixeira, 2005), o que resulta num condicionamento, sobretudo, para as mulheres, que continuam a desempenhar uma dupla jornada de trabalho. (Santos&Teixeira&Espírito Santo, 2018: 17)

Contudo, uma das razões mais percecionadas e, que é "comum ao poder central" é a "questão da não renovação das elites", sendo muito habitual na esfera autárquica.

Capítulo II

Estudo de Caso

A saúde de uma sociedade democrática pode ser medida pela qualidade de funções desempenhadas pelos seus cidadãos.

Alexis de Tocqueville

Depois de toda a revisão de literatura e a concentração da problemática deste trabalho, faz todo o sentido que este estudo se centre no espetro político, mais precisamente, na esfera Autárquica.

Neste Capítulo identificamos o(s) objetivo(s) da investigação, considerando o(s) objeto(s) de estudo, as mulheres autarcas, os homens autarcas e o produto jornalístico.

O foco desta investigação como estudo de caso, tal como refere Miriam Goldenberg (2004) "reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto" (Goldenberg, 2004: 34). Desta forma, pretendemos que os objetivos sejam os mais claros e concretos, para que "através de um mergulho profundo e exaustivo num objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística". *(Ibidem)*

1. Objetivo da investigação

Temos como objetivo (1) compreender como a mulher, detentora de cargo político, exerce as suas funções, (2) como a mulher autarca é referida na imprensa nacional, mais concretamente no Jornal de Notícias e no jornal Público. Com isto, através de uma análise qualitativa e quantitativa ao produto jornalístico – *Jornal de Notícias* e jornal *Público* - pretendemos perceber de que modo a imprensa menciona a mulher autarca, mais concretamente as presidentes de câmara e quantas vezes são mencionadas. Recorrendo deste modo, primeiramente, a análise de conteúdo jornalístico, a comparação quantitativa da presença da mulher e da presença do homem, nos jornais analisados, durante o período de tempo já acima referido.

É também nossa intenção analisar as mulheres autarcas, através das entrevistas semi-estruturadas realizadas às seis autarcas previamente identificadas no ponto 2 - Objetos de estudo, e entender de que forma a entrevista a estas mulheres, detentoras de cargos

políticos autárquicos, vai ao encontro dos resultados da análise realizada neste trabalho de investigação.

2. Grandes Questões

Detalhados os objetivos surgem as seguintes questões que nos guiaram no processo de investigação:

1 - Quais são os obstáculos à atividade política da mulher no domínio autárquico?

2 - Existe paridade na abordagem feminina, como representante no poder autárquico, na imprensa nacional?

3 – Quais os motivos pelos quais ainda estamos perante uma parca presença da mulher na esfera autárquica?

4 – De que forma as mulheres autarcas conciliam o cargo político que exercem com o seu lado privado/familiar?

3. Objeto(s) de investigação

A pesquisa tem como foco dois objetos de investigação, as mulheres autarcas e o produto jornalístico concentrando-se, assim, em dois jornais periódicos portugueses, O *JN* e *Público*. Porém, ao fazermos uma análise do conteúdo jornalístico, onde fazemos um exercício comparativo das vezes que são mencionadas as mulheres presidentes de Câmara, os homens autarcas, presidentes de Câmara, acabam por ser, também, objeto de estudo nesta investigação.

3.1 Mulheres autarcas

As 32 presidentes de Câmara eleitas nas Autárquicas de 2017, serão o foco na análise quantitativa e qualitativa do *JN* e do *Jornal O Público*, pois é relevante percebermos quais e quantas são as presidentes de câmara mencionadas.

Referidas na tabela abaixo, todas as presidentes eleitas a 1 outubro de 2017:

Mulheres Eleitas em 2017 – Presidentes de Câmara	**Partido / Listas**	**Zona**
Maria Teresa Belém Correia	MIAP	Aveiro – Anadia
Margarida Maria de Sousa Belém	PS	Aveiro – Arouca
Berta Ferreira Milheiro Nunes	PS	Bragança – Alfandega Fé
Maria do Céu Quintas	PSD	Bragança – Freixo E. Cinta
Júlia Maria de Almeida Rodrigues	PS	Bragança – Mirandela
Maria Helena Rosa Gomes de Oliveira	PSD	Coimbra – Cantanhede
Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira	PS	Coimbra – Góis
Sílvia Cristina Tirapicos Pinto	PCP	Évora – Arraiolos
Hortênsia dos Anjos Chegado Menino	PCP	Évora–Montemor o Novo
Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara	PS	Évora – Mourão
Maria Joaquina Baptista Quitans de Matos	PS	Faro - Lagos
Isilda Maria Prazeres dos Santos	PS	Faro – Portimão
Rosa Cristina Gonçalves	PCP	Faro – Silves
Maria da Conceição Cipriano Cabrita	PSD	Faro-Vila Real S. António
Célia Margarida Gomes Marques	PSD	Leiria - Alvaiázere
Alda Maria das Neves Delgado Correia	PSD	Leira–Castanheira Pêra
Cidália Maria de Oliveira Rosa	PS	Leiria – Marinha Grande
Carla Maria Nunes Tavares	PS	Lisboa – Amadora
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	PSD	Portalegre – Arronches
Maria Idalina Alves Trindade	PS	Portalegre – Nisa
Maria Adelaide Franco	CLIP	Portalegre - Portalegre
Cristina Lasalete Cardoso Vieira	PS	Porto – Marco Canavezes
Luísa Maria Neves Salgueiro	PS	Porto – Matosinhos
Maria Elisa Ferraz	NAU	Porto – Vila do Conde
Maria do Céu Oliveira	PS	Santarém – Abrantes
Fernanda Maria Pereira	PS	Santarém – Alcanena
Isaura Maria Elias Morais	PSD. CDS-PP	Santarém – Rio Maior
Anabela Gaspar de Freitas	PS	Santarém – Tomar
Inês de Saint – Maurice de Medeiros	PS	Setúbal – Almada
Maria das Dores Marques Meira	PCP	Setúbal – Setúbal
Cristina de Fátima Silva	PS	Açores – Lagoa
Célia Maria da Silva	PS	Madeira – Ponta do Sol

[1] Tabela 1

[1] Tabela 1 – Criada a partir da informação recolhida no site do Ministério da Administração Interna: Administração Eleitoral – Eleições Autárquicas 2017 Resultados https://www.eleicoes.mai.gov.pt/candidatos.html.

Destas autarcas eleitas, decidimos entrevistar, por amostragem, seis autarcas que representam diferentes partidos políticos e distribuídas geograficamente e que aqui apresentamos:

1**. Inês de Medeiros**, de vencedora do Globo de Ouro de Melhor Atriz em Portugal (1997) a primeira presidente mulher da câmara de Almada na sequência das Eleições Autárquicas de 2017. Tem 51 anos, nascida em Viena. Licenciada em Literatura Portuguesa e Filosofia em França. Tem sois filhos. Além do seu percurso como atriz, envolve-se na política ligada ao PS, eleita deputada à Assembleia da República em 2009 por este mesmo partido.

2. **Luísa Salgueiro**, atualmente presidente da câmara de Matosinhos, eleita em outubro de 2017, nas últimas autárquicas, tornando-se assim a primeira mulher a presidir esta mesma autarquia. Tem 51 anos, nascida em São Mamede de Infesta, Matosinhos. É licenciada em Direito e possui pós-graduação em Direito do Ambiente. Casada, com uma filha. Foi deputada da Assembleia da República, desde a X à XIII legislatura.
Entre outros cargos que exerceu e desempenhou com mérito, destaca-se que sempre foi ligada ao espectro social, desenvolvendo projetos para o desenvolvimento e proteção das crianças e dos jovens.

3. **Júlia Rodrigues**, a mirandelense que ocupa a presidência da câmara de Mirandela, sendo que foi a primeira mulher a consegui-lo. Tem 47 anos. Uma filha. Licenciada em Medicina Veterinária. Todos os cargos exercidos ao longo da sua carreira passam pela política e pela área da veterinária.

Estas últimas três autarcas foram a escolha na condição de presidentes de câmara porque tal como mencionado acima, todas têm algo que se destaca, duas delas (Júlia Rodrigues e Luísa Salgueiro) foram as primeiras mulheres presidentes eleitas nas suas respetivas autarquias e Inês de Medeiros foi a presidente da câmara que levou o PS à conquista da câmara municipal de Almada, desde sempre uma autarquia comunista.

4. **Maria José Gamboa**, com 66 anos, é a presidente da Junta de Freguesia de Canidelo, sendo este o seu segundo mandato. Licenciada em Serviço Social. Deputada na X Legislatura. Tem uma filha. Sempre ligada ao espetro da ação social em toda a sua carreira profissional.

Maria José Gamboa, tem uma vasta experiência tanto como profissional, como política e como pessoal. É, das escolhidas, a mulher com a idade superior, desde muito cedo em constante contacto com o povo.

5. **Catarina Araújo**, vereadora do Pelouro da Juventude e do Desporto e Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, na câmara municipal do Porto, ao comando da presidência de Rui Moreira. Licenciada em Direito. Transmontana. Tem uma filha. Na sua carreira profissional até aqui, foi desde jurista numa associação de construção civil a chefe do Gabinete da Subsecretária de Estado Adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Carrega um pelouro 'pesado', muito ligado ao futuro, sempre mostrando uma atitude ativa no terreno.

6. **Fernanda Morais**, vereadora do Pelouro Cultura, da Educação e da Ação Social na câmara de Bragança, segundo a presidência de Hernâni Dias. Tem 51 anos. Mãe de um rapaz. Tem uma carreira profissional ligada ao Ensino. Em 2013 integra o executivo da União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo.
Inserida numa autarquia descentralizada, percebemos que seria uma mais valia entrevistar uma autarca que exerce funções numa cidade afastada do grande centro de decisões e como isso pode, também, influenciar o seu papel como mulher autarca.

3.1.1 Compreensão e comparação com os homens autarcas

Os presidentes de câmara são inerentemente um objeto de estudo neste trabalho, porque estão inseridos na análise quantitativa ao produto jornalístico, numa perspetiva de comparar o seu aparecimento nos jornais com o das autarcas. Dos 276 presidentes homens recolhemos as peças em que estes são mencionados, quantificando-as, e de que forma são referidos, filtrando o caráter noticioso.

3.2 Produto Jornalístico – *Jornal de Notícias* e Jornal *O Público*

A pesquisa concentra-se no produto jornalístico de *O Jornal de Notícias* e *Público*. Analisámos desde o mês de outubro de 2017 – mês das Eleições Autárquicas – até abril

de 2018. São sete meses analisados, 210 jornais, ou seja, no total foram analisados 420 jornais.

Criamos tabelas, tal podem ser vistas nos Apêndices, para cada mês onde anotamos cada autarca que é referido(a), nos respetivos dias, a seção e que tipo de notícia se trata. Selecionamos como notícias, breves, editoriais ou reportagem, cada peça que foi analisada. Descrito exemplo abaixo:

	1ª página	**Secção x**	**Secção x**	**Secção x**	**Secção x**
Dia 1 …	Autarca referido 'Título da Noticia' Tipo de Notícia				

Tabela 2 Exemplo da Tabela de Análise dos Jornais

1. Caracterização do *Jornal de Notícias*

O *JN* concretiza 132 anos, foi fundado em 1888 na cidade do Porto e tem periocidade diária. De acordo com Gaye Tuchman (1978), este jornal é um *popular paper*. O diretor atual é Domingos Andrade. Segundo Helena Lima (2018),

> foi também o terceiro dos três jornais centenários que fizeram parte da história da cidade e o único que sobreviveu às grandes transformações da imprensa no final do século XX (Lima, 2012). A iniciativa de criar um novo jornal de perfil partidário foi tomada quando a cidade do Porto apresentava um novo dinamismo em ter- mos de crescimento demográfico e desenvolvimento industrial. (Lima, 2018: 239).

Das suas secções iremos ter em conta para análise, a secção *Nacional*, *Porto* e *Norte-Sul*, como também a sua *primeira página*.

Classificámos, igualmente, as peças jornalísticas analisadas, identificando como *Notícia*, *Breve*, *Editorial* ou *Entrevista*.

2. Caracterização do jornal *Público*

O Público é um jornal diário, fundado em 1990. É um dos jornais de referência em Portugal ou um *quality paper* (Tuchman, 1984). O diretor atual o é Manuel Carvalho.

Como refere Fábio Mendes (2016),

> *O Público* tal como a maioria dos jornais que não focam uma área temática, os denominados jornais generalistas, divide os artigos das suas edições em secções ou editorias, áreas temáticas nas quais as notícias se inserem e que à data da sua criação eram "Local, Economia, Cultura, Desporto, Mundo, Sociedade e Política". Entretanto, algumas dessas editorias já mudaram de nome ou foram até mesmo extintas, ao passo que foram sendo criadas novas secções, fruto das mudanças dos tempos e da evolução tecnológica. (Mendes, 2016: 31).

Das secções que o integram, foram analisadas a secção *Política, Sociedade* e *Local.* Tal como no *JN,* classificamos as peças jornalísticas como *Notícia, Breve, Editorial* ou *Entrevista*. Como também a sua *primeira página*.

Deste modo, conseguimos perceber em quais das secções de cada jornal são mencionadas as e/ou os Presidentes de Câmara, que destaques lhes são concedidos, quantificar os momentos que aparecem durante o período dos 7 meses já referidos acima. E complementar com as entrevistas exploratórias às seis autarcas.

4. Metodologia

A Metodologia neste trabalho de investigação divide-se em duas fases que se complementam, a realização de entrevistas de elite semi-estruturadas, sendo as entrevistas "são frequentemente usadas em conjunto com outros métodos complementares, como a observação e a análise de documentos". (Quivy & Capmpenhoudt. 1995) e a análise qualitativa e quantitativa do conteúdo jornalístico produzido pelos jornais analisados – *Jornal de Notícias* e *O Público*.

4.1 Análise qualitativa e quantitativa

É através da análise de conteúdo jornalístico que pretendemos enriquecer o trabalho de investigação, visto que, a análise de conteúdo tem objetivos de investigação diversificados que se traduzem na sistematização ou no encontrar de tendências, intenções, conteúdos manifestos ou não manifestos, singularidades da comunicação, quer aos níveis do estilo ou forma e/ou quer ao nível dos conteúdos comunicacionais. (Espírito Santo, 2010: 20).

Percebemos que a análise teria a dualidade de qualitativa e de quantitativa, pois funciona como complementaridade na análise de conteúdo jornalístico, para obtenção de resultados os mais completos, fidedignos e precisos.

Como é referido na obra "*A Arte de Pesquisar*" de Miriam Goldenberg:

> Enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenómeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. É como um mergulho em profundidade dentro de um grupo "bom para pensar" questões relevantes para o tema estudado. (Goldenberg, 2004: 49).

Centramos a análise do conteúdo jornalístico numa análise comparativa entre as peças destinadas às mulheres autarcas e aos homens autarcas, pois percebemos que através do "uso de comparações tem com objetivo uma compreensão de ordem descritiva de processos e mecanismos que se tornam objetos centrais de análise". (Espírito Santo, 2010: 58)

Depois desta perceção, a forma mais organizada e lógica de compilar toda a informação recolhida dos 420 jornais foi através de tabelas onde identificamos cada jornal e os seus elementos necessários ao estudo, tal está descrito mais abaixo, pois "a esta configuração de elementos essenciais está subjacente e dinamismo dos processos de análise, normalmente, representada em termos de diagrama, com fluxos de interinfluências entre os diversos elementos. (*Ibidem*)

Não obstante, para complementar as entrevistas, fizemos um cuidado levantamento de todas as notícias publicadas pelo *JN* e *Público* no período de 7 meses (outubro de 2017 e abril de 2018) que abordassem os presidentes de Câmara no país, que perfazem um total de 308.

É de ressalvar que foram analisadas apenas as entidades que tomam este cargo político, apesar de o grupo de entrevistadas ter cargos distintos. Identificámos o mês de outubro de 2017 como o mais pertinente, devido ao facto de ser o mês das autárquicas e ter existido uma menção mais significativa das mulheres presidentes.

De forma a facilmente sistematizar os resultados da investigação criámos uma tabela de análise para cada jornal (tal se pode consultar nos *Apêndices*) com os seguintes campos:

a) identificação do jornal; b) data do jornal; c) género da peça; d) título da peça; e) secção do jornal em que se insere o conteúdo; f) autarcas referidos e a autarquia que presidem.

Na alínea a), temos as três variáveis ("*Jornal de Notícias"* e *"O Público"*) que correspondem aos dois jornais analisados, na alínea b) a data que diz respeito a cada edição analisada e na alínea c) atribuímos a cada peça analisada uma classificação conforme o género (que optamos por definir assim: "notícia", "editorial", "breve" e "entrevista"). Em e) A identificação da secção onde a peça está exposta: No caso do JN: "Nacional", "Porto" ou "Norte-Sul". E "1ª página". N' O Público: "Política", "Local" ou "Sociedade". E a "1ª página". Em f) identificamos o autarca e a autarquia, como por exemplo: Inês Medeiros, Almada.

4.2 Entrevistas de elite semi – estruturadas

A realização de entrevistas às mulheres detentoras de cargos políticos teve como finalidade fulcral, criar a proximidade com as autarcas, perceber a sua opinião e a sua experiência perante o tema em questão. E verificamos que, a partilha destas mulheres detentoras de cargo político, os seus pareceres relativamente à questão em causa, tornou-se uma mais valia neste trabalho.

Através da investigação e trabalho de Miriam Goldenberg (2004), na sua obra "A arte de Pesquisar" pudemos perceber que,

> As entrevistas têm vantagens como: maior flexibilidade para garantir a resposta desejada; pode-se observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando as possíveis contradições; instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, como as emoções; permite uma maior profundidade. (Goldenberg, 2004: 88)

Após análise de várias linhas de investigação, guiamo-nos, também, pelos saberes de Quivy & Campenhoudt (1995), em "*Manual de Investigação em Ciências Socias*" nos quais se retrata de forma concreta como deve ser a postura do entrevistador perante o entrevistado, nas seguintes etapas:

1. Preparação: defina claramente os objetivos das entrevistas (…). Estabeleça os aspetos práticos do trabalho: as pessoas ou tipos de pessoas a encontrar, o seu número, a

maneira de se apresentar, o material (…). Prepare o conteúdo do trabalho: as preocupações centrais das entrevistas e a maneira de as iniciar e de apresentar os seus objetivos às pessoas que encontrará.

2. Realização: efetue o trabalho, tendo o cuidado de conservar as gravações em boas condições e de anotar o mais rapidamente possível as suas eventuais observações complementares.
3. Exploração: oiça repetidamente todas as suas gravações, tomando notas. Estude a possibilidade de pôr em prática uma análise de conteúdo das entrevistas enquanto processo e, eventualmente, realize-a. Destaque as ideias principais. Reagrupe as ideias complementares. Em suma, estruture os resultados do seu trabalho. (Quivy & Campenhoudt, 1995: 74).

É de salientar, que todas as entrevistas foram realizadas nos gabinetes de trabalho na autarquia em que cada uma das seis autarcas integra, pois pretendíamos que a entrevistada se sentisse à vontade e confortável para a realização da mesma. Assim, foi desenvolvido um guião para cada um dos grupos de entrevistadas – Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta de Freguesia e Vereadoras de C.M., como se pode encontrar nos *Apêndices* no final do presente trabalho. Foram encadeadas sete perguntas principais, sendo que o guião das "presidentes de câmara" continha uma pergunta adicional: "acha que a surpresa que houve com a sua eleição como Presidente de Câmara desta autarquia, se deveu, também, ao facto de ser uma mulher a conceber este feito?".

Isto porque, duas delas – Luísa Salgueiro e Júlia Rodrigues – são eleitas pela primeira vez nas Autárquicas 2017 como as primeiras mulheres a presidirem as respetivas autarquias. E, Inês de Medeiros - a primeira mulher de um partido que não o comunista a presidir a autarquia de Almada (Câmara sempre dirigida pelo partido PCP). Consequentemente, isto tornam-se dados de extrema relevância para o trabalho e que teriam de ser aprofundados em entrevista a cada uma delas.

4.2.1 Notas sobre o trabalho de campo

Todas as seis entrevistas que se realizaram foram gravadas em ficheiro m4a, com um total acumulado de 269 minutos, com um tempo médio de 44 min. por entrevista. As que mais

se alongaram nas entrevistas, foram Maria José Gamboa (63') e Júlia Rodrigues (55'), ao invés de Luísa Salgueiro (16') e Inês de Medeiros (35') com uma duração mais encurtada.

É primordial referir que, foi solicitado a todas as entrevistadas a assinatura do 'Termo de Consentimento', em que permite "conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, sendo que o estudo possui a finalidade de pesquisa académica.", tal é transcrito do próprio documento, que colocamos em Apêndice no final deste trabalho.

E, por isto, entre os Apêndices 4 e 9 podemos encontrar as seis entrevistas realizadas e transcritas, que poderão eventualmente servir como contributo para futuros trabalhos de investigação. Descriminamos, nesses documentos, o dia, a hora e a duração de cada entrevista de elite, para que vá ao encontro da veracidade e validade do trabalho.

Capítulo III

Resultados – Representação das Mulheres Autarcas na Imprensa Nacional

Nós não queremos estar em vantagem.

Nós não queremos é estar em desvantagem.

Catarina Araújo

Chegado o último capítulo do trabalho, chega o momento a que se destina a apresentação dos resultados obtidos na decorrente investigação, com indicação de todos os dados obtidos.

Quanto à análise quantitativa e/ou qualitativa do produto jornalístico, compreendida nos meses outubro de 2017 a abril de 2018, período este, escolhido porque as últimas autárquicas tiveram lugar precisamente em outubro desse ano e achamos sensata a análise de sete meses da matéria jornalística dos dois jornais (*JN* e *Público*), que prevalecesse algum tempo do mandato dos(as) presidentes de câmara aí eleitos(as).

Em sintonia com estes resultados, como não poderia deixar de ser, as considerações das entrevistas de elite realizadas, tal como no Capítulo II vem descrito, a quem foram destinadas e quais os cargos que ocupam nas autarquias correspondentes. Passamos por cada pergunta com minúcia e um olhar bem atento para comparativamente percebermos as considerações de cada autarca relativamente ao tema de investigação.

1. Análise quantitativa e qualitativa

Na amplitude temporal elegida de 212 dias – 7 meses (out.2017 a abr.2018). Apesar de serem jornais diários, o dia de Natal (25 dez.) e o dia de Ana Novo (1 jan.) não foram publicados. O que perfaz um total de **420** edições de jornais analisadas, **210** do Jornal de Notícias e **210** do Público. Toda a informação está exposta e sintetizada nos apêndices de 10 a 23.

É importante referir que nesta análise ao produto jornalístico só ressalvamos as entidades autárquicas com cargo de presidente de câmara, pois consideremos que é o cargo máximo do poder local o nosso principal enfoque.

Recolhemos um total de **215** peças jornalísticas analisadas, em que estas entidades são referidas, sendo que **140** peças no *Jornal de Notícias* e **75** no Jornal *O Público*. Toda esta informação está contida nas Tabelas de Análise, desde o décimo ao vigésimo terceiro Apêndice.

2. Resultados da análise ao *Jornal de Notícias*

Num total de 140 peças jornalísticas, são mencionados os seguintes presidentes de câmara:

Nota: Entre () mencionamos a autarquia que presidem.

- Inês de Medeiros (Almada), Rui Moreira (Porto), Luísa Salgueiro (Matosinhos), Ricardo Rio (Braga), Isaltino Morais (Oeiras), Eduardo Rodrigues (V.N. Gaia), Domingos Bragança (Guimarães), Fernando Medina (Lisboa), Marco Martins (Gondomar), Antonino Sousa (Penafiel), José Brito Dias (Pampilhosa da Serra), Fernando Q. (Boticas), José Garcês (São Vicente), Salgado Malheiro (Ovar), Nuno Fonseca (Felgueiras), José Maria Costa (Viana do Castelo), Miguel Costa Gomes (Barcelos), Alexandre Almeida (Paredes), Jorge Sequeira (S. J. Madeira), Aires Pereira (Póvoa de Varzim), Basílio Horta (Sintra), Orlando Alves (Montalegre), Pinto Moreira (Espinho), Armindo Jacinto (Idanha-a-Nova), Rui Santos (Vila Real), Silva Tiago (Maia), António Vilela (Vila Verde), Ribau Esteves (Aveiro), Nuno Vaz (Chaves), Benjamim (Macedo de Cavaleiros), Luís Fernandes (Vinhais), Vítor Pereira (Paredes de Coura), Victor Salgado (Vizela), Hernâni Dias (Bragança), Fernando Caçoilo (Ílhavo), Joaquim Jorge (Oliveira de Azeméis), Avelino Silva (Póvoa de Lanhoso), Gonçalo Rocha (Castelo de Paiva), José Ribeiro (Valongo), Carlos Silva e Sousa (Albufeira), José Eduardo Ferreira (Moimenta da Beira), Cristina Vieira (Marco de Canavezes), Berta Nunes (Alfândega da Fé), Elisa Ferraz (Vila do Conde), Margarida Belém (Arouca) e Júlia Rodrigues (Mirandela).

São estes **46** dos 308 presidentes de Câmara no país que são mencionados durante os 7 meses de análise no *Jornal de Notícias*. E, como se pode verificar, **7** são mulheres e **39** são homens.

No que toca à análise de cada mês, passamos a demonstrar mais pormenorizadamente, fazendo-nos acompanhar desde a tabela 8 à 14, que se encontram nos Apêndices:

Realizada a análise do *JN*,

Nota: Entre ( ) colocamos o número de peças que o jornal elaborou sobre o respetivo autarca em cada mês.

Mês 1: Ao longo do mês de outubro, são referidos Rui Moreira (2), Fernando Medina (1), integra a *1ª página* e, por conseguinte, *Notícia* na *Secção Política*. Isaltino Morais (1), tal como o anterior, integra a *1ª página* e, por conseguinte, *Notícia* na *Secção Política*. Eduardo Rodrigues (2), José Brito Dias (2), Victor Salgado (1), Silva Tiago (2), Vítor Pereira (2).

– Estes últimos presidentes são apenas mencionados nesta instância durante os 7 meses de análise: Antonino Sousa (1), Fernando Q. (1), José Garcês (1), Salgado Malheiro (1), Nuno Fonseca (1), José Maria Costa (1) e Miguel Costa Gomes (1). No geral são mencionados na secção *Norte-Sul* ou na *Nacional* como notícias *Breves*.

- As mulheres presidentes aqui referidas são: Luísa Salgueiro (2), Inês de Medeiros (3), Elisa Ferraz (1), Margarida Belém (2), Júlia Rodrigues (1), todas mencionadas em *Notícias*.

Desta instância, após as eleições autárquicas, percebemos que o número de mulheres eleitas aumentou desde as eleições de 2013, mas são apenas mencionadas 5 das 32 eleitas. Estas mulheres autarcas são referidas nas três secções em análise, na *Secção Porto, Nacional e Norte-Sul*, mas em nenhuma *1ª página.*

Encontramos uma *Notícia* no dia 15, "Apesar de serem mais 9 do que em 2013, refletem 10.4% do total". (*Jornal de Notícias*. 2017. 15 out.), em que se faz uma reflexão sobre os resultados das eleições, referindo que efetivamente a subida das presidentes e câmara ainda foi reduzida, ou seja, acabam por ser referidas pelo motivo de excecionalidade.

Mês 2: O mês seguinte, novembro, temos: Rui Moreira (1), Fernando Medina (1), Alexandre Almeida (1), Ricardo Rio (1), Jorge Sequeira (1), Aires Pereira (1), Domingos Bragança (1), Basílio Horta (1), Orlando Alves (1), Hernâni Dias (1), Marco Martins (1).

As presidentes Luísa Salgueiro (1), Elisa Ferraz (1) e Inês de Medeiros (1). Todas mencionadas em *Notícias*, na Secção *Porto* e na *Política*, respetivamente.

Mês 3: No último mês do ano, temos Pinto Moreira (7), Rui Moreira (3), Alexandre Almeida (1) e Hernâni Dias (1).

Luísa Salgueiro é a única mulher mencionada, na Secção *Porto* numa *Notícia.*

Mês 4: No primeiro mês do ano de 2018, Rui Moreira (5) é o autarca mais referido.

Por seguinte, são mencionados mais 11 autarcas, o Eduardo Rodrigues (3), Fernando Medina (2), Marco Martins (1), Aires Pereira (2), Armindo Jacinto (1), Fernando Caçoilo (1), Marco Martins (1), Rui Santos (1), Domingos Bragança (1), Silva Tiago (1), António Vilela (1).

A única mulher mencionada é Júlia Rodrigues, na Secção Norte-Sul numa *Breve* notícia. É mencionada uma autarca, numa breve notícia, ou seja, com pouco destaque.

Mês 5: O mês dos 29 dias, menciona Eduardo Rodrigues (3), Ribau Esteves (1), Joaquim Jorge (2), Ricardo Rio (1), Rui Moreira (1), Luís Fernandes (3), Avelino Silva (1), Pinto Moreira (1), Gonçalo Rocha (1), Nuno Vaz (2), Silva Tiago (1), Marco Martins (3), José Ribeiro (2), Domingos Bragança (2), Fernando Medina (1), Carlos Silva e Sousa (1).

Neste mês, tal como em outubro, o jornal menciona 5 mulheres presidentes: Luísa Salgueiro (1), Cristina Vieira (1), Berta Nunes (1), Inês de Medeiros (1) e Elisa Ferraz (1).

Elisa Ferraz e Luísa Salgueiro fazem Notícia na Secção Porto, em dias diferentes. Porém, as outras 3 são referidas em noticias *Breves.*

Mês 6: Março refere Aires Pereira (2), José Ribeiro (2), Ricardo Rio (3), António Silva (1), Eduardo Rodrigues (1), Marco Martins (1), Hernâni Dias (1), Jorge Sequeira (1), Pinto Moreira (1), Alexandre Almeida (2), Ribau Esteves (1). Rui Moreira (4), mais uma vez, é o mais referido, sempre na *Secção Porto* e em *Notícia*.

Em relação às mulheres, Margarida Belém (1) e Luísa Salgueiro (1) surgem em *Notícia*, em Secções diferentes.

Mês 7: Abril, traz-nos nas páginas do *Jornal de Notícias*, Aires Pereira (2), Victor Salgado (1), Miguel Costa Gomes (1), Eduardo Rodrigues (2), Ribau Esteves (1), Ricardo Rio (1), José Eduardo Ferreira (1), Marco Martins (1), José Ribeiro (1) e Pinto Moreira (1).

Temos Luísa Salgueiro (1) e Elisa Ferraz (1) na Secção Porto mencionadas numa peça *Notícia*, em dias diferentes.

- Num universo de 140 peças jornalísticas analisadas apenas 17% são as presidentes de câmara as protagonistas em peças de caráter noticioso *Breve* e *Notícia* (predominante). É de referir que **nenhuma mulher presidente** é mencionada na *1ª página* deste jornal generalista nestes sete meses, nem mesmo no mês 1 (mês de eleições autárquicas). É de mencionar que não há em qualquer jornal analisado durante os sete meses uma entrevista a nenhuma das 32 presidentes de câmara em Portugal, quer seja das que foram eleitas pela primeira vez nas Autárquicas de 2017, quer seja das renovaram o mandato da presidência de câmara.

- Através desta análise percebemos que em **115** peças jornalísticas predominavam os presidentes homens das autarquias, sendo que o autarca homem mais mencionado foi Rui Moreira, **19** vezes, geralmente na *Secção Porto*.

- No Jornal de Notícias em todos os sete meses foram mencionadas mulheres que presidem municípios, mesmo que no mês 3 é mencionada apenas Luísa Salgueiro numa única *Notícia*, tal como no mês 4 em que apenas encontramos uma *Breve* notícia intitulada "Autarca critica administração da Resíduos do Nordeste" acerca de Júlia Rodrigues.

- Ao invés disso, de **25** peças jornalísticas que dão foco às mulheres autarcas, Luísa Salgueiro é *Notícia*, **9** vezes, sendo ela a autarca mais referida no período analisado (sete meses).

- Só há uma notícia intitulada "*Em 309 municípios só 32 têm mulheres na presidência*" (15 outubro de 2017) em que é exposta a questão de ainda serem poucas as mulheres que presidem câmara municipais em Portugal, destacando que as mulheres refletem apenas 10.4% do total de presidentes de câmara. Nesta peça são mencionadas as presidentes de Almada (Inês de Medeiros), de Arouca (Margarida Belém) e de Mirandela (Júlia Rodrigues), não havendo menção a mais nenhuma presidente.

3. Resultados da análise ao jornal *Público*

Recolhemos um total de **75** peças jornalísticas. Passamos a apresentar os(as) presidentes de Câmara e as respetivas localidades nas quais presidem as autarquias, que são mencionados neste Jornal no total de jornais analisados nos 7 meses:

Nota: Entre ( ) colocamos as vezes que o autarca é mencionado no respetivo mês.

- Inês de Medeiros (Almada), Rui Moreira (Porto), Luísa Salgueiro (Matosinhos), Ricardo Rio (Braga), Isaltino Morais (Oeiras), Eduardo Rodrigues (V.N. Gaia), Paulo Cafôfo (Funchal), João Ataíde (Figueira da Foz), Domingos Bragança (Guimarães), Fernando Medina (Lisboa), Almeida Henriques (Viseu), Manuel Machado (Coimbra), Marco Martins (Gondomar), Paulo Cunha (Famalicão), Lurdes Castanheira (Góis), Célia Pessegueiro (Ponta do Sol), Walter Chicharro (Nazaré), Carlos Silva (Albufeira), Paulo Almeida (Mira), Alda Correia (Castanheira de Pera).

Com isto, dos 308 presidentes de Câmara que existem no país, são estes **22** que são referidos ao longo dos 210 jornais d'*O Público*.

No que toca à análise de cada mês, passamos a demonstrar mais pormenorizadamente, fazendo-nos acompanhar das tabelas 1 à 6 que se encontram nos Apêndices:

Mês 1: No mês das Autárquicas, os presidentes homens referidos são Rui Moreira (2), Fernando Medina (2), Isaltino Morais (1). É o único mês em que as mulheres que presidem Câmaras Municipais no país são quantitivamente mais notícia na imprensa do que os homens, sendo elas: Inês de Medeiros (3), Luísa Salgueiro (2), Alda Correia (1) e Célia Pessegueiro (1).
Em 7 autarcas mencionados neste mês, 4 são mulheres.

Mês 2: Em novembro, surge Fernando Medina (1), Eduardo Rodrigues (2), Ricardo Rio (1) e Rui Moreira (1).

Inês de Medeiros é a única mulher neste mês, no dia 10, numa *Entrevista* na Secção *Política*.

Mês 3: No último mês do ano de 2017, temos: Rui Moreira (7), Almeida Henriques (2), Manuel Machado (2), Aires Pereira (1), Ricardo Rio (1), Fernando Medina (1), Walter Chicharro (1), Marco Martins (1), Eduardo Rodrigues (1), Paulo Cunha (1).

Apenas 2 mulheres mencionadas, Luísa Salgueiro em 2 *Notícias*, na *Secção Local* e Lurdes Castanheira (1).

Mês 4: O Público começa o ano de 2018 mencionar Paulo Cafôfo (1), João Ataíde (1) e Domingos Bragança (1).

É de salientar que nenhuma autarca mulher foi mencionada.

Mês 5: Em fevereiro, Rui Moreira sendo o mais mencionado com 4 *Notícias* na *Secção Local*.
Por seguinte, temos, Eduardo Rodrigues (2), Ricardo Rio (3), Paulo Cunha (1), Raul Almeida (1), Emanuel Câmara (1), Paulo Cafôfo (1), Manuel Machado (1), Carlos Silva (1) e Fernando Medina (1).

Em 12 autarcas em destaque, apenas 2 são mulheres. Inês de Medeiros na Secção *Política* numa notícia *Breve*. E, Luísa Salgueiro na *Secção Local* como *Notícia*.

Mês 6: Em março, fez-se notícia na secção Local nos dias 3,9,14,22,23 e 24 de Rui Moreira (6). Fernando Medina (1) e Eduardo Rodrigues (1) têm lugar na 1ª pagina no dia 20 e com notícia na Secção *Política.*
- As mulheres que presidem Câmaras Municipais não tiveram espaço neste mês.

Mês 7: No último mês da nossa análise, as mulheres não são, mais uma vez, mencionadas. Os seis presidentes Rui Moreira (3) – Noticia na *Secção Local* -, Eduardo Rodrigues (1) – Noticia na *Secção Local*, Ricardo Rio (2) – Noticia e Breve na Secção *Local*, Fernando Medina(1) – faz parte da *1ª página*, posteriormente Notícia na Secção *Política*, Paulo Cafôfo(1) e Domingos Bragança são os que integram o painel autárquico deste período de tempo.

- Num universo de 75 peças jornalísticas destinadas a autarcas apenas em 12% são mencionadas as mulheres autarcas maioritariamente em notícias *Breves*. Assim sendo, a presença dos homens autarcas relativamente às mulheres autarcas neste jornal é muito mais acentuada, pois são mencionados em 66 peças jornalísticas.

- Não é feita **nenhuma** *1ª página* com as presidentes de câmara do país.

- É importante referir que nenhuma das mulheres presidentes de câmara foram referidas em três meses no jornal generalista *Público* – janeiro, março e abril. Nos outros meses só Luísa Salgueiro e Inês de Medeiros têm destaque, fora no mês das eleições autárquicas que referem Alda Correia e Célia Pessegueiro e Lurdes Castanheira no mês 3.

- É percetível pelos resultados apresentados que o presidente de câmara que mais vezes é mencionado é o presidente Rui Moreira da câmara municipal do Porto. Nos 7 meses de análise, a este autarca dedicam 23 peças jornalísticas.

- O único autarca que integra a primeira página é o Fernando Medina, em 2 dias, um em março e outro em abril.

- Neste jornal há **uma entrevista** a uma das 32 mulheres eleitas presidentes de câmara, que por acaso é a mulher autarca mais mencionada no Público em todos os setes meses analisados - Inês de Medeiros.

4. Entrevistas

As entrevistas de elite, que podem ser consultadas na íntegra nos *Apêndices* desta dissertação, realizadas por ordem cronológica tivemos: (i) Inês de Medeiros, a primeira entrevistada a 11 de janeiro, pelas 21.00h, em Almada. (ii) Júlia Rodrigues a 8 de fevereiro, pelas 11.30h, em Mirandela. (iii) Luísa Salgueiro, no dia 20 fevereiro, teve início às 17h em Matosinhos. (iv) Catarina Araújo, no Porto, dia 22 fevereiro, às 12.40h. (v) Maria Gamboa, em Canidelo, dia 2 maio às 14.30h. E por último, (vi) Fernanda Morais, em Bragança, dia 5 maio pelas 15h. Todas elas no presente ano 2019.

Deixamos como nota que a pergunta 5.2.2 foi apenas colocada às Presidente de Câmara, ou seja, à Inês de Medeiros, à Júlia Rodrigues e à Luísa Salgueiro. Em relação a estas

duas últimas, porque aborda o facto de estas terem sido as primeiras mulheres eleitas a presidir a Câmara de Mirandela e Matosinhos, respetivamente, e em relação à Inês de Medeiros, porque foi a mulher do PS que conquistou uma autarquia desde sempre comunista. Através da análise do conteúdo jornalístico, tudo isto foi visto como uma "surpresa", porque efetivamente estas mulheres chegam à presidência das autarquias, mesmo com as controvérsias partidárias, ou porque são as primeiras mulheres a chegar a esse cargo.

A partir daqui consideramos cada uma das perguntas realizadas e a análises das respostas das autarcas entrevistadas:

4.2.1. **Como é que consegue gerir o cargo político, que lhe ocupa muito do seu tempo, com o lado privado, o familiar?**

É de salientar que todas as autarcas entrevistadas são mães, e por isso, a resposta acaba por incidir muito nesta dinâmica maternal.

Catarina Araújo admite que só a partir de 2011 é que sentiu o preconceito da participação feminina na política, pois antes disso "eu dir-lhe-ia uma coisa completamente diferente do que lhe vou dizer hoje" e explica que foi na sequência da sua primeira experiência política em Lisboa, longe de casa, quando foi "chefe de gabinete de 2 ministérios diferentes do Governo de então", pela 1ª vez ouviu: "Ah mas vais? Então e a tua filha? Como é que vais fazer? E o teu marido? Ai as relações à distância", "Isto foi uma coisa muito complicada". Nisto a vereadora da CM do Porto de hoje, sentiu "o primeiro choque" que "era diferente e que havia determinado preconceito" nesta temática.

Para Inês de Medeiros, o cargo que hoje exerce não seria agarrado se tivesse os filhos pequenos, tal ela menciona "só é possível assumir plenamente este cargo autárquico que é extremamente exigente (…) porque os meus filhos são crescidos".

Ao invés de Júlia Rodrigues, que se a sua única filha, fosse mais pequena, ela "estaria certamente" neste cargo, mas "teria que ter outro suporte familiar para conseguir as questões da vida familiar" fossem cumpridas.

Certo é que Luísa Salgueiro, também com uma filha adolescente, refere que se foi "adaptando a essa necessidade de conciliação", acrescenta com "quando a minha filha tinha 3 anos, fui para a AR e era capaz de fazer isto sendo a minha filha pequena".

Mais à frente acresce com "quando a minha filha nasceu, estava na Câmara, e aos 6 meses ela teve um gabinete aqui comigo na Câmara e veio trabalhar comigo. (…) criei um espaço no gabinete para ela vir comigo para o trabalho, portanto, acho que se consegue."

Para a presidente de Junta de Canidelo, com a sua experiência de 70 anos de vida, e muito destes anos na esfera política, acha que "se concilia com inteligência emocional, do que é importante em cada momento." Acrescenta dizendo, "temos que dizer aos filhos que existimos por nós, como cidadãs e como pessoas que apostam em determinado circuito político."

Fernanda Morais, a conciliação "como mãe, como mulher e como profissional, não é fácil". Tendo já o seu filho na faculdade refere, tal como a Inês, que "Se ele fosse mais pequeno eu não abraçaria este projeto. Aliás, eu abracei o projeto já com 50 anos, porque achei que era a idade do equilíbrio", porque considera que "esta missão" de vereadora "é muito desgastante".

4.2.2. **Acha que de alguma forma a surpresa se deveu não só ao facto de acontecer algo que nunca aconteceu nas eleições ou acha que pode ter sido, também, uma surpresa por ter sido uma mulher a conceber este feito?**

Nesta questão, tal como referido acima, apenas as 3 Presidentes de Câmara são abordadas.

A primeira entrevistada foi Inês de Medeiros, que refere desde logo a presidente Maria Emília (antiga presidente da C.M. de Almada), pois "é um município muito habituado a ser dirigido por uma mulher, durante muitos anos teve a presidente Maria Emília", ou seja, tal referido, Inês não foi a primeira mulher à frente desta Câmara, porém foi a mulher do PS que alterou uma Câmara desde sempre comunista.

Neste caso a surpresa deveu-se mesmo ao seu perfil que "embate com todos os preconceitos possíveis. É ter sido atriz, ter sido artista." Porque acabou por "empreitar na vida política, já foi surpreendente em ir para deputada e acho que poucas pessoas me imaginavam num cargo autárquico desta natureza". No entanto acha que "toda a compilação é surpreendente" e "que a vitória se deve a este perfil, completamente novo e inesperado.".

Para Júlia Rodrigues é à partida "uma pergunta interessante", porque foi "candidata em 2009, o Partido Socialista em Mirandela tem uma história, nunca conseguimos, nunca chegamos a ter nenhum vereador.". Atendendo que em 2013 "por motivos pessoais" não se candidata e "depois em 2017 acabei por assumir esta candidatura" e é aqui que "conseguimos acima de tudo, chegar às pessoas e esta proximidade com que trabalhamos o nosso trabalho político", fez com que fizesse "uma campanha dinâmica".

Além de ser a primeira mulher a presidir esta autarquia é a primeira candidata do Partido Socialista a concebê-lo, sendo que reconhece que o "1º ano é sempre um ano bastante difícil, essencialmente depois de 42 anos de liderança PSD, com um mandato do CDS.". Arremata que "foi um passo na democracia, um passo também importante na liderança no feminino, porque eu dizia sempre em 2009, depois evoluiu o pensamento, que eu tinha 3 características negativas para o eleitorado (…) que era o facto de ser mulher, o ser nova e o ser socialista.". E eis que são estas mesmas características que considera que a fizeram vencer em 2017, pois "acabaram por ser trunfos, ou seja, transformamos as dificuldades em oportunidades.". Admite que desta vez, sempre acreditou "que tinha chegado a altura da mudança em Mirandela".

Muito disto se parece ao que aconteceu a Luísa Salgueiro, na sua eleição em Matosinhos, diferentemente conseguiu uma (re)conquista socialista na Câmara matosinhense. Interrompeu logo no início da pergunta, em tom risonho que "os matosinhenses já sabiam que eu ia ganhar", e foi com esta sua confiança que desenvolveu a contínua resposta e até mesmo a entrevista na sua integra. Mas afirma que a surpresa também foi por ela ser mulher, até porque, segundo ela, avançou num cenário muito difícil, "com candidatos aparentemente muito fortes e eu avançava numa candidatura num partido que se tinha dividido e sendo eu jovem e sendo mulher, à priori poderia parecer difícil", diz até que crê que "alguns avançaram, exatamente por ser eu, porque acharam que era mais fácil de me derrotar". Arremata com a plena noção que "fui conquistando o eleitorado", porque "as pessoas viram nos meus projetos, nos ideais que nos protagonizavam, algo em que se reconheceram.".

4.2.3 **Com certeza tem ideia de que são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais no país. Considera um número reduzido?**

A concordância do "Sim, acho." Nesta pergunta foi unânime às seis entrevistadas.

A presidente da Junta de Canidelo afirma que "é muito reduzido", como também "é muito reduzido em Presidentes de Junta, como será muito reduzido o nº de deputadas da AR, apesar de haver um acompanhamento da Lei das Cotas." Assim, o "ideal será sempre que essa legitimidade formal não tenha de ser invocada para aprovar uma lista", porque "a vida política é um compromisso" que deve ser pautado "pela disponibilidade da competência, o gosto das pessoas pela tarefa" e acrescenta "o mérito" porque "às vezes, há muito mérito, mas há formatos de personalidade que podem não sustentar só o mérito".

Nesta abordagem, positivamente acredita "que é uma situação que se vai alterar muito rapidamente", sendo que "é preciso é que os partidos também mudem as sua estruturas, e eles próprios candidatem mais mulheres. Sinceramente, acho que o problema está aí.".

Não obstante, acredita que o problema não está nos portugueses em si (eleitorado), "a esse nível são exemplos de abertura, de tolerância", o problema está nas estruturas, no que "a gente sabe que é uma luta pelo poder. É o lado condenável dessa questão.".

Para Catarina Araújo, "há uma evolução, mas claro que é reduzido.". Acredita que as mulheres "acrescentam à política" porque "conseguimos pensar em coisas diferentes dos homens" e "acrescentamos valor" e é nesta "diversidade que está a meritocracia das mulheres e abdicar disto, só por ser mulher, não faz sentido. Não é inteligente.".

"Muitas vezes, em meu entender, a sociedade também não está preparada para valorizar a mulher e o papel da mulher como dirigente", é assim que Fernanda Morais considera esta questão na escassa presença da mulher na presidência de Câmara. Porque "ainda vê muito o lado maternal em primeiro lugar e acha que a mulher não consegue conciliar todos esses papéis".

Porém, reconhece que as mulheres "têm algum receio de dar um passo em frente e de assumir um papel de destaque, porque o papel de destaque pressupõe um maior escrutínio", considera ser este um motivo forte para a falta de mulheres dirigentes na política.

Mas não tem dúvida que se "nós, mulheres políticas, colocarmos aquilo que de melhor a mulher tem" não tem dúvidas que rapidamente "irão aparecer mais mulheres presidentes de Câmara e até mesmo nos Executivos.".

Na visão da Júlia Rodrigues, 32 presidentes em 308 municípios é um número reduzido. Mas acredita que "nós (mulheres) temos de lutar pelos nossos objetivos muito claros e, por isso, às vezes o que podemos ser criticadas é que é uma imposição nós estarmos".

Na autarquia que preside, tanto na Assembleia Municipal, como na Câmara Municipal, tem 50/50 mulheres e homens. Concorda com as cotas, porque acha que "é uma forma de nós chegarmos mais longe em menos tempo".

Acaba afirmando que tem a consciência que "também existem mulheres que não lutam pelo facto de serem mulheres e estão à espera que o lugar chegue até elas", deixa claro, com isto, que "não é uma crítica", mas sim "uma visão realista da política no feminino que tenho.".

Segundo a perspetiva de Luísa Salgueiro, é "reduzidíssimo" e "inexpressivo face à intervenção política e pública que as mulheres têm sobretudo no mundo autárquico", até porque isto "revela bem o quão lento é o processo de afirmação sobretudo nos lugares de topo". Considera que "é muito difícil uma mulher ser o *Número 1*".

Defende que isto que se deve "primeiro ao estereótipo que a política não é para mulheres, porque as mulheres têm a vida muito ocupada e não gostam." Afirma que os homens é que consideram este segmento, porém são as mulheres que devem trabalhar isto. Tem, tal como as outras entrevistadas, uma visão futura positiva, "nos próximos anos a situação vai mudar", a "repercussão da cultura, de atitude e das próprias mulheres que agora despertam para outro tipo de participação."

Tal como Inês de Medeiros, que acredita que "é uma situação que se vai alterar muito rapidamente, um bocado como se alterou numa série de outras profissões". Considera que os "partidos também mudem a sua estrutura, e eles próprios candidatem mais mulheres". Só assim a política conseguirá a sua mudança, através das mudanças nas estruturas, acredita que é aqui que está o problema.

4.2.4 **São poucos mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca à paridade política no país?**

Todas as entrevistadas, apostam na mudança de mentalidades e de conduta para que se atinja a paridade no parâmetro político no país, em todos os seus níveis, no legislativo, europeu e, claro, no autárquico.

Fernanda Morais acredita que ainda "temos um caminho a percorrer" e que "esse caminho cabe muito mais às mulheres do que aos homens". Na sua perspetiva, assumindo sempre o plural das mulheres como "nós", "temos de assumir, de uma vez por todas, que somos tão capazes quanto eles". Tudo isto traz às poucas mulheres "que estão no poder autárquico e no poder político, uma grande responsabilidade". A vereadora deixa claro que "a mulher é sempre muito escrutinada. A forma de vestir, se aparece no mesmo dia, com a mesma roupa", "a forma como cruzamos a perna", "no facto de verbalizarmos, por exemplo, gestualmente, com as mãos" e para isto é preciso "termos uma grande maturidade emocional, para conseguirmos contornar essas envolvências.".

Arremata com uma goleada na lei de cotas, dizendo que "se para chegarmos a esses lugares é necessária uma lei, acho que algo não estará bem e é preciso mudarmos", mas deixa claro que "as mulheres" têm a responsabilidade "para que a sociedade olhe para nós de maneira diferente.".

Luísa Salgueiro afirma que "é necessária uma forma diferente de olhar para a participação e há que promover a formação das pessoas, a sensibilização para que elas estejam disponíveis para a participação política", mas é muito positiva relativamente às gerações futuras nesta temática.

Verifica que "as mulheres têm vindo a participar cada vez mais e são ativas", e portanto, confia que "o panorama vai mudar".

Para Catarina "há muito para fazer, há muito trabalho e compete-nos a nós, fazê-lo. Não deixando de reconhecer o que já foi feito.". Acredita que o caminho para a paridade política se está a fazer, dizendo que "eu acho que este é o caminho que temos de percorrer até não ser necessário que existam mais cotas".

Refere um dos exemplos para ela, Assunção Cristas, dirigente do partido que ela própria integra, o CDS, dizendo que a Assunção "era ministra, com uma pasta pesadíssima, com um peso governativo enorme e foi mãe. Foi mãe durante a legislatura.". Dá como exemplo uma mulher que concilia o seio familiar, de 4 filhos, com "a agenda dela com constante presença no terreno".

Já a autarca almadense diz que a legislação é um fator que ajudará para igualar a presença feminina e masculina na política, mas que "as estruturas de poder é que continuam a ser extremamente machistas, mas são as estruturas, dos vários poderes públicos e privados".

Inês relembra que na AR "o lugar da mulher acabava por estar sempre remetido para o terceiro lugar. Eu lembro de haver discussões na AR de todos os partidos." Acrescenta que "a certa altura estipulou-se que o lugar das mulheres, nas listas, por exemplo, era o terceiro, o sexto, o nono. Isto era como se fosse uma coisa normal e não é.".

Maria José Gamboa, neste segmento afirma que o "A lei só traduz a incapacidade de as sociedades se organizarem, portanto, é um corretor, vai gerindo os equilíbrios", perceciona com isto que "o mais importante não seria a paridade da lei, seria a paridade do relacionamento dos homens e das mulheres numa sociedade que lhes é comum."

No final desta reflexão acrescenta que "a vida política quando precisa de uma lei para afirmar a paridade entre homem e mulher, também diz alguma coisa à violência, vem dizer [Eu preciso de uma lei para não continuar a violentar as mulheres em Portugal que querem fazer caminho político]."

Por fim, Júlia Rodrigues, depois de afirmar que "ainda há muito para fazer", faz menção ao impasse das mulheres para entrar vida política, dizendo que se pode dever a "uma questão de a prioridade delas e a felicidade delas depender essencialmente de uma família organizada e quando a família precisa" estão disponíveis para esta.

Não obstante, esta presidente, vê como entrave da participação política feminina, "o envolvimento muito grande na vida familiar", mas que "há cada vez mais mulheres com participação em instituições". Contudo "ainda há muito caminho a fazer.".

4.2.5 **Quais, acha, que são os obstáculos que a mulher tem na política que não tem um homem?**

Inês de Medeiros faz uma análise muito direta, que corresponde, basicamente, ao escrutínio muito mais acentuado sob as mulheres que não sob os homens, sendo que, a "exigência relativamente às mulheres é 10 vezes maior", porque quer na política como no geral "uma mulher tem de ser perfeita no seu trabalho, na sua casa, a sua aparência, na sua conduta, em tudo."

Acrescenta que "um homem faz uma demonstração de autoridade é um chefe, uma mulher faz a mesma demonstração já se sabe que é uma histérica". Mais à frente diz "a mulher ou é louca ou é histérica, basicamente são essas as designações que se dão.".

Segundo ela, as mulheres também participam nestas criticas, pois embarcam "neste género de discurso, na redução, na minimização das mulheres" e isto faz com que sobretudo na política, "há poucas mulheres disponíveis "e que "há uma exposição mediática que pode ser muito dura e que é extremamente violenta", e assim sendo, "há muitas mulheres que não estão para isto.".

Há um exemplo "extraordinário" que a Inês dá e que percebemos ser importante referi-lo nesta instância:

> Nem sequer aconteceu em Portugal, mas quando em França, a Dra. Ségolène Royal se apresentou como candidata às presidenciais francesas, nunca mais me esqueço de uma imagem, de uma reportagem de quando ela ia fazer campanha onde o chão estava enlameado, então eles filmaram os sapatos de salto na lama. (Inês de Medeiros, 2019).

Depois disto, padece da reflexão de que há uma "desvalorização" e, de que "nenhuma TV, nenhum jornalista, nunca ninguém se lembrou de ir filmar os sapatos de um homem a pisar a lama". Há outra coisa que, segundo esta presidente a põe "louca", que é "machismo paternalista", que diz ser algo que conhece bem, porque leva à "desvalorização, à descredibilização", sendo que "ninguém ousa ser paternalista com um homem, mas ousam com as mulheres.".

Para Maria Gamboa "há uma dimensão cultural que ainda pesa e é passada" de geração em geração. Afirma que "nem sempre as mulheres estão na política porque são ostracizadas, ou porque são secundarizadas, muitas delas escolhem não estar." As mulheres "ainda vivem debaixo de estereótipos difíceis", mas também "as mulheres sejam muito exigentes na política, uma dimensão que muitas vezes as pessoas não conhecem. As mulheres dificilmente vendem gato por lebre.". Mas tal como todas as entrevistadas acabam por referenciar, quer duma forma, quer de outra, do ponto de vista cultural "foi sempre muito dado na palma da mão aos homens, mesmo que eles não quisessem.".

Segundo a vereadora da CM do Porto, "tem muito a ver com a questão da maternidade", que para elas "é mais exigente", mas é necessário trabalhar no sentido de "criar condições para que essas dificuldades não sejam impeditivas de que as mulheres tenham a vida profissional que desejam, que tenham condições para conciliar.". Acaba mais à frente,

nesta pergunta, com uma frase que marcou esta entrevista: “Nós não queremos estar em vantagem. Nós não queremos é estar em desvantagem.”.

Fernanda Morais diz-nos apenas que, durante a sua investidura como vereadora, como mulher política, nunca sentiu nenhum obstáculo.

Para Júlia Rodrigues, na maior parte das vezes “são obstáculos internos, pessoais, temos de nos libertar um bocadinho das amarras em relação a certos estereótipos sociais.”. No seu entender, em Mirandela, sendo “uma terra pequena”, as “pessoas são muito escrutinadas”. No seu entender “em relação aos homens” há cada vez mais escrutínio, “porque as pessoas estão cada vez mais exigentes para com aqueles que depositam confiança.”.

4.2.6 **Até que ponto existe paridade na abordagem da imprensa relativamente às mulheres autarcas?**

A presidente dos matosinhenses, considera que “não existe” paridade na imprensa, porque “não são várias as vezes que saem notícias sobre a região do Porto” e acrescente mais à frente, falando das mulheres autarcas na 3ª pessoa do plural, como presidentes de Câmara, “raramente nos solicitam” e quando o fazem é para prestar “declarações sobre o dia da Mulher.”

Não obstante, refere que “só falamos sobre assuntos socais, saúde e quando é trânsito, urbanismo, por aí, são os homens.” Posto isto, acaba com “são os media que produzem estereótipos”.

Ao contrário, Júlia Rodrigues, segundo a sua experiência nos últimos anos, “existe uma equidade de tratamento, portanto, não existe uma questão de ser homem e ser mulher, é o ou a presidente de Câmara”. No decorrer desta pergunta, necessitou de expor o episódio que a marcou enquanto mulher na política de forma negativa, por parte de outro político, o deputado José Silvano, mas salientando que a imprensa apenas deu o “parecer dos factos”, sem opiniões. Num comício no PSD em Mirandela “o ex presidente de Mirandela, fez declarações pouco abonatórias em relação à minha candidatura e à minha pessoa”, pois este “referia-se de uma forma pouco digna à questão da minha condição de ser mulher” com uma frase que passou a citar: “As eleições autárquicas não eram nenhum

concurso de beleza.". Concordando que atitudes desiguais, muitas vezes, vêm das próprias estruturas e não do povo em si.

Fernanda Morais reconhece uma "evolução a esse nível" e que é "um caminho gradual". Faz uma análise, fora os media, de que sente que "os pelouros que são atribuídos às mulheres políticas, às vereadoras, é a educação, a cultura e ação social" e a comunicação social, "como isto não vende ou vende muito pouco" não dá importância a eventos relacionados com estes segmentos. "Aquilo que noto é que esses eventos na comunicação escrita, que são importantes, vêm em 3 ou 4 linhas.".

Catarina Araújo nunca sentiu algum tipo de descriminação por parte dos media, mas considera que "as mulheres autarcas têm de ter o mesmo tempo disponível na imprensa (…) independentemente do género". Para ela é importante "dar visibilidade a questões de diferenças salariais, medidas de paternalidade mais equilibradas. Tudo é importante para que o caminho se faça a um passo mais acelerado.".

Maria José Gamboa, reitera que não tem essa perceção dos media e que não sente isso, porque "os presidentes e as presidentes de Junta, não são quem enche as capas de jornais. Não são os elementos da vida política que têm maior importância para serem divulgados, porque contam histórias pequenas", contudo acrescenta que isto "é um erro". Porque o poder local é o "poder da população".

Vê isto como "um desprezo" que "traduz no fundo uma falta de inteligência na observação do poder Local". Fala que "os jornais regionais" vão tendo a preocupação" de acompanhar a freguesia, porque estes são muito lidos pelas "pessoas do local".

Por último, Inês de Medeiros, tem dificuldade em fazer a análise da cobertura jornalística, porque até acha que "as mulheres autarcas até têm uma projeção maior, por excecionalidade". Avança dizendo que "o escrutínio sob as mulheres é muito maior e, portanto, há sempre a hipótese de ela pisar uma poça de lama".

4.2.7 **Falemos das vantagens, se é que considera que existem, em exercer o cargo político como mulher.**

Júlia Rodrigues tem "vantagem pelo facto de algumas características nossa, que nos tornam mais próximas", "a questão da proximidade, da flexibilidade de percebermos rapidamente quais são as necessidades das famílias".

Luísa Salgueiro considera que "há muitas vantagens", porque "há uma visão diferente". Dá-se como exemplo, dizendo que a sua visão é "muito marcada pela minha experiência pessoal, enquanto mãe cuidadora, enquanto filha cuidadora, enquanto mulher que tem de passar por um caminho mais difícil para chegar aos espaços onde cheguei.". Considera que não é propriamente a questão da proximidade, porque os homens também podem estar próximos das pessoas, é sobretudo "uma compreensão e uma interpretação diferentes" que elas têm.

Fernanda Morais vê a mulher e o homem político como uma relação que se complementa, "por exemplo, um executivo só de mulheres não funcionaria, assim como, um executivo só de homens". Portanto, assume que "geneticamente" e "emocionalmente" os homens e as mulheres são diferentes, então fazem "leituras" de um "mesmo problema" diferentes.

Inês de Medeiros, afirma que políticos que são referência para ela, "são homens", também porque "a maioria dos políticos são homens e de facto é um facto". Não consegue sentir-se próxima de "uma senhora Tatcher, como se fosse uma referência por ser mulher, que não é de todo.". Não se inspira em políticas como esta e como Merkel, por exemplo.

Considera que a mulher chega a criar "barreira de proteção, justamente no sentido de proteger um bocado o íntimo" devido ao escrutínio que é sujeita, ao contrário do homem, que está muito à vontade, "pode dizer disparates, até pode ter a ponta da camisa a sair, ninguém vai dizer nada".

Para Mª José, a palavra "vantagem" acaba por ser discriminatório. No seu entender, a sociedade está a soltar-se "deste formato muito estereotipado de dimensão cultural de que há tarefas" que são só para homens ou só para mulheres. Acredita que "havemos de chegar ao patamar" em que "será acessível com um ou com uma.".

Catarina acredita que as mulheres fazem de "uma forma diferente" e que a "diversidade" é "positiva", sendo que "as mulheres são de facto mais qualificadas, têm grandes capacidades técnicas". Faz em forma de apelo uma observação, "Criem às mulheres, deem-lhe estas oportunidades e vão ver como elas disparam para o topo".

Estas foram as perguntas desenvolvidas através do guião, porém, tal como já foi referido, as entrevistas de elite semi-estruturadas, permitiram-nos abertura para introduzir observações e outras perguntas no decorrer da entrevista, e achamos importante deixar algumas notas disso mesmo, que acabam por ser enriquecedor para o trabalho exploratório.

4.3 Notas importantes no trabalho de campo – Entrevistas de Elite

a) Luísa Salgueiro fala do episódio que chegou a ser notícia nos media (em nenhum jornal analisado, isto foi mencionado) com o eurodeputado Manuel dos Santos, em que ele a descreve como uma "cigana". Mostra na nossa entrevista que achou profundamente "lamentável" e "desprezível" as declarações do mesmo. Sentiu que foi uma atitude preconceituosa, quer seja pela comunidade cigana, quer por ela ser mulher, pois "se fosse com homem, o Dr. Manuel dos Santos, não teria feito isso, mas achou que me ia espezinhar. Não conseguiu.".

b) Todas as autarcas entrevistadas consideram que ainda muito há a fazer no caminho da igualdade na política autárquica. Acreditam que futuramente se irá conseguir chegar a esse patamar de equidade, mas que ainda muito caminho tem de se percorrer. Este pensamento é unânime.

c) Relativamente à imprensa, a resposta é conforme, pois percebemos que a maior parte destas mulheres entrevistadas não dão especial interesse ao que sai nos jornais generalistas, como é exemplo as presidentes Inês de Medeiros e Luísa Salgueiro. Pois, quando lhe é dito, em "título de curiosidade" que elas são as mulheres mais referidas na imprensa (pelo menos nos jornais analisados), elas dizem "não fazer ideia", mas que acreditam que sim.

d) Todas as autarcas entrevistadas acreditam que há um escrutínio exacerbado sob as mulheres políticas, seja pela forma de vestir, pelos modos como falam. Todas as seis mulheres políticas têm algum episódio que já viveram em que a sua condição como profissional na política foi posta em causa apenas por serem mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de género são relações de poder.

Simone de Beauvoir

Chegado o fim deste trabalho, podemos concluir que Portugal ainda tem um longo caminho a fazer para que se cumpra a paridade na esfera política, não só a todos os níveis de governo, mas, sobretudo, no meio autárquico. Foi neste último que consideramos estudado no presente trabalho de investigação, até porque uma das motivações para a realização deste trabalho passou pelos resultados das Autárquicas de 2017, onde apenas 32 mulheres foram eleitas presidentes de câmara.

É de salientar que dada a história política portuguesa não pode ser omitida a responsabilidade do Estado nesta matéria, uma vez que ao longo de várias décadas foi negando às mulheres o acesso a um amplo conjunto de direitos, tal como tivemos oportunidade de evidenciar na contextualização do presente trabalho.

As mulheres têm, ao longo do tempo, ocupado uma posição mais frágil na estrutura social, tanto na dimensão pública como também na privada. E, deste modo, é de especial atenção verificar de que modo estão inseridas no espetro político. É curioso, depois de alguns anos em democracia, que o número de mulheres na política seja ainda tão reduzido. Contudo, segundo a nossa análise qualitativa e quantitativa, estamos em crer que daqui a poucos anos esta situação poderá ser revertida. As novas gerações estão mais consciencializadas da mudança que o poder político precisa, tendo sido este um dos argumentos apresentados na entrevista de Luísa Salgueiro em que crê que **as mulheres jovens têm sido cada mais ativas e participativas nas questões políticas** e, por isto, confia que o "panorama vai mudar".

Foi consensual em todas as mulheres entrevistadas que de ainda muito há para se fazer para existir uma maior participação feminina na política, e que é necessária uma

conciliação de esforços públicos para promover esta participação, mas também que é obrigatório sensibilizar as mulheres para esta mesma participação.

Sabendo-se que as mulheres representam mais de metade da população do país, pareceu-nos ser de extrema importância para a compreensão da sociedade portuguesa, em geral, e da esfera de poder governativo, em particular, compreender porque é tão parca a presença das mulheres nas presidências autárquicas no país. Assim, através deste trabalho de investigação, especialmente através das entrevistas às seis mulheres autarcas, percebemos que **ainda se verifica um estereótipo que a política não é para as mulheres, pois todas as entrevistadas creem que isto se deve tanto ao regime patriarcal que Portugal viveu durante décadas**, como à falta de promoção de espaços de participação das mulheres e a uma tradição muito difícil de inverter em que só o homem é capaz de estar no topo da gestão e das tomadas de decisão. Mas, tal como nos refere Inês de Medeiros, possivelmente é devido a isto que **há poucas mulheres disponíveis para a política porque a projeção e exposição pública de alguns cargos de poder na política pode ser muito dura e extremamente violenta, pelo que muitas mulheres não estão disponíveis**. Tanto as presidentes de câmara, vereadoras e a presidente da junta, mencionam o escrutínio em relação às mulheres, especialmente para aquelas que estão em lugares de decisão, como um avassalador obstáculo ao exercício das suas funções, pois **todas já viveram uma ou outra situação que sentiram uma descriminação à sua condição de mulher com um cargo político**, como foi o caso de Luísa Salgueiro e Júlia Rodrigues em que colegas homens fizeram declarações pouco abonatórias em relação à sua imagem física ou à sua postura enquanto mulheres políticas. Temos, também, Inês de Medeiros que retrata situações consecutivas em que foi criticada pela sua profissão de atriz anterior ao lugar de presidente da câmara de Almada, como Catarina Araújo que, quando decide abraçar um cargo político longe de casa, é-lhe colocado em causa o seu papel de mãe e esposa, até mesmo por pessoas amigas e familiares.

No final de contas, acabámos por perceber que **as mulheres detentoras de cargos políticos exercem normalmente as suas funções, conseguindo gerir de forma meticulosa toda a sua agenda política em equilíbrio com a agenda pessoal e familiar** (pois todas elas são mães e algumas delas referem que se os filhos fossem pequenos não assumiriam o cargo político que exercem de momento) e a si mesmas, admitindo que têm cargos que exigem muito, mas todas as entrevistadas referem a ajuda das próprias famílias e as equipas de profissionais com quem trabalham diariamente e que são cruciais para

conseguirem ter sucesso no cargo que exercem. É neste sentido que se espera alterações significativas na estrutura social no futuro próximo, particularmente no que concerne aos campos do poder político. **As entrevistadas acreditam que as mulheres são perfeitamente capazes de serem mães, de terem a sua família bem estruturada e fazerem um trabalho de excelência nos cargos de liderança**. E mais: assumem que as mulheres acrescentam valor à política e que a diversidade é necessária no espetro político e que **a Lei da Paridade tem sido impulsionadora e uma grande ajuda na participação das mulheres na política**, que se torna importante que a legislação chegue aos 50/50.

Tendo por base a análise realizada ao produto jornalístico selecionado, um universo de 420 edições de jornais analisadas – 210 edições do *Jornal de Notícias* e outros tantos do *Público* - **verificámos uma grande discrepância entre o número de peças jornalísticas que referem os homens autarcas e as que referem as mulheres autarcas**. No jornal *Público*, num total de 75 peças jornalísticas dedicadas aos autarcas do país, **apenas 12% das peças jornalísticas são dedicadas às mulheres**, ou seja, 62 peças são dedicadas aos homens. Por sua vez, no *Jornal de Notícias*, os números revelam uma maior discrepância, num universo de 140 peças jornalísticas destinadas a autarcas, **os homens com cargos de presidência são mencionados em 115 peças e em apenas 25 peças são dedicadas às mulheres com cargos políticos**. Indubitavelmente, percebemos que duas das nossas entrevistadas foram as mais referidas na imprensa nacional (Luísa Salgueiro e Inês de Medeiros), sendo que **a autarca de Almada foi a única mulher a dar uma entrevista nos jornais analisados,** pois o cerne da entrevista foi a excecionalidade da presidência da câmara no feminino e o facto de Inês de Medeiros pertencer a um partido (PS) que nunca esteve à frente da Câmara municipal de Almada. **Em nenhum dos jornais dos sete meses que analisámos se registou uma primeira página com mulher presidente de câmara municipal**, ao invés dos presidentes de câmara - Fernando Medina (presidente da câmara municipal de Lisboa), Rui Moreira (presidente da câmara do Porto), Eduardo Rodrigues (presidente da câmara de Vila Nova de Gaia) que têm esse destaque em média duas vezes cada um.

Percebemos que a maior parte das entrevistadas consideram que a imprensa nacional precisa de dar uma maior atenção às mulheres nas páginas e secções de 'Política', bem como devia projetá-las para as suas manchetes, uma vez que é através das primeiras-páginas que se consegue uma maior e mais rápida atenção da sociedade para o papel

destas protagonistas e, consequentemente, consegue-se um maior equilíbrio entre géneros. As entrevistas revelam, também, uma conformidade com os resultados obtidos na análise qualitativa e quantitativa ao conteúdo jornalístico, **há uma sub-representação acentuada da mulher na política em Portugal**.

E é através da análise ao produto jornalístico e das entrevistas de elite realizadas, que acreditamos que o caminho da valorização da mulher como representante política está em marcha e a dar frutos, ainda que com reduzidos resultados. Deste modo, já se verifica, de forma geral, uma maior consciencialização social e das próprias estruturas políticas, em particular. Tal como referiu Inês de Medeiros, **a consciencialização tem que ser mais acentuada nas estruturas políticas dentro dos próprios partidos políticos, pois é aqui que se inicia este difícil e sinuoso caminho da participação feminina na política**.

Para concluir, através deste estudo de caso revelou-se que as presidentes de Câmara e de Juntas, bem como, entidades do Executivo das câmaras **estão, claramente, conscientes das desigualdades de género existentes na política e da importância de medidas promotoras da igualdade para além da Lei da Paridade**, face à qual se continuam a registar resistências.

O caminho trilha-se com a consciência de que é necessário continuar a desenvolver promoções para a integração das mulheres na carreira política, no sentido de posteriormente se verificar a presença e visibilidade da mulher nos lugares de topo do Poder Local, mas também em cargos de chefia de outras entidades públicas. Este desenvolvimento poderá, eventualmente, surgir não só com a implementação de medidas/legislação adequadas para tal, mas, sobretudo, com a disseminação de políticas educacionais que tenham na sua base a premissa da igualdade e equidade de oportunidades entre géneros. Embora já muito presentes nas sociedades contemporâneas ainda carecem de bastante cuidado e atenção para que no futuro estas e outras mulheres sejam o rosto da mudança.

Face ao exposto, podemos retirar algumas elações e recomendações para o futuro, nomeadamente no que concerne à articulação das tendências registadas nas análises ao produto jornalístico e às entrevistas realizadas: perante uma clara sub-representação da mulher na política autárquica é necessária uma contínua promoção de medidas estruturais que promovam a maior participação de mulheres na esfera política.

Como exemplos do que poderiam ser futuros estudos no âmbito desta temática, sugerimos uma análise aos *media* generalistas portugueses nas próximas Autárquicas de 2021, bem como entrevistas às futuras presidentes de câmara eleitas para perceber de que forma a presença da mulher na política se altera. E caso não se verifique um aumento significo do número de mulheres no cargo de liderança das autarquias, poderá ser interessante abranger os homens autarcas em estudos semelhantes. Esperamos, assim, que esta reflexão se possa traduzir numa contribuição e ponto de partida para investigações futuras.

BIBLIOGRAFIA

Administração Eleitoral – Lista das Eleições Autárquicas 2017. Site. (2017). Consultado em: [https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2017/]

Almeida, Maria. (2015). Mulheres na política portuguesa. Artigo publicado pelo ISCTE.

Amâncio, Lígia. (1992) As Assimetrias nas Representações do Género. Artigo em Revista Crítica de Ciências Sociais, nº34, 1992. Consultado em: [https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Ligia%20Amancio%20%20As%20Assimetrias%20nas%20Representacoes%20do%20Genero.pdf]

Araújo, Clara. Alves, José. (2007). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 535 a 577. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas.

Cabrera, Ana. Baptista, Carla. Mata, Maria. Flores, Teresa. (2016) Lisboa: Aletheia Editores.

Costa, Edna. Os Caminhos do Poder no Feminino. 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

Dias, Nuno. (2011). Artigo: "A paridade no Parlamento: Itinerário de um paradigma."

Espada, Isabel. Vasconcellos, Graça. Coucello, Ana. (2002). Género e Comportamento Eleitoral. O Eleitorado português e a atividade política das Mulheres.

Espírito-Santo, Ana Lúcia. Santos, Helena. Teixeira, Ana. (2018). Balanço da implementação da Lei da Paridade em diferentes níveis de governo.

Espírito-Santo, Paula. (2010). Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Génese, Fundamentos e Problemas. Lisboa: Edições Sílabo.

Inglehart, Ronald. Norris, Pippa. (2003). Gender Equality and Cultural Change around the World. Cambridge University Press, USA.

Krook, Mona Lena. (2009). Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide. Publicado por Oxford Scholarship Online.

Lima, Helena. (2018). O JORNAL DE NOTÍCIAS: TRADIÇÃO E EVOLUÇÃO PARA O MODELO DE IMPRENSA POPULAR in Notícias Em Portugal. Lisboa: ICNOVA.

Lisboa, Manuel. Teixeira, Ana. (2014). Jornadas Internacionais Falar de Mulheres, dez anos Depois, nos dia 20 e 21 de Outubro. Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas na Faculdade de CSH da Universidade Nova de Lisboa.

Lisboa, Manuel. Frias Graça, Cerejo, Ana. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELITES POLÍTICAS E ECONÓMICAS NO PORTUGAL DEMOCRÁ TICO (25 DE ABRIL DE 1974 A 2004). Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n." 18, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 163·187.

Lopes, F. (2007) "Homens públicos, mulheres privadas – a presença da mulher na informação televisiva", Comunicação apresentada no IX Congresso Ibero-Americano de Comunicação, Sevilha, 14 a 18 de novembro.

Magalhães, Maria José. (2015). Percursos Feministas: Desafiar os Tempos. Universidade do Porto.

Magalhães, Maria José. (2007). Movimentos Feministas em Portugal, 1970-2007", Conferência proferida no Seminário "As Faces de Eva: Perspetivas sobre a Mulher Portuguesa (908-2007)". Vila Nova de Famalicão.

Martins, Carla. (2015) Mulheres, Liderança Política e Media. Lisboa: Aletheia Editores.

Mendes, Fábio. (2016). Tese de Mestrado. O centro de documentação da redação do jornal Público – Edição Porto: Do físico ao digital.

Monteiro, Rosa. (2011). A Política de Quotas em Portugal: O papel dos partidos políticos e do feminismo de Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais, 1 março.

Monteiro, Rosa. Ferreira, Virgínia. (2012). Metamorfoses das relações entre o Estado e os movimentos de mulheres em Portugal: entre a institucionalização e a autonomia. Ex aequo. Versão imprensa ISSN 0874-5560.

Nolasco, Loreci. (2010). Mulheres na Política: Conquistas e Entraves e Conquistas. Artigo

Oliveira: Catarina. (2018) Mulheres em Campanha: Desconstrução de estereótipos de género no jornalismo e na política.

Mota, Susana. (2015). Maria de Lourdes Pintasilgo e a Sociedade Portuguesa. Artigo consultado na E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP N.º 3, maio de 2015.

Peça, Marta. (2010). Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.

Pocinho, Margarida. (2012). Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico. Lisboa, Lidel.

Sampaio, Rosa. (2010). Comunicação Política: Quem são e como comunicam os 18 municípios do distrito do Porto. Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Santos, Maria Helena. Cerqueira, Carla. Cruz, Rui. (2017). Abrindo a Caixa de Pandora - a Participação Política das Mulheres, as Desigualdades de Género e a Ação Positiva. JOURNAL OF STUDIES ON CITIZENSHIP AND SUSTAINABILITY.

Saraiva, Ana Paula. (2014). Liderança Feminina no Poder Político Local em Portugal: Representações, Media e Visibilidade.

Saraiva, Ana Paula. (2017). As presidentes de Câmara no Poder Local em Portugal.

Santos, Helena. Amâncio, Lígia. (2010). competência política, a desigualdade de género e as medidas de acção positiva: uma questão "natural" ou de "competência"? Artigo [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492010000100006]

Silva, Luísa. (2015) As Políticas de Igualdade de Género nos Municípios Portugueses. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.

Simões, Raquel. (2017). A perceção da população face à presença de mulheres na política.

Quivy, Raymond. Campenhoudt, Luc. (1995). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 1992. Lisboa: Gradiva.

Tarrafa, Cristiana. (2015). A Mulher, a Política e os *Media*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.

Teixeira, Ana. (2016) Desigualdades de género nos cargos políticos em Portugal: do poder central ao poder local. Tese de Doutoramento.

Teixeira, Catarina. (2013). O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1988.

Viegas, José Manuel Leite. Faria, Sérgio. (1999). Participação política feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos. Oeiras. Celta Editora.

APÊNDICES

Apêndice 1: Guião para as Entrevistas Semi – Estruturadas às Presidentes de Câmara

Breve Apresentação

Nome:

Naturalidade:

Percurso mais relevante:

1. Como consegue gerir o cargo político, que certamente lhe ocupa muito do seu tempo, com o seu lado privado?
2. Acha que a surpresa que houve com a sua eleição como Presidente de Câmara desta autarquia, se deveu também, ao facto de ser uma mulher a conceber este feito?
3. Com certeza tem a ideia de que em Portugal são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais, um número reduzido. Concorda?
4. São pouco mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca a paridade política no país?
5. Quais acha que são os obstáculos que uma mulher tem na política que não tem um homem?
6. Até que ponto considera que existe paridade na abordagem dos media em relação às mulheres autarcas?
7. Falemos das vantagens, se considerar que existem, em governar a autarquia, como mulher.

Apêndice 2: Guião para as Entrevistas Semi – Estruturadas às Vereadoras

Breve Apresentação

Nome:

Naturalidade:

Percurso mais relevante:

1. Como consegue gerir o cargo político, que certamente lhe ocupa muito do seu tempo, com o seu lado privado?
2. Com certeza tem a ideia de que em Portugal são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais, um número reduzido, diria eu. Concorda?
3. São pouco mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca a paridade política no país?
4. Quais acha que são os obstáculos que uma mulher tem na política que não tem um homem?
5. Até que ponto considera que existe paridade na abordagem dos media em relação às mulheres autarcas?
6. Falemos das vantagens, se considerar que existem, em exercer este cargo político na autarquia, como mulher.

Apêndice 3: Guião para as Entrevista Semi – Estruturada à Presidente de Junta de Freguesia

Breve Apresentação

Nome:

Naturalidade:

Percurso mais relevante:

1. Como consegue gerir o cargo político, que certamente lhe ocupa muito do seu tempo, com o seu lado privado?
2. Com certeza tem a ideia de que em Portugal são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais, um número reduzido, diria eu. Concorda?
3. São pouco mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca a paridade política no país?
4. Quais acha que são os obstáculos que uma mulher tem na política que não tem um homem?
5. Até que ponto considera que existe paridade na abordagem dos media em relação às mulheres autarcas?
6. Falemos das vantagens, se considerar que existem, em exercer este cargo político na autarquia, como mulher.

Apêndice 4: Entrevista a Inês de Medeiros

Almada, 11 de janeiro 2019 - 21.00h

AA – Amália Afonso IM- Presidente Inês de Medeiros

AA - **A Inês é mãe, filha, irmã… Como é que consegue gerir o cargo político que exerce, que lhe ocupa, certamente, muito tempo e conciliar com o seu lado privado?**

IM. – Quer dizer, acho que todas as mulheres autárquicas são mães, filhas e irmãs. Nem todas serão mães, mas todas são filhas de certeza e não sei se têm irmãs ou não. A única diferença é que, de facto, eu venho de uma família em si mesma, já mediática. Portanto, só nesse sentido é que a questão das relações familiares, ou da vida privada. Dito isto, ou seja, concilia em termos de dia a dia?

AA – **Sim, como é que gere o seu tempo.**

IM – Dificilmente. E devo-lhe dizer que só é possível, no meu caso e para mim e para alguém como eu, acho que só é possível assumir plenamente este cargo autárquico que é extremamente exigente e que ocupa muitas horas mesmo da nossa vida e que implica, forçosamente, um sacrifício grande da nossa vida pessoal, porque felizmente os meus filhos são crescidos, ou seja, um já está na faculdade, a minha filha está a acabar o liceu, portanto já tem uma autonomia muito grande. Não porque não tivesse o apoio do pai deles, mas quer dizer, estamos a falar de facto de uma carga de trabalho que vai muito para além de um horário normal de qualquer pessoa que trabalhe e porque ainda por cima, ainda tem uma dimensão de representação e de estar no território, na cidade de presença, que prolonga muito os horários normais.

Portanto, nesse sentido, eu pessoalmente, acho que com filhos pequenos não teria abraçado esse desafio, porque é qualquer coisa, se mesmo assim já alego que eu não vivo bem, há falta de tempo para uma vida pessoal, acho que é um elemento essencial de estabilidade para qualquer um de nós, então com filhos pequenos viveria pior, não faria esta ação política. Felizmente já estão numa altura em que isto já é possível de conciliar.

AA - **Ou seja, certamente esta gestão é relativamente aos filhos já serem grandes, porque se não fossem não estaria neste cargo.**

IM - Não, Não. Mas isso é uma opção pessoal. Não, certamente não teria essa disponibilidade. Até porque antes de entrar na vida política tinha uma vida extremamente

diferente, com intensos momentos de trabalho, que é na área do cinema, que é assim que acontece. E depois com períodos onde temos total disponibilidade, portanto vamos gerindo desta forma. Vamos compensando os momentos intensos de trabalho com tempo de qualidade, chamado tempo de qualidade.

Ora neste momento é o intendo todos os dias (ri-se) com dias muito, muito compridos. Mas por ex., uma das coisas que eu insisto e que tenho conseguido fazer, é que prefiro sair mais tarde a levar trabalho para casa, para chegar a casa e estar disponível. Mas não é fácil.

AA – **A presidente Inês foi, sem dúvida, das maiores surpresas das eleições de 1 out. 2017. Sente de alguma forma que esta surpresa para os demais foi, somente, por acontecer aquilo que não se previa, ou seja, vir a liderar uma câmara desde sempre comunista, ou também acha que pode ter sido uma surpresa devido ao facto de ser uma mulher a conceber este feito?**

IM – Acho que é as 2 coisas e acrescentar mais uma, acho que também foi uma surpresa pelo facto, não sei se é só mulher, não diria isso nesses termos. Acho que é mulher com o meu percurso, ou seja, como eu já disse, acabei por empreitar na vida política, já foi um bocadinho surpreendente em ir para deputada e acho que poucas pessoas me imaginavam num cargo autárquico desta natureza. Já tinha uma experiência autárquica na minha Junta de Freguesia, como presidente da Assembleia da Freguesia, mas é algo totalmente diferente e com outra dimensão e aí também já estava enquadrada como deputada e não só. Acho que todo o meu perfil embate com todos os preconceitos possíveis. É ter sido atriz, ter sido artista, mulher ou homem.

E, portanto, acho que consigo somar todos os preconceitos possíveis e isso obviamente com o fato de ter sido uma alteração substancial aqui em Almada ao fim de muito anos, muitos, muitos anos.

Toda essa compilação é surpreendente. Curiosamente eu acho que a vitória se deveu a este perfil, completamente novo e inesperado. Acho que de alguma maneira foi isso que os Almadenses também exprimiram. Mas tenho de dizer, há uma avante. É um município muito habituado a ser dirigido por uma mulher, durante muitos anos teve a presidente Maria Emília. Nesse sentido é até curioso sentir como as pessoas, para elas é natural que haja uma presidente mulher.

AA **– O que não é habitual.**

IM – O que não é habitual. E o mérito não é meu, é da presidente Maria Emília, ou seja, tive a questão muito facilitada nesse sentido, não é?

E até no sentido de mulheres, a presidente Maria E. era uma mulher de punho e com grande autoridade, portanto é mais fácil.

AA – **Pegando nesta questão de que não é habitual as mulheres na autarquia e com toda a certeza a presidente tem a ideia que em Portugal são apenas 32 as presidentes que presidem Câmaras Municipais, num nº de 309 presidentes de Câmara. Diria que é um número reduzido. Concorda comigo?**

IM – É evidente que concordo. Mas, eu acho (eu sou sempre positiva) que é uma situação que se vai alterar muito rapidamente, um bocado como se alterou numa série de outras profissões. Até porque o que se percebe é… Eu acho que para o eleitor, se houver 2 candidatos, é preciso é que os partidos também mudem a sua estrutura, e eles próprios candidatem mais mulheres. Porque eu acho que o problema não está nos eleitores, está nas estruturas. Sinceramente, acho que o problema não está aí. Não vejo em Portugal, nós esquecemos sempre de uma coisa muito importante, Portugal foi dos primeiros países europeus a ter uma 1ª ministra mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo. E só depois é que a França teve a sua 1ª ministra mulher, mas com um estardalhaço, uma coisa inacreditável.

Em Portugal passou-se muito pacificamente, não politicamente, mas foi pacífico. Mas o facto de ser mulher, também sabemos, uma mulher especial, com discurso especial, com um perfil muito particular. Mas quer dizer, eu não me lembro, eu não me lembro era muito miúda e não me lembro de haver um grande 'sururu' por haver uma 1ª ministra mulher.

E, portanto, eu acho que Portugal a esse nível, os portugueses, não é Portugal, é os portugueses a esse nível são exemplos de abertura, de tolerância, de falta de preconceito.

As estruturas políticas e administrativas e empresariais, o poder propriamente dito, é menos. E é sempre retrógrada, relativamente ao povo nessa matéria das mulheres, eu acho que na grande maioria das vezes, o poder é sempre mais retrógrado que os portugueses.

E a gente sabe que é uma luta pelo poder. É o lado condenável dessa questão. O problema sinceramente não acho que esteja nos portugueses.

AA – **São pouco mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca a paridade política?**

IM – HÁ! Acho que ainda há. Agora já houve outra vez a legislação, nós já tínhamos uma boa legislação, mas nem sempre era cumprida. Porque era aquela coisa, o que dizia na nossa legislação que não podia haver mais do que 2 elementos mesmo sexo seguido, ou seja, era a questão do terço, os 2 primeiros são homens, o terceiro tinha de ser mulher, ou as 2 primeiras mulheres e o terceiro homem. Isso é que nunca acontecia, o lugar da mulher acabava por estar sempre remetido para o 3º lugar. Eu lembro de haver discussões na Assembleia, de todos os partidos, isso aí, nenhum fica bem na fotografia.

E diziam: "Que chatice, não sei que, temos que arranjar uma mulher para o terceiro lugar e depois para o sexto lugar e nono lugar."

E muitas de nós perguntar: "Sim, e porque não para primeiro lugar e para o segundo e para o quarto e o quinto?" (ri-se)

Porque a certa altura estipulou-se que o lugar das mulheres, nas listas, p.ex., era o 3º, o 6º, o 9º e era de 3 em 3. Isto era como se fosse uma coisa normal e não é. A lei não diz que tem de ser homem ou que tem de ser mulher, o que diz é que não pode haver mais do que 2 do mesmo sexo, pois tinha de ser alternado.

Eu penso que a nova lei já é 50/50. Não sei se, entretanto, já mudou ou não.

AA – **Ainda não mudou.**

IM – Mas a lei que nós temos até me parece equilibrada, depois a aplicação da lei, mais uma vez…

E quer dizer, e ninguém se importou nada com esta lei e nunca se viu um movimento em Portugal de indignação, não há.

Agora, as estruturas de poder é que continuam a ser extremamente machistas, mas são as estruturas, dos vários poderes públicos e privados.

AA – **Quais acha que são os obstáculos que uma mulher tem na política que não tem um homem?**

IM – Acho que uma mulher na política tem os obstáculos que uma mulher tem no geral, que em posições de poder têm, ou seja, o obstáculo maior é uma espécie de necessidade de ser... ou seja, a exigência relativamente às mulheres é 10 vezes maior.

Uma mulher tem de ser perfeita no seu trabalho, na sua casa, a sua aparência, na sua conduta, em TUDO!

Um homem que faz uma demonstração de autoridade é um chefe, uma mulher que faz uma demonstração de autoridade já se sabe que é uma histérica. E depois há esta coisa extraordinária que quando nós virmos que são as críticas que se fazem às mulheres, sobretudo…

Mas mais uma vez não é só na política, é na política, é nos media, a nível empresarial...

E a política obviamente é o reflexo de todas essas instâncias de poder. Mas as críticas que se fazem às mulheres são sempre iguais, mulheres diferentíssimas entre si, mas quando querem fazer críticas são sempre iguais. E as mulheres também participam nisso.

A mulher ou é louca ou é histérica, basicamente são essas duas coisas, são essas as designações que se dão.

AA - **Muitas vezes são as mulheres que participam nessas críticas, não é?**

IM – Exatamente. E depois também há esta questão, que elas são as primeiras a embarcar neste género de discurso, na redução, na minimização das outras mulheres, numa espécie de cliché, há quase uma jubilação de ver as mulheres a confrontarem-se. Parece a luta entre mulheres, "Ai que giro". (ri-se) E há muitas mulheres que embarcam nisso. E depois há outra coisa que até se brinca, já sabemos que um homem quando tem de escolher alguém, mérito igual, não vou falar de mérito, é evidente que a noção d emérito é importante, mas quando tem de escolher alguém, preferencialmente escolha um homem. E a mulher quando tem de escolher alguém, preferencialmente, escolhe um homem. (ri-se).

AA – **É verdade. Mas é verdade, é crítico, mas é.**

IM – Sobretudo na política há poucas mulheres disponíveis e que a projeção mediática de alguns cargos de poder e na política anda mais, há uma exposição mediática que pode ser muito dura e que é extremamente violenta e que ainda mais violenta para as mulheres e eu acho que há muitas mulheres que não estão para isto.

Portanto, também muitas vezes é a dificuldade de encontrar alguém, de muito igual competência, não é isso que está em causa, de encontrar mulheres disponíveis, não é?

Porque de facto, a exposição mediática e a forma como se critica e se olha as mulheres é dez vezes mais violenta.

Eu dou sempre este exemplo extraordinário, que nem sequer aconteceu em Portugal, mas quando em França, a Dra. Ségolène Royal se apresentou como candidata às presidenciais francesas, nunca mais me esqueço de uma imagem, de uma reportagem de quando ela ia fazer campanha onde o chão estrava enlameado, então eles filmaram os sapatos de salto na lama. Quer dizer, nenhum TV, nenhum jornalista, NUNCA ninguém se lembrou de ir filmar os sapatos de um homem a pisar a lama. NUNCA. NINGUÉM. Quer dizer e não ter a consciência, quer dizer ela nem sequer pode ser presidente, ela nem sequer pode andar na lama e não sei que.

AA – **Uma desvalorização.**

IM – Há uma desvalorização e uma espécie de "É preciso ainda por cima que ela tenha um bom sapato para andar onde anda." É verdade.

As mulheres com exposição mediática também têm de ter o bom sapato para fazer as coisas que faz.

Mais, nunca ninguém pede de alguma maneira a um homem que tenha as credenciais devidas para exercer na política, não estou a falar dos ministros, não estou a falar de formações e dos falsos cursos, não é isto. Mas é uma questão que não se põe, no caso das mulheres põe-se sempre, é como se, elas têm sempre de estar a provar que têm a competência necessária para estarem a fazer o que estão a fazer. E depois há outra coisa, e então aí, isso põe-me louca, que é o Machismo paternalista. Que é algo que eu conheço bem, já se sabe, o artista, fui atriz, coisa e tal. E, portanto, é a palmadinha nas costas: 'Vai lá miúda, vai lá, vai lá!'

Tem um lado simpático, não é, mas quando isso é crítica política, a desvalorização, a descredibilização… é da total ausência de argumentos. E é só MACHISMO! É só machismo puro, mais nada. Nada mais do que machismo, transformado em Paternalismo, que é insuportável. Porque ninguém ousa ser paternalista com um homem, mas ousam com as mulheres.

AA – **Falamos na questão dos media. Até que ponto existe paridade na abordagem na imprensa, relativamente às mulheres autarcas?**

IM – Em termos de cobertura? Não sei, não sei dizer. Eu acho que não é… Eu tenho alguma dificuldade em fazer essa análise. Porque eu até acho que as mulheres autarcas até têm uma projeção maior, até por excecionalidade.

Da minha parte não posso dizer que tenha sentido qualquer limitação em termos de… Até às vezes tenho de mais. Mas isso é outra coisa. O que também tem a ver com aquilo que eu disse, como as mulheres estão sempre sob um escrutínio maior. Pois não sei, se calhar vai fazer o estudo e vai-se dar conta que a presença das mulheres é muito menor, comparativamente não é. Estamos a falar de 300 e tal. Mas também quer dizer, estamos a falar de alguns presidentes de câmara que nunca na vida vêm citados em qualquer jornal. As mulheres já não tenho certeza, por serem sempre o lado da excecionalidade. Portanto é sempre um fenómeno. Está a ver o que quero dizer?

AA – **Estou.**

IM – Mas isto não tem nenhum estudo científico, agora comparando e em termos proporcionais do nº de mulheres autarcas e o nº de homens autarcas, eu duvido que haja uma única mulher autarca que não tenha tido, num dado momento uma presença nos media.

AA – **Existe.**

IM – Existe? Pronto, acredito. (ri-se)

Agora eu também tenho a certeza que há muitos homens autarcas que nunca tiveram uma presença. Também são 200 e tal, ou seja, é essa proporção. Qua é a presença das mulheres para 30 e tal mulheres autarcas e qual é o equivalente de homens para 200 e tal homens autarcas. Pronto, é nesta proporcionalidade que eu não tenho a certeza. Evidente que se houvesse mais mulheres autarcas a presença seria forçosamente maior. Mas proporcionalmente… E eu acho que isso não é por boas razões, acho que simplesmente, porque ainda é um fator excecional. Porque ainda é como 'olhem o que aconteceu'. E dois, porque o escrutínio sob as mulheres é muito maior e, portanto, há sempre a hipótese dela pisar uma poça de lama, ou uma coisa assim.

Dito isto, eu só quero voltar à 1ª pergunta, mesmo com o meu percurso eu não tenho, não acho (e por causa da questão familiar) nunca tive, nem acho que venha alguma vez a ter,

qualquer problema de intrusão na minha vida privada. Portanto, acho que isso também depende muito da atitude de cada pessoa.

AA **– Mas a título de curiosidade deixe-me dizer-lhe que é, sem dúvida, a mulher autarca mais referenciada.**

IM – Pois, isso imagino. (ri-se)

AA – **Falemos então agora das vantagens como mulher a governar, ou seja, no sentido do trabalho da proximidade com as pessoas, os sentimentos, aquela sensibilidade feminina, que é um bocadinho mais iluminada digamos. Existe isso? Sente isso?**

IM – Aí estamos a entrar numa coisa que é assim, eu tenho muita dificuldade em assumir (até vai contra aquilo em que eu acredito) achar que há uma sensibilidade feminina, ou uma arte no feminino, ou uma política no feminino.

Tenho muita dificuldade em ver qualquer paralelo entre, sei lá, sentir-me próxima de uma senhora Tatcher, como se fosse uma mulher referência por ser mulher, que não é. Não é de todo. E de facto eu tenho de dizer, político que para mim são referência, são homens, porque a maioria dos políticos são homens e de facto é um facto. Confesso que não me inspiro numa Sra Merkel nem na Sra Tatcher. Não é por ser mulher, não é. Já Melina Mercouri, foi ministra da cultura da Grécia, por ser atriz também, etc e tal- Mas, essa questão da sensibilidade, da proximidade com as pessoas, também não tenho a certeza, até porque muitas vezes, as mulheres na política e, mais uma vez, eu não gosto de falar só na política, é na política e em certos cargos de grande exposição, que é uma coisa diferente, até cria uma espécie de barreira de proteção, justamente no sentido de proteger um bocado o íntimo e como sabe, pessoa com grande escrutínio, acho que um homem está muito mais à vontade onde quer que esteja. Pode dizer disparates, até pode ter a ponta da camisa a sair, não faz mal, ninguém vai dizer nada. Tanto até acho que as mulheres têm de estar um bocadinho mais sobre aviso. E, depois, acho que depende muito do temperamento das pessoas, há pessoas que são mais extrovertidas. Eu sei que não tenho problema nenhum e que gosto de estar com as pessoas e sou muito bem-disposta.

AA- **É uma pessoa de pessoas, não é?**

IM – Ai, sim!! Eu adoro estar com as pessoas, posso ficar horas a conversar, depois dizem que estou a demorar muito tempo e que tenho de ser mais rápida. Mas sou uma pessoa

extrovertida, não tenho a certeza que seja a questão do feminino. Dito isto, volto a repetir a mesma coisa, o escrutínio é muito maior, temos de estar sempre com muito cuidado, ver se não há uma distração, um disparate que nos sai, o que pode acontecer. Porque sabemos que, logo a seguir virá. Algo vai cair, com uma ferocidade muito maior. No fundo é isto. E depois a crítica faz-se sempre no mesmo sentido, que é no sentido da desvalorização - "É burra, é incompetente, é histérica, é louca." Esses são os qualificativos que se dão às mulheres. Sempre!

Nunca é... Mas não é só aqui, veja-se a reação, quase visceral, que se tem às vezes contra as mulheres que afirmam as suas posições. Mas são irracionais. À esquerda como à direita. Não é? Aqui uma mulher que afirme claramente a sua posição suscita reações, depois nos comentários de uma violência que nenhum homem sofre, nenhum.

Mas mais uma vez acho que isto não é só político, acho que muitas vezes no interior das empresas, longe dos olhos, isto ainda deve ser pior, nas equipas. É uma coisa que se fala muito, justamente, porque é que as mulheres não acedem aos cargos de direção. E a explicação está aqui. É muito fácil. E mais, é evidente que a política, e ainda bem, é uma espécie de vanguarda para a visibilidade. Mas também a nossa visibilidade deve servir para dizer "Cuidado que se sito se passa ao nosso nível, muito pior se passa onde não se vê." As coisas mais injustas, mais machistas, mais limitadoras das carreiras, eu tenho a certeza que não é na política, mas é à porta fechada.

E não só, aquelas coisas dos assédios morais dos chefes, é aí que as situações mais dramáticas acontecem. E é nossa obrigação enquanto mulheres políticas, nunca esquecer que a nossa obrigação é de servir de porta voz dessas mulheres que não têm voz.

AA – **Última pergunta. No seu vídeo de apresentação faz referência à música Fado Tropical de Chico Buarque em que diz que 'Ai esta terra ainda vai cumprir o seu ideal.' O caminho está a fazer-se caminhando? Está a chegar a esse ideal? Esse ideal passa pelo ideal igualitário?**

IM – Claro, claro que passa! Acho que o caminho se faz sempre caminhando. Sempre. E acho que o ideal nunca se atinge, mas é preciso apontar para o ideal. E apontar para alto.

Sobretudo em termos sociais há uma espécie de pseudo pragmatismo nos últimos anos que no fundo legitimavam economicismo e uma financiarização de tudo, das pessoas, dos sentimentos, dos ideais, de tudo, que fez com que as pessoas deixassem de acreditar e de

ter sonhos enquanto coletivo. E acho isso muitíssimo perigoso e acho que quando se impede as pessoas de ter esperança e de sonhos e quando se sujeita os povos, todos eles, não estou a falar do município de Almada.

Quando se impede as pessoas de olhar para o futuro com aquela vontade, aquela esperança, aquele dinamismo, aquela crença na nossa força coletiva, o que temos é aquilo que estamos a viver agora, que é o ressurgimento dos piores sentimentos da Humanidade, orquestradas por forças tenebrosas e neste momento a gente já percebeu o que é. Os movimentos extremistas, da extrema direita, o que é que fazem, fazem acicatar os piores sentimentos da Humanidade.

Mas é preciso, sem dar nenhum perdão, nenhuma indiligência para essas ideologias, nenhuma. Mas é preciso perceber porque é que a certa altura as pessoas se viram para elas, e acho que em grande medida é porque há muitos anos e, felizmente que em Portugal nem tanto, porque a nossa democracia é recente e porque acho que os portugueses ainda têm muita esperança relativamente a outros europeus, que estão há muito tempo a decrescer, não é? Essas sinistras ideias, até tenho dificuldade em dizer ideais, pegam, porque há muito tempo que se anda a impedir as pessoas de ter esperança e de sonhar e de ter bons ideias. Daí a importância que foi, de facto, por exemplo, o inicio desta legislatura a alteração profunda que houve, passar uma mensagem positiva às pessoas.

A ação política só é possível, e aqui regresso a Almada, se as pessoas de Almada acreditarem nas potencialidades de Almada. Não é o executivo sozinho que as pode cumprir. Portanto a nossa função é fazer o caminho caminhando e sobretudo criar condições, por um lado, mas também insistir e insistir a todos os Almadenses que Almada pode e tem tudo para ser, de facto, uma terra com muito mais, dinamismo, atividade, investimento, trabalho e com uma qualidade de vida como não há igual em toda a área metropolitana de Lisboa, que é uma coisa que os Almadenses sentem, mas não acreditam bem. Não é o que Almada poderia ser, é o que Almada pode ser e esse foi o lema da campanha. A nós compete-nos estar aqui para apoiar, para ajudar e para facilitar que esse movimento aconteça. Sim, o caminho faz-se caminhando em conjunto não sozinho.

AA - OBRIGADA PRESIDENTE.

IM – OBRIGADA EU!

FIM

Apêndice 5 – Entrevista a Júlia Rodrigues

Mirandela, 8 de fevereiro 2019 - 11.30h

AA – Amália Afonso JR- Presidente Júlia Rodrigues

AA – **A presidente Júlia é mãe, filha, irmã… sei que é uma pessoa extremamente ligada à família. Como é que consegue gerir o cargo político que exerce, que certamente que ocupa muito tempo e conciliar com o seu lado privado?**

JR – Com algum esforço, essencialmente a nível de tempo, se calhar nesta 1ª fazer, depois da tomada de posse, houve uma ocupação que me ocupou mais tempo. E, portanto, houve talvez certos momentos familiares, talvez mais marcantes, em que acabava por querer estar. Mas certamente que houve também um desligamento de algumas situações em relação à vida familiar. A minha filha também já tem 18 anos e por isso acaba por também já ter uma grande autonomia, apesar que a nível de apoio é sempre necessário, esta proximidade, é óbvio que sim. É basicamente isso, a importância da família e a conciliação da vida familiar com a vida profissional. A verdade é que nós estando num concelho de interior, e que a qualidade de vida é boa e, portanto, nós também temos mais tempo para aquilo que gostamos. E, portanto, é mais fácil conciliar a vida profissional com a vida familiar nos casos em que também não temos tantas filas de trânsito, tanto tempo gasto nas deslocações e na mobilidade.

Acontece que, por estar ais longe dos centros de decisão, muitas vezes tento juntar várias reuniões em Lisboa ou no Porto, para poder com uma única deslocação ser possível resolver vários assuntos do município e isso é feito com regularidade, ou seja, eu aproveito as deslocações para resolver vários assuntos porque são algumas horas de viagem e portanto, tento conciliar, organizar e agendar para ter tempo para tudo.

AA – **Então, digamos que, se a filha fosse mais pequenina, a presidente Júlia não estaria neste cargo?**

JR – Estaria certamente. Mas teria que ter outro suporte familiar para conseguir os tempos de refeições, as questões da vida familiar, a gestão não só das refeições, mas também tudo que diga respeito às roupas. Eu tive durante muitos anos uma senhora que ajudava nas tarefas domésticas, agira não tenho, mas também já estou noutra fase da vida em que há mais tempo, pelo facto da minha filha ter mais autonomia.

Aliás, sou de uma família que o meu pai, tinha muita vida política também e, portanto, isso já é uma questão familiar. Lá está, sempre valorizei muito a participação cívica, a participação política e acabei por conseguir lidar sempre, quando a Lara ainda era pequena com a envolvente das questões políticas, o que mais prende a nível de disponibilidade são as reuniões à noite, os jantares e também a forma rápida com que essas reuniões se processam. Ou seja, convém sempre lembrar que temos de ter também momentos em família e há sempre a prioridade.

A nossa prioridade tem de estar sempre em família e amigos, o grupo de amigos é sempre uma parte da nossa família também. E, portanto, a política traz-nos muitos amigos, mas os amigos são sempre para além da politica, obviamente. É preciso saber equilibrar as coisas e gerir a vida no dia-a-dia com essa disponibilidade. Mas também tendo consciência que nós ficaremos por cá, se tudo correr bem, ficaremos por cá para além do espaço que ocupamos na vida política, ou da que ocupamos na vida política, ou do município, ou ad região ou do país.

AA – **Eu pergunto isto mais pelo que as pessoas pensam sempre que a mulher tem muitos mais encargos em casa, ou seja, a mãe tem de dar muita mais resposta aos filhos do que se calhar um pai.**

JR – Cada vez menos, não é?

AA – **É mais pelo desbloqueio dessa ideia tão afincada que ainda existe.**

JR – Os pais estão cada vez mais presentes na vida dos filhos e ainda bem que é assim, e por isso, a divisão de tarefas cada vez é mais vulgar e mais habitual. Porque também acho que as mães hoje em dia incutem determinados valores e princípios e formas de atuação aos filhos, porque são mães que educam também os filhos e fazem parte da educação deles. E, portanto, hoje em dia divide-se cada vez mais as tarefas, até porque o papel da mulher na sociedade, na vida profissional é cada vez maior e por isso, obriga a que haja um ajustamento social. E depois também com uma implicação a nível familiar. Já não temos muitas famílias (ainda temos algumas) em que são as mulheres que têm esse papel único e exclusivo das tarefas domésticas e especialmente no espaço onde nós vivemos, não é?

Apesar de nós termos consciência que as mulheres transmontanas são de facto resistentes, persistentes e resilientes e têm ma série de características que as torna vitais para a

sociedade. A verdade é que as mulheres transmontanas ajudam nas tarefas do campo, ajudam nas tarefas de negócios dos maridos, mas assumem cada vez mais a liderança em alguns processos familiares, profissionais e isso faz com que a própria sociedade tenha que ter alguns ajustamentos no papel que cada um de nós tem na vida familiar.

AA – **Ainda bem que assim é, não é?**

JR – Sim, eu acho que sim. Mas acho que ainda temos muito caminho para desbravar.

AA – **A Júlia foi uma surpresa enorme para os demais na noite de 1 out de 2017, noite de eleições. Eu lembro-me, tal como disse, também sou transmontana, que não se falava noutra coisa senão na mulher mirandelense que destronou o PSD da presidência da Câmara, onde esteve tanto tempo. Há uma grande mudança autárquica. A primeira mulher presidente de Mirandela e, consequentemente, a primeira vez que o PS assume a Câmara Mirandelense. Acha que de alguma forma a surpresa se deveu não só a isto, mas também ao facto de ser uma mulher a conceber este feito?**

JR – É uma pergunta interessante. Sim! Como sabe, eu fui candidata em 2009, o partido socialista em Mirandela tem uma história, de facto, nunca conseguimos, nunca chegamos a ter nenhum vereador. E, portanto, o meu pai tinha sido candidato 20 anos antes à Câmara Municipal e em 2009 eu tinha consciência que podia iniciar um caminho para poder ser candidata em 2013 e começar a ter conhecimento do território, das pessoas, das necessidades, das expetativas, mas tinha consciência que a dificuldade era muita. Nós partimos de uma base muito baixa, portanto nós passamos de nenhum vereador para 2 vereadores e foi realmente uma subida assinalável. Não conseguimos ganhar. O objetivo era ganhar obviamente, as pessoas têm de ter a noção da realidade, mas também acreditar que é possível a mudança. Depois por motivos pessoais eu não fui candidata em 2013 e depois em 2017 acabei por assumir esta candidatura. Mas com muito trabalho nos anos anteriores e, portanto, eu confirmo sempre que não podemos ter sucesso sem um trabalho muito forte e muito organizado na retaguarda e durante bastante tempo.

É certo que tive ao meu lado, quer em 2009, quer em 2017, pessoas fantásticas. Uma pessoa não ganha eleições sozinha. Por um lado, tem de escolher aqueles que considera os melhores e eu acho que soube escolher os melhores para estar comigo e, portanto, conseguimos acima de tudo, chegar às pessoas e esta proximidade com que nós trabalhamos o nosso trabalho político e tudo aquilo que fizemos, foi feito com o coração,

ou seja, envolvemo-nos todos muito antes da campanha e na própria campanha e digo-lhe que foram momentos muito bons da minha vida, porque havia sempre muitos problemas, mas também havia muita vontade de resolver os problemas e portanto, nós improvisávamos muito.

Acabamos por ter uma campanha dinâmica com muitas atividades e a questão financeira também era sempre muito complicada, porque nós partimos de um orçamento muito baixo, porque a nossa votação nas eleições anteriores tinha sido relativamente baixa e, portanto, aquilo que fizemos foi gerir um orçamento e tentar motivar as equipas para que com objetivos muito bem delineados e bem tratados pudéssemos chegar às pessoas.

A verdade é que em todo o concelho tivemos algumas dificuldades obviamente na concretização de listas às juntas de freguesia, por ex., houve locais onde nem sequer fizemos listas. Mas não foi por isso que não fomos a essas terras, nós fomos a todas as terras e, portanto, fizemos sempre um trabalho porta a porta para as pessoas saberem o nosso trabalho e aquilo que nós julgávamos que era um outro caminho na mudança de Mirandela, porque o nosso lema era "Há outro caminho!". E este caminho é aquele que nós temos assegurado, implementar na gestão do município. É óbvio que no mandato de 4 anos, o 1º ano é sempre um ano bastante difícil, essencialmente depois de 42 anos de liderança PSD, com um mandato do CDS.

E julgo que foi um passo na democracia, um passo também importante na liderança no feminino porque eu dizia sempre em 2009 (depois evoluiu esse pensamento) que eu tinha três características que poderiam ser negativas para o eleitorado, para o nosso público – alvo, que são todos os eleitores e todos os municípios (aqueles que votam em Mirandela), que era o facto de ser Mulher, o facto de ser nova e o facto de ser socialista. (ri-se)

Mas a verdade é que estas características que eu considerava que podiam ter impacto negativo, acabaram por ser trunfos, ou seja, transformamos as dificuldades em oportunidades. Já era um trunfo na campanha anterior, em 2009, e foi um trunfo em 2017. Porque eu acho que a liderança das mulheres é marcadamente diferente da liderança dos homens. Nós somos muito mais próximas das pessoas e se nós pensarmos que de todos os nossos eleitores, grande maioria também são mulheres, não é? E se nós pensarmos que as mulheres têm pontos em comum que as aproximam, será mais fácil ver com muita positividade um resultado positivo.

E eu sou sincera, eu sempre acreditei desde o início que tinha chegado a altura da mudança em Mirandela, também sabia que íamos ter muitas dificuldades. A perceção de que tudo foi feito, numa 1ª fase, que tudo ia fazer para que isso fosse uma realidade. Depois ter consciência de que o trabalho tem sempre resultados e depois saber que tinha uma equipa leal e com muita qualidade, ou seja, acreditar em nós próprios é sempre o 1º objetivo que temos de ter para ter uma vitória.

É certo que eu sabia que a vitória seria sempre do nosso trabalho, nunca seria das nossas pessoas, era de Mirandela e tinha consciência que podia fazer a mudança e, portanto, aquilo que lhe posso dizer é que foi interessante todo aquele envolvimento familiar, porque nós éramos uma família que se apoiava uns aos outros nos momentos de maior tensão e a nossa equipa era de facto com todas as dificuldades que houve, muito unida, solidária e foi fundamental. Várias mulheres, quer nas listas da Assembleia Municipal da Câmara de Mirandela e também nas Juntas de Freguesia foi fundamental o apoio de grandes mulheres e grandes guerreiras, que muitas vezes não têm protagonismo, mas são realmente geradoras da mudança.

AA – **Com certeza a presidente tem ideia de que em Portugal são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais. Um número reduzido, diria eu. Concorda?**

JR – Sim! Nós temos 308 municípios, temos 32 mulheres, é um número reduzido. Mas é certo que em todos os executivos existem mulheres, não é? As equipas são sempre muito importantes, nós temos sempre nas equipas a visão feminina das situações e, portanto, muitas vezes são as mulheres nos próprios executivos que têm a liderança em muitos processos e até nos gabinetes de apoio existe, muitas mulheres. Na própria estrutura e na orgânica das próprias Câmaras Municipais existe um consenso generalizado que o papel da mulher é importante e essencialmente o papel do homem e da mulher são importantes quando os dois trabalham em conjunto com realidades, em projetos, muitas vezes comuns. É isso que traz a mais valia para as instituições, é que nós vemos por exemplo o setor da ação social, é um setor onde trabalham essencialmente mulheres, também existem homens a trabalhar. O setor da educação também, por exemplo, é predominantemente mulheres. E em todos os setores operacionais são mais homens.

Nós nas listas candidatas tínhamos como objetivo ter listas paritárias, totalmente paritárias, 50/50, e temos este momento a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal,

50/50 mulheres e homens. A Junta de Freguesia de Mirandela te listas totalmente paritárias, 50/50. E isso é uma mais valia, porque eu concordo com as quotas, porque acho que é uma forma de nós chegarmos mais longe em menos tempo, ou seja, é uma forma de impor determinadas regras. E aquilo que nós notamos é que existe uma abertura maior ao papel da mulher, mas também acho que o papel da mulher se impõe por si só.

Eu fui a primeira Mulher Presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas e, entretanto, acabei por ser membro, ou seja, sou militante, membro do departamento. Mas acabo por fazer um trajeto um bocadinho diferente. No fundo nós temos de lutar pelos nossos objetivos muito claros e, por isso, às vezes o que podemos ser criticadas é que é uma imposição nós estarmos. Não é por vontade dos nossos camaradas e militantes, é por imposição do nosso lugar. Eu acho que não deve ser assim, não deve haver um aproveitamento de género, para nós podermos estar nas listas, nas situações. Por isso, depende da perspetiva com que nós virmos o enquadramento das quotas, mas tenho consciência que também existem algumas mulheres que não lutam pelo facto de serem mulheres e estão à espera que o lugar chegue até elas, ou seja, não é uma crítica às mulheres, antes pelo contrário, é uma visão realista da política no feminino que eu tenho.

AA – **São pouco mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muito para se fazer no que toca à paridade política no país?**

JR - Sim! Ainda há muito para se fazer, é verdade. É verdade que as mulheres têm um envolvimento muito grande na vida familiar, no tratamento dos pais, dos avós, dos filhos, dos netos. E esse envolvimento não permite muitas vezes que haja ocupação com outro tipo de atividades, quer na participação em instituições. Cada vez há mais mulheres com participação em instituições, cada vez há mais mulheres em órgãos de gestão de empresas… Mas ainda há muito caminhos a fazer, essencialmente porque a prioridade mulheres normalmente e habitualmente é sempre a família e isso ocupa um espaço fundamental na vida de cada um.

Acho que todos nós temos como objetivo ser felizes e como nós sabemos que a felicidade vem também da família, não é possível sem um suporte familiar. Muitas vezes as mulheres abstêm-se de uma primeira fase de entrar na vida política, por uma questão de a prioridade delas e a felicidade delas depender essencialmente de uma família organizada e quando a família precisa, as pessoas estão disponíveis para a família.

A verdade é que a vida política deixa espaço, se as pessoas forem organizadas para que isso possa acontecer e acho que esse esforço de nós termos esse equilíbrio é fundamental também para sermos felizes porque se por um lado a vida pessoal é um lado importante, também não é menos importante uma vida familiar, uma vida profissional de sucesso não é. E todos nós queremos ter sucesso por pequenos objetivos que tenhamos.

Mas essencialmente é de facto a prioridade que se dá à família e também a verdade é só uma, pelo menos a realidade que eu vivo, nós temos muitos homens que criam bastantes obstáculos à participação da mulher na política. Criam muitos obstáculos também por uma questão de protagonismo. Eu vivi uma situação desses e sei bem o que é difícil optar pela, não é optar pela política, longe disso, as pessoas optam pela vida própria, por ter opções e decisões do nosso interesse.

Nós colocamos sempre a vida familiar em 1º lugar, mas não podemos colocar em 1º lugar que outros decidam por nós. Temos de decidir segundo a nossa avaliação. E quando as pessoas são independentes, este foi sempre o valor que o meu pai me incutiu, ou seja, não ter dependência financeira de outra pessoa, neste caso do marido, ou vice-versa, também existe o contrário. Isso é fundamental para nós podermos decidir sem ter constrangimentos e decidir o que é melhor para nós e o que nós achamos que é uma família saudável. Uma família saudável é sempre aquela que os elementos da mesma passam a ter as opções em consciência.

AA – **Falou aí de obstáculos que lhe chegaram a colocar e a pergunta seguinte vai muito de encontro a isso. Quais acha que são os obstáculos que uma mulher tem na política que não tem um homem?**

JR – Eu acho que os obstáculos na maioria das vezes são sempre obstáculos internos, nossos, pessoais. Temos de nos libertar um bocadinho das amarras em relação a certos estereótipos sociais.

(…)

Aqui a grande dificuldade é para além das nossas amarras interiores, por nós querermos sempre ter uma família que seja também o espelho da nossa felicidade, muitas vezes decidimos em função daquilo que a sociedade nos impõe, muitas vezes os próprios homens de uma relação consideram como prioridade na relação e na família.

(…)

Eu acho que ser mulher na política, apesar de ter algumas vantagens, porque tem, também tem desvantagens, que tem a ver com a abertura, a capacidade do pensamento, da atitude dos homens, essencialmente com quem as pessoas mantêm uma relação, um casamento.

Relativamente a esta questão da mulher na política ou num cargo de gestão, também tem a ver com essa capacidade de entender que a mulher também tem objetivos próprios, que quer assumir. E, portanto, existem muitas situações em que os homens têm pouca abertura para essa participação e quando têm pouca abertura para essa situação, existem 2 soluções para a mulher: 1) A solução de se acomodar por uma decisão que lhe é imposta (não quer dizer que valoriza mais a família do que a outra) tem a ver com a questão de temperamento, de coragem, da forma de ver a vida e a capacidade que tem em viver sozinha. Temos esta que é a acomodação, ou seja, assumir que não tem a capacidade de decisão para se libertar das amarras. 2) E tem outra solução que é: "Eu não vou permitir que me sejam impostas resoluções para a minha vida ou que me sejam impostas soluções que eu não quero viver.". Ou seja, eu julgo que um casal saudável pode haver de facto a solução de cargos de responsabilidade, se houver um envolvimento e se for um projeto comum. O projeto comum na política é muito mais fácil quando um homem está na política do que com uma mulher, raramente os homens se envolvem nas questões políticas da mulher. Ao contrário das mulheres que se envolvem muito nas questões da vida política de um homem.

É muito frequente nós vermos as mulheres como protagonistas da vida do homem político, não é tão frequente vermos os homens a acompanhar a mulher na vida política, não é tão frequente, mas não quer dizer que não existam, claro que sim, há sempre exceções. Mas, normalmente, quando acompanham também uma vida política e por isso acompanham por uma questão de perceção da vida em si.

Pensando no facto da mulher ser a líder de um próprio projeto, os homens já acham que ficam em 2º plano e não é tanto assim, porque as pessoas completam-se, complementam-se. Enquanto que a mulher assume perfeitamente essa questão de ser em 2º plano. Se fizermos uma avaliação assim rápida de tudo que é presidentes homens, nós vemos sempre a questão da 1ª dama, da pessoa que está com elas.

Mesmo em relação aos presidentes de Câmara, se virmos a questão das mulheres, normalmente, ou não aparecem de todo e não são conhecidos e uma forma pública (as relações) o que também é uma vantagem quanto a mim, ou seja, não há exposição da

relação que pode ter reflexos negativos para a própria relação. E, portanto, eu chamo que é o Síndrome da dama de ferro. A Magaret Thatcher, por exemplo, o marido dela era sempre visto como uma figura secundária, numa vida de exposição sucessiva da própria.

Quando temos, por exemplo, a monarquia, temos mulheres rainhas, sendo que eles assumem o papel, mas já sabem de antemão. Estou a pensar, p. ex., no caso de Inglaterra, temos a rainha, a príncipe casa com a rainha e já sabe que ela terá sempre aquele cargo.

No caso de nós construirmos uma vida política, não é tanto assim, porque raramente nós nascemos na política, ou seja, temos opções de integrar projetos políticos e também não são eternos e, portanto, é uma passagem da nossa vida. Assumir essa situação, de pensar que possa ser uma figura de 2º plano é sempre muito mais difícil num homem do que numa mulher. Isto tem a ver com questões culturais, obviamente.

AA- **Mas é da opinião que o escrutínio em relação à mulher é muito mais acentuado, ou seja, eu acho que aqui um dos obstáculos até diria que é esse, o escrutínio é muito mais acentuado na mulher. Aquela questão da conduta da mulher, a forma perfeita que a mulher tem de agir, de estar, ou seja, um homem não tem tanto essa exigência por parte da sociedade. Concorda?**

JR – Concordo em certa parte, não concordo na totalidade e porque? Depende muito das sociedades onde nós vivemos. Aqui sim, a sociedade é penalizadora para as mulheres, ou seja, em muitas situações da vida cotidiana a culpa é sempre das mulheres e são as próprias mulheres que acham que a culpa é das mulheres, Cada vez isso é menos verdade, porque cada vez com histórias pessoais que nós vivemos, aprendemos também a valorizar ou desvalorizar histórias que os outros vivem, não é?

E quanto mais idade nós temos mais temos a perceção de que aquilo que nos dizem nem sempre é verdade, ou seja, aquilo que é dito na própria comunidade não há essa perceção de ser verdade. Nós aqui vivemos numa terra pequena onde as pessoas são muito escrutinadas, todas elas, todas as pessoas se conhecem, isso é uma vantagem muito grande, pode ter apoio direto numa comunidade pequena, mas também uma dificuldade acrescida, que é o facto de nós estarmos muito mais expostos.

Por isso é que devemos distinguir sempre a vida pessoal da vida política, ou da profissional.

Eu acho que em relação aos homens o escrutínio é cada vez maior também, porque as pessoas estão cada vez mais exigentes para com aqueles que depositam a confiança. Eu acho que tem de ser assim, de conduta, de atitude, de formas de ver a vida em relação às pessoas que nos representam. Agora em homens e mulheres, eu acho que te de haver essa responsabilização, ou seja, as pessoas que assumem determinadas posições de ações de responsabilidade em sempre de ter uma visão de valorização das próprias atitudes. Ou seja, mas isso tem de ser valores intrínsecos, não podem ser valores trabalhados, porque quando há um verniz que tapa determinadas características das pessoas, estas acabam sempre por ser penalizadas.

AA – **A pergunta seguinte é relativamente aos media, ou seja, a projeção mediática. Até que ponto existe paridade na abordagem da imprensa relativamente às mulheres autarcas?**

JR – Em relação aos media não considero que haja qualquer tipo de descriminação, ou seja, não existe uma discriminação nem positiva, nem negativa. Existe uma equidade de tratamento, portanto, não existe uma questão de ser homem ou ser mulher, é o presidente da Câmara ou a presidente da Câmara. Pelo menos o que eu tenho vivido nos últimos anos, aquilo que eu acho é que não existe essa discriminação, não noto que seja um fator positivo ou negativo, ser mulher na vida pública.

AA**- Nem de uma forma de referenciar um lado mais ligado à beleza sem ser um lado mais do trabalho dentro da política?**

JR – Olhe, já que está a falar nisso. Eu fiquei muito triste, desapontada, porque num comício que houve do PSD em Mirandela, neste momento deputado, deputado José Silvano e até secretário geral do PSD neste momento e ex presidente de Câmara de Mirandela, fez umas declarações pouco abonatórias em relação à minha candidatura e à minha pessoa. Então referia-se de uma forma muito pouco digna à questão da minha condição de ser mulher.A frase, não sei ao certo as palavras que foram utilizadas, mas sei o final da frase, que era: "As eleições autárquicas, ou a candidatura autárquica não era nenhum concurso de beleza."

Eu acho que foi a única vez que fiquei sentida, fiquei triste por uma perceção errada da condição de cada um de nós enquanto políticos. E fiquei bastante magoada por saber que é um político homem, que foi presidente da C. de Mirandela e que tinha responsabilidade

naquilo que disse e isso foi transmitido pelos media, mas foi transmitido não com caráter pejorativo. Não havia opinião sequer, apenas o parecer dos factos. Mas é realmente lamentável que pessoas com responsabilidade, agora nacionais, tenha esse tipo de abordagem em relação… porque se fosse um homem certamente que não diria isso, não é? Mas foi a única vez que eu senti essa situação e não foi da comunidade, não foi dos munícipes, foi de um adversário político.

AA- **Pois, porque muitas das vezes as pessoas não entendem, ou não sabem, é que as ideias de desigualdade ou atitudes mesmo dispares vem das próprias estruturas e não do povo em si.**

JR - Sim, sem dúvida.

AA – **Logo no início já me deu a resposta a esta pergunta. Depois de falarmos das desigualdades dentro da política, falemos das vantagens em governar sendo mulher. No trabalho de proximidade, por exemplo.**

JR – Eu acho que tem algumas vantagens de facto. Tem vantagem pelo facto de algumas caraterísticas nossas, que nos tornam mais próximas e com mais facilidade em estabelecer contactos pessoais.

AA - **A presidente Júlia é uma pessoa de pessoas!**

JR - Ah sim! Eu tento ser. No 1º ano foi muito difícil esta proximidade porque também precisávamos de ter momentos de reorganização interna. Nós só conseguimos ter uma Câmara bem liderada, bem gerida, se envolvermos as pessoas internas.

(…)

Relativamente às vantagens de ser mulher, essa questão da proximidade, da flexibilidade de percebermos rapidamente quais são as necessidades daquelas famílias. Eu acho que não é o facto do nosso partido político, mas eu acho que nós as mulheres somos muito mais sensíveis com questões relacionadas com carência social, carência afetiva, grupos sociais desfavorecidos, pessoas com necessidades especiais e também tudo que diz respeito a educação, à formação, à sensibilização. Tem a ver com características meramente interiores, nossas, que fazem parte da nossa formação, da nossa cultura.

Não quer dizer que não sejamos sensíveis em relação a questões de engenharia, de obras. Também temos muitas mulheres nas obras públicas, mas essencialmente temos mais facilidade em criar laços de afetividade com os problemas dos outros e tentar resolvê-los.

É sempre bom trabalhar com homens e mulheres, mas eu acho que nós também temos a vantagem de conseguirmos dentro de uma equipa criar mais consensos, ou seja, não estou a falar de casos específicos, há sempre exceções a estas situações, mas somos mais próximas. Na generalidade os homens são mais distantes a este tipo de são mais distantes a este tipo de situações. Acho que nós vamos mais ao fundo do problema e só não resolvemos se não conseguirmos. O facto de nós planearmos a nossa vida familiar também nos obriga a planear a nossa vida política, porque sem organização não conseguimos chegar onde queremos chegar.

AA – **A última. "Um sonho concretizado" foram as palavras que me ficaram quando foi eleita presidente. Acredito ter sido alcançado também porque mostram que "Há sempre um caminho", que foi o seu lema de campanha. Este caminho, muito caracterizado pela mudança, passa por transmitir ideais igualitários?**

JR – Passa muito, muito! Por transmitir igualdade de oportunidades.

O ideal da sociedade em que eu acredito e nos valores que tenho é que todos nós, sendo meninos ou meninas, homens ou mulheres, rapazes ou raparigas, estejamos nós no interior do litoral, tendo condições sociais diferentes, devemos ter sempre o acesso à igualdade de oportunidades. Com realidades diferentes devemos ser todos tratados de maneira igual, isso é muito difícil de atingir. É difícil atingir o ideal, mas a proximidade do ideal é sempre possível. Nós temos um sistema nacional de saúde que é público, para todos, temos educação para todos. Antigamente, há 40 anos só estuavam as pessoas que tinham muitas possibilidades, não é?

Hoje em dia é muito assim, ou seja, a classe média está cada vez mais esmagada. Ou se tem apoios ou tem mesmo dinheiro para ter os filhos na universidade.Nós sabemos que aqui, a maior parte vai estudar para o litoral, não é? Apesar de alguns terem a necessidade de ficar cá, o que é bom, que haja boa oferta e de qualidade. Mas de qualquer forma a classe média está esmagada, se tem 2 ou 3 filhos, é muito difícil gerir e suportar todas as despesas financeiras.

Quando eu falo em igualdade de oportunidades é sempre, apesar de nascermos todos diferentes, possamos chegar à idade adulta com princípios, educação, formação, para podermos ser úteis à sociedade. E isso é um processo de desenvolvimento social, familiar. Hoje temos modelos familiares cada vez mais distintos. Quando o meu slogan foi "Há outro caminho" é porque eu acredito que existe este outro caminho que estou a trilhar agora.

Posso-lhe dizer que o 1º ano foi muito desgastante. Eu tenho consciência que muito há a fazer, ainda pelo concelho, porque eu acredito que Mirandela tem um potencial muito grande e os Mirandelenses são pessoas muito dedicadas, muito bairrismos por Mirandela.

Mirandela tem todas as características para ser um concelho de sucesso no panorama nacional e europeu. O que mais me custa na gestão autárquica é que nós não conseguimos resolver os problemas todos no espaço de tempo que nós temos para resolver.

(…)

Uma das grandes injustiças que existe neste sistema é que a responsabilidade vai sempre sob o presidente de câmara. Quando falo em injustiça é porque muitas das vezes não temos condições para implementar determinadas situações e somos responsáveis por elas. Por esta responsabilidade é que temos de ser cada vez mais multifacetados e equipas cada vez mais profissionais. O que também não é fácil, ter envolvidas e motivadas, quando nós sabemos que a política e os partidos locais têm interferência direta na prestação de serviços do lado profissional de cada um, porque as pessoas estão desta forma envolvidas. O que eu digo é que as pessoas não trabalham para um presidente de câmara, trabalham para o município de Mirandela. E quando estão a trabalhar não estão a trabalhar para o presidente, é em favor dos municípios. O sonho concretizado tem muito a ver com questão familiar…do meu pai!

AA **– Eu sei.**

Mas a questão dos ideais igualitários está sempre intrínseca na sua conduta.

JR – Sim. E não é por eu ser mulher, apenas. É, porque, eu acredito que as mulheres são capazes.

AA **– Obrigada!**

FIM

Apêndice 6: Entrevista a Luísa Salgueiro

Matosinhos, 20 fevereiro de 2019 -17 h

AA – Amália **LS** – Presidente Luísa Salgueiro

AA – **A presidente Luísa é mãe, esposa, é filha. Muito ligada à família pelo que me apercebo. Como é que consegue gerir o cargo político que certamente lhe ocupa muito tempo, com o lado familiar?**

LS – Com muita dificuldade, com muita retaguarda familiar. A minha filha já está uma adolescente crescida, já passou a fase mais difícil. Eu tenho tido sempre uma vida muito preenchida, do ponto de vista profissional e público, e fui-me adaptando a essa necessidade de conciliação. Mas consigo, tendo dias muito longos, começando o dia muito cedo e acabando o dia muito tarde, tendo muita retaguarda também, no início para tratar da minha filha, agora para tratar dos meus pais, e compreensão da parte da família, dos pais, do marido, da filha. E rigor na gestão da minha vida, tentando organizar.

Muita organização para ser possível chegar ao fim do dia e ter cumprido a minha parte pessoal, a minha parte profissional, apoio à família. É difícil, mas eu sou muito má julgadora, porque sou juíza em causa própria. Também não sou nem muito boa mãe, nem muito boa filha, nem muito boa esposa, falha-se sempre um bocadinho, há sempre falha.

Mas tenho tentado conseguir.

AA – **Sente que se ela fosse mais pequenina, não estaria neste cargo?**

LS – Se a minha vida pessoal…

AA – **Não, se a sua filha fosse mais pequena.**

LS – Estaria, estaria. Porque eu quando a minha filha tinha 3 anos fui para a Assembleia da República e era capaz de fazer isto sendo a minha filha pequena. Quando a minha filha nasceu estava na Câmara e aos 6 meses ela teve um gabinete aqui comigo na Câmara e veio trabalhar comigo. Portanto, se eu tivesse uma filha pequena agora, era capaz de ser presidente da Câmara, era capaz de conciliar, tendo uma forma diferente de trabalhar com a criança.Se fosse um sítio como eu fiz, eu era vereadora da Câmara de Matosinhos quando a minha filha nasceu e criei um espaço no gabinete para ela vir comigo para o trabalho, portanto acho que se consegue.

AA – **A presidente Luísa foi uma surpresa para os demais na noite de 1 out. de 2017, quando eleita…**

LS – Não, os matosinhenses já sabiam que eu ia ganhar. (ri-se)

AA – **É a primeira mulher candidata à autarquia e consequentemente é a primeira presidente da Câmara de Matosinhos. E com isto ainda há uma reconquista do PS na autarquia dos matosinhenses. Depois desta forte introdução, porque é uma mulher de muita presença, com muito punho, a minha é: Acha que a surpresa foi por aquilo que indiquei agora ou também por ter sido uma mulher a conceber este feito?**

LS – Acho. Acho que o cenário em que avancei era um cenário muito difícil, com muitas candidaturas, com candidatos aparentemente muito fortes e eu avançava numa candidatura num partido que se tinha dividido e sendo eu jovem e sendo mulher, à priori poderia parecer difícil e até creio que alguns avançaram, exatamente por ser eu, porque acharam que era mais fácil de me derrotar. É à medida que o tempo foi passando, fui fazendo o meu trabalho, fui sobretudo conquistando o eleitorado. As pessoas viram nos meus projetos, nos ideais que nos protagonizavam, algo em que se reconheceram e por isso, foi uma vitória particularmente saborosa.

AA – **Com certeza a presidente tem ideia que são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais no nosso país, ou seja, num total de 308 municípios. Creio que um número ainda reduzido, concorda?**

LS – Reduzidíssimo. Inexpressivo face à intervenção política e pública que as mulheres têm sobretudo no mundo autárquico e que revela bem o quão lento é o processo de afirmação sobretudo nos lugares de topo. Porque se formos ver vereadores e outros lugares, há muitas mulheres, mas quando chega o número 1, é muito difícil uma mulher ser o número 1. Já é menos difícil chegar aos outros lugares, mas o 1º está sempre muito ocupado por homens.

AA – **A que é que acha que isso se deve?**

LS – A um percurso. Primeiro ao estereótipo que a política não é para mulheres, porque as mulheres têm a vida muito ocupada e não gostam. Os homens diziam que as mulheres não estão na política porque não gostam. E nós também não trabalhamos isso, não é?

Foi a falta de promoção de espaços de participação e uma tradição que é difícil de inverter e rapidamente eu penso que nos próximos anos a situação vai mudar. É uma repercussão de cultura, de atitude e das próprias mulheres que agora despertam para outro tipo de participação.

AA – **Crê mesmo que isto vai inverter num curto espaço de tempo?**

LS – Em Matosinhos sim. Nós no concelho temos muito espaço. Não sei se vai inverter, mas vai equilibrar.

AA – **São pouco mais de 40 anos democráticos em Portugal. Ainda há muto para se fazer no que toca à paridade política no país?**

LS – Há. Os números revelam. As 32 para os 308 são um bom número. Que há muito para fazer, há muita conciliação para promover, há uma forma diferente de olhar para a participação e há que promover a formação das pessoas, sensibilização para que elas estejam disponíveis para a participação política. Portanto, ainda há um caminho gigante a fazer, mas eu creio que as novas gerações que já estão muito mais sensibilizadas. Sou muito otimista, porque vejo o que está a acontecer na população mais jovem, vejo o que está a acontecer nas reuniões em que eu participo com jovens, em que as mulheres têm vindo a participar cada vez mais e são ativas. E, portanto, confio que o panorama vai mudar.

AA – **No que toca aos media, até que ponto existe paridade na abordagem da imprensa relativamente às mulheres autarcas?**

LS – Não existe. Não existe.

Não são várias as vezes que saem notícias sobre a região do Porto ou sobre a região Norte, raramente vê. Mesmo nós, sendo mulheres autarcas, presidentes de Câmara, raramente nos solicitam e depois quando nos solicitam é sobre o dia da Mulher, para prestar declarações sobre o dia da Mulher. Coisas muito ligadas ao estigma do feminismo e tudo isso, por isso não há qualquer tipo e paridade sob os media para connosco. Só falamos sobre assuntos sociais, saúde e quando é trânsito, urbanismo, por aí, são os homens. E, portanto, são os próprios media que produzem os estereótipos.

AA – **A título de curiosidade, não sei se tem essa noção, é sem dúvida das presidentes de C. M. no país mais referenciadas, pelo menos no intervalo de tempo que eu estou a analisar.**

LS – Não sabia.

AA – **Como é que encara a situação da mulher na política em Portugal na qualidade de detentora de cargo político.**

LS – Encaro como uma situação debilitada, de dificuldade face à organização e ao modelo que temos de funcionamento. Porque apesar de tudo nós somos muito poucas e temos de nos orientar por padrões que estão organizados pelos homens e, portanto, continuamos a ser vistas como uma espécie, um grupo pequeno de tratamento especial e que não domina. Por isso há sempre mais dificuldades. Mesmo quando nós somos líderes, a relação com os outros nem sempre é igual para igual. Alguns ainda tentam ver-nos na condição feminina e não na condição de colega, com as mesmas condições e com as mesmas características. Não raras vezes, quer dizer nós entramos numa reunião e os próprios colega acham que é importante dizer que estamos bem vestidas, se estamos bonitas se não estamos bonitas e acham que aquilo é muito importante para nós. E nós queremos é discutir o assunto que está na ordem do dia, mas é sempre mais difícil para nós chegarmos a uma situação de igualdade, é um esforço superior. É sempre mais esforço.

AA – **O escrutínio é maior?**

LS – O escrutínio é muito maior aos mais variáveis níveis. A exigência para connosco, da população em geral é muito maior, é menos tolerante. A população é menos tolerante para connosco. Nós temos direito a falhar. A exigência é muito superior e escrutínio e exposição, também é maior. Até porque somos poucas, porque somos diferentes daquilo que é o padrão habitual. Portanto, as pessoas estão mais atentas, ao prestar mais atenção também nos escrutinam e sindicalizam-nos mais.

AA – **Vão buscar muito a questão do físico, da beleza, do exterior…**

LS – Isso é outro assunto onde estamos sempre a ser avaliadas.

AA – **Até há uma situação caricata que que aconteceu com a presidente, está à vontade se não quiser falar disse como é lógico. As declarações do eurodeputado, Manuel dos Santos.**

LS – O Sr. eurodeputado Manuel dos Santos tentou, com as declarações, diminuir-me. Foi sexista, mesquinha, xenófobo e uma série de considerações idêntica a esta, mas não conseguiu, porque eu não me deixo influenciar por pessoas como o sr. Deputado. Aquilo que ele pretendeu foi minimizar-me e utilizou a comunidade cigana, pensando que comunidade cigana é inferior. Tentou inferiorizar-me e rebaixar-me. Portanto, é uma atitude absolutamente condenável, lamentável, miserável, que o sr. Deputado, que me conhece há muitos anos, teve para comigo, que felizmente não colheu a adesão da população. E a população respondeu-lhe. Mas é esse tipo de atitudes que se fosse com homem, o Dr. Manuel dos Santos, não teria feito isso, mas achou que me ia espezinhar. Não conseguiu. Mas é lamentável, é desprezível.

AA – **Vê o que ele disse por ser uma mulher que dá o grito se for preciso? Por ser uma mulher de punho.**

LS – Não. Não, não vejo nada disso. Foi mesmo… O Sr. Manuel dos Santos tem uma visão pejorativa dos ciganos, acha que são seres menores e tentou menorizar-me, comparando-me a eles. Acontece que não é isso que tenho de impressão da comunidade cigana e não foi por aí que eu fui. Mas foi essa a intenção. E eu isso não posso tolerar.

AA – **Falemos das vantagens que se têm ao governar como mulher, ou seja, no trabalho da proximidade, há efetivamente vantagem neste sentido?**

LS – Há muitas vantagens. Primeiro há uma visão diferente, cada um de nós, sendo homem ou sendo mulher é diferente, tem personalidade própria. Eu sou diferente dos antigos presidentes da Câmara. Tenho uma visão do mundo muito marcada pela minha experiência pessoal, enquanto mãe cuidadora, enquanto filha cuidadora, enquanto mulher que tem de passar por um caminho mais difícil para chegar aos espaços onde cheguei. Portanto, compreendo as dificuldades que os outros passam. Portanto, não é só proximidade, nós estamos próximas das pessoas, como os homens podem estar próximos, mas sobretudo temos uma compreensão e uma interpretação diferente dos acontecimentos da vida. Isto dá-nos uma visão diferente e repercute-se na nossa forma e fazer política seja no interior da Câmara, seja para a comunidade.

AA – **Também esteve sempre ligada ao cariz social.**

LS – Tive sempre, sim. Na política, sim. Na minha vida profissional, não.

AA – **Durante a sua campanha como candidata e continuamente como presidente, menciona consecutivamente o caráter da ambição, da inovação, da sustentabilidade, do progresso e da inclusão. E nestas forças e neste poder do exemplo que continuará a fazer uma política que vai de acordo aos ideais igualitários, ou seja, a oportunidades iguais. Vai continuar nesta pujança?**

LS – Eu espero ser pujante. Tento ser, eu e a equipa. Porque um município não se governa só com a força de uma pessoa. A minha principal missão é mobilizar toda a equipa, seja executivo, vereadores, seja dirigente, seja os funcionários todos da Câmara. A Câmara Municipal de Matosinhos é uma equipa de 2000 pessoas, que tem de estar toda mobilizada e não é fácil. Mas esses objetivos que nó definimos para a comunidade – a ambição, ambição é algo que nos mobiliza. A excelência para o próprio concelho de Matosinhos. Sustentabilidade, inclusão, não deixar ninguém para trás. Uma cidade igual para todos, uma comunidade igual para todos, seja na situação económica – financeira das famílias, seja na geografia, seja em tudo. Isso é uma das grandes missões que nós temos. Nós estamos aqui para, falo no plural porque somos uma equipa, realizar o trabalho que sirva todo o município de Matosinhos. E isso, significa ter objetivos ambiciosos e naturalmente, que nesse percurso não podermos deixar de olhar para partes da população que naturalmente não têm as mesmas oportunidades que outros. E, portanto, nas nossas opções políticas, na gestão dos orçamentos, na orientação das ações, temos de considerar que há segmentos da população que precisam mais da nossa ajuda. E é nessas que nós temos de investir prioritariamente para tentarmos com que o concelho vá a uma única velocidade. Para que não haja pessoas com mais oportunidades que outras. Tornar a sociedade mais equitativa, mais inclusiva, é uma das nossas grandes tarefas.

AA – **OBRIGADA!**

LS – Já está? Obrigada!

FIM

Apêndice 7: Entrevista a Catarina Araújo

Porto, 22 fevereiro 2019 - 12.40h

AA – Amália Afonso CA – Vereadora Catarina Araújo

AA – **A Catarina é mãe, é filha, é neta… é uma pessoa, pelo que me apercebi, muito ligada á família. É lá de cima, tal como eu, transmontana. Como é que consegue gerir o cargo político como vereadora, que lhe ocupa certamente, muito tempo, com este lado privado, a família?**

CA – Como se gere? Vai-se gerindo como se pode, com muita imaginação, com muitos post its. Os post its são absolutamente essenciais para programar todas as tarefas familiares e domésticas, para distribuir trabalho com o meu marido.

De facto, sou casada, tenho uma filha com 13 anos, muito compreensiva, tenho uma filha e um marido, ambos muito compreensivos, que me ajudam muito a que tudo isto seja possível. E a dividir comigo muito destas tarefas. É complicado porque também muitas das tarefas que tenho acabam por ser em horários noturnos. Obrigam a estar muitas vezes fora de casa. Olhe se eu lhe disser que esta semana consegui jantar um dia em casa, é uma coisa que digo com muito peso de consciência. Não é fácil. Tento compensar com organização, com qualidade no tempo que tenho, tento depois, nos fins de semana, dentro do que é possível, preservar sempre um momento para estar mais próxima. Não é fácil. É possível quando se tem estas ajudas, e eu, graças a Deus, tenho organização, método. Aproveito bem, depois o tempo que temos disponível e ter tempo de qualidade.

Também há uma parte que é importante, se nós estivermos felizes com aquilo que fazemos e sentirmos que estamos a fazer alguma coisa de bom e que nos motive, eu acho que também é mais fácil para os outros ajudarem-nos. Acaba por ser, não uma missão de uma pessoa, mas de uma família. No meu caso sinto que é assim.

AA – **Disse-me uma coisa curiosa e eu vou pegar nisso: "se lhe disser que nesta semana só jantei 1 vez em casa." Nesta sociedade, se alguns a ouvissem dizer isso, "ah uma mãe que apenas jantou uma vez em casa, uma mulher política." Era criticada com toda a certeza. Mas se disséssemos que que era um homem nessa situação, talvez o pensamento seria "Ah mas é compreensível porque é ele que traz o dinheiro para casa." Sente isto?**

CA – Deixe-me dizer-lhe que se estivéssemos a ter esta conversa antes de 2011 eu dir-lhe-ia uma coisa completamente diferente do que lhe vu dizer hoje e tento, rapidamente, explicar porque. Eu achava que essas questões não se colocavam, tinha uma posição muito diferente da que tenho hoje, devido à minha própria experiência, porque nasci depois do 25 de Abril. Portanto sou uma privilegiada com uma série de direitos adquiridos e de liberdade também adquiridas e, portanto, essas questões para mim não se colocavam, não fazia sentido, nunca tinha sentido tal. Ouvia e conhecia situações de outras limitações, mas uma coisa distante, que nada e dizia respeito e, portanto, nunca tinha sentido de uma forma muito mais veemente e convicta dizia: "Não, não há nada, nunca senti descriminação. Não sou nada favorável a cotas." Não é que hoje seja totalmente, evoluí na minha posição, mas isso é diferente. E eu achava que, de facto, nada disto fazia sentido. E a minha primeira experiência política que me obrigou a tomar um maior impacto familiar foi em 2011, quando eu decidi participar, fui convidada e entendi que devia, pela situação em que na altura o país se encontrava, participar numa experiência que me obrigou a rumar a Lisboa. Fiz parte, fui chefe de gabinete em 2 Ministérios diferentes do Governo de então. E pela 1ª vez senti isso, que me está a dizer, porque, uma situação de uma função nobre, funções de algum reconhecimento, e eu ia ingressar nessas funções. E pela 1ª vez oiço: "Ah mas vais? Então e a tua filha? E como é que vais fazer? E o teu marido?" "Ai as relações à distância." Isto é uma coisa muito complicada. E o meu primeiro momento de espírito de missão que tinha de ir e de alegria por ter sido, com alguma vaidade confesso, considerada capaz e convidada para abraçar aquele desafio, de repente percebi, "Ah mas o teu marido.". Bem, dizer-lhe primeiro uma coisa, o marido não pensa bem assim e continuo casada até hoje, portanto, resistimos e já passaram anos. A minha filha é uma excelente menina, uma criança normal, feliz, sem algum problema escolar ou comportamental, portanto, por aí também acho que a missão e o trabalho foi bem feito.

Mas pela 1ª vez eu percebi que havia ali um problema por aquilo que eu disse, e então se fosse o meu marido a ir para Lisboa, ninguém lhe perguntava se ia perder a mulher ou se a filha ia ter algum problema comportamental pelo qual eu ia ser responsabilizada. Aí é que eu percebi pela 1ª vez que, de facto, era diferente e que havia determinado tipo de preconceito. Até mesmo as pessoas amigas e familiares diziam: "Ah mas tu achas?" Foi o meu 1º choque, portanto, ao contrário do que eu achava, ainda existe alguma forma de olhar e de ver diferente e, ainda existe um sentido crítico e de julgar. Acho que o desafio

é se acreditamos e se queremos continuar e demonstrar que somos capazes e pela positiva e com alguma tolerância para essas questões. Mas acima de tudo demonstrar que pode ser diferente. Olhe eu, modéstia à parte, no meu pequenino mundo, acho que mostrei que podia ser diferente. Fui, fiz o meu trabalho de forma empenhada com a maior entrega que podia. Ia segunda de manhã no comboio mais cedo para estar lá a horas, se fosse preciso vinha quarta-feira, a meio da semana, para dar um beijinho e no outro dia ia às 6 da manhã. Aí esgotei o meu plafon de post its, mas oiça, continuei sempre a ser a referência para a minha filha, de qualquer questão de logística da escola. Continuei a ser a encarregada de educação. Portanto, ela sabia que daquelas questões a mãe sabia, que a mãe tratava. É exigente? É. É fisicamente exigente. Consegue-se. Com ajuda. Volto a dizer, sem ajuda, não se consegue. Mas é possível. É demonstrarmos que é possível. E não desistir.

Eu não tenho nada aquela ideia que, de repente, as mulheres todas têm de ir para a política ou para grandes funções dirigentes ou de administração, ou que as suas vidas profissionais passam à frente das vidas pessoais. Não é nada disto que estou a dizer. O que eu estou a dizer é que se essa for a opção da mulher, que legitimamente, pode ser outra diametralmente oposta à minha, e que eu não tenho qualquer juízo a fazer. Se a opção for esta, o que eu acho é que as mulheres devem acreditar que são capazes e que conseguem. E, acima de tudo, também acho outra coisa, não basta elas acreditarem e quererem, é preciso começar a criar condições a vários níveis, de legislação, de mudanças de mentalidade, para que elas também tenham ajuda e condições para. Às vezes a maior parte das questões, que obrigam a que reuniões se prolonguem, tem a ver com a organização. E, de facto, no mundo da política isto é muito comum, porque a noite é um espaço privilegiado para discussões e para trabalhar e às vezes é uma questão de organização. E nós mulheres somos muito assim. Fazer uma agenda, dizer assim, é esta a hora, e as coisas conseguem-se. E criar disciplina. Mas está muito melhor, também não esquecer da evolução que foi acontecendo. Da intervenção das mulheres a nível profissional a todas os níveis. E tem havido um esforço e uma consciência até dos sucessivos governos, do anterior, deste, que também tem tido algumas medidas. Aliás, ainda ontem, publicado um Diploma que tem a ver com o recomendar, incentivar a igualdade salarial. Porque para funções iguais, as mulheres continuam a ganhar menos, está quantificado em dias, penso que 144 dias a menos. Contava-se uma história muito engraçada, porque é que nas peixarias as mulheres e no talho havia homens. Porque se ganhava menos num lado do

que no outro, era mais barato num lado do que no outro. E, portanto, agora estas questões também têm a ver com a mentalidade e demoram tempo a mudar.

AA – **É uma questão progressiva, não é?**

CA – É, é. Mas nós temos de ajudar, de empurrar para que o progresso aconteça. Não cruzar os braços.

AA – **As mulheres que já estão dentro da política são também muito impulsionadoras.**

CA – São, são. E aí tem de se reconhecer e não sendo eu fervorosa e adepta das cotas, mas evoluí porque eu antes se me perguntasse, dizia: "Não"e agora…

AA – **Mas evoluiu porque a percentagem aumentou?**

CA – Não, não. Evoluí porque as coisas também foram evoluindo, quer da realidade e da circunstância, mas porque também alguma forma de processamento das coisas foram evoluindo. Se me pergunta se eu acho que numa empresa particular, que só porque está cotada no PL20 de empresa tem de ter igualdade de género e cotas, eu vejo com alguma dificuldade. Penso que é um campo de ingerência que não devia existir, não me parece bem, parece-me menos bem. E acho que até pode criar questões complicadíssimas, que se associem às da sucessão e acho que é, de facto, o estado a meter-se onde não deve.

Se me pergunta que eu veja, por exemplo, nas empresas públicas, nos concelhos de administração, se me faz sentido que se possa fazer uma imposição desse género, já me parece mal. E explico porque, porque há um escrutínio e, portanto, o recrutamento acontece por via de uma entidade legal que existe para o efeito, a CReSAP e, portanto, já há ali uma seriação, uma avaliação, parece-me que o essencial está, de facto, salvaguardado. Dito isso, eu reconheço que grandes mulheres na política, grandes líderes, de facto tiveram oportunidades de o ser a partir do momento que começou a haver cotas na política, portanto, olhe sentimentos mistos. Eu acima de tudo, eu percebo que também que só se fale na questão do mérito e da meritocracia, quando se fala das mulheres, também me parece que é um bocado ingrato. Então quando é tudo homens já ninguém questiona, têm todos à partida mérito? Depois quando se começa a falar de questão das mulheres e da cota, eu acho que também temos de ver isto com algum cuidado.

Porque é que as mulheres são importantes nos sítios? O que é que das acrescentam?

Eu acho que elas, de facto, são importantes e que acrescentam, porque? Têm uma maneira de estar diferente, de ver as coisas, de decidir e, portanto, acrescentam. Esta diversidade é importante, acrescenta valor. Nós, de facto, mulheres vemos as coisas diferentes, portanto, se nesta falha ou perda de diversidade houver uma perda de mérito, porque é disto também que estamos a falar, pois então sim, acho que vale a pena trabalhar neste sentido. Isto é um trabalho que tem de se ir fazendo. Não sou adepta neste campo, de medidas totalmente impositivas, e é só aí que eu queria chegar. Parece-me lindamente que se pense sobre isto, que se trabalhe sobre isto, que se trabalhe sobre isto, que se reflita sobre isto. DAVOS, o fórum económico internacional, à cerca de 3 anos, fez um estudo em que efetivamente um dos temas era precisamente isto. Havia dados que nos fazia, de facto, refletir. O nº de anos para haver igualdade entre estas questões de género era muito maior do que outras questões, como dos homens e dos computadores ou robotização.

Isto tem de nos fazer refletir, até porque temos mais mulheres do que homens em Portugal. Temos mais mulheres a concluir com êxito a licenciatura, temos mais mulheres a concluir o mestrado. Penso que no doutoramento havia, ainda, uma pequena diferença com mais homens, mas sempre a diminuir. E depois chegávamos aos lugares de administração e as mulheres não estavam lá, estavam em funções técnicas e também temos de refletir porque é que elas não estavam lá. E se elas não estiverem lá, porque, pura e simplesmente não querem. Eu acho que não temos de nos preocupar com isso. Agora se percebermos que elas não estão lá porque de alguma maneira elas não chegam lá por outros critérios, eu acho que é bom que se faça uma reflexão e que se pense em medidas que permitam, às mulheres, ter acesso a esses lugares. Não tendo elas de abdicar da sua vida pessoal, de ser mães. Portanto, arranjar medidas de conciliação.

Hoje a questão da gravidez esta mais isolada, mais circunscrita. É socialmente mais condenável, não é? Há legislação específica que permite tratar desta situação. Mas sim, deve-nos preocupar. Sim, digo mais, deve-nos indignar. Foi feito um percurso muito melhor. E Portugal não é dos países onde estejamos pior. Eu acho que temos países vizinhos que estão muito pior que nós. Não é que isto nos deva servir de exemplo, mas pronto, termos a consciência. Vamos lá ver, o 25 de Abril não foi assim há tanto tempo e se pensarmos antes do 25 de Abril, as mulheres tinham de pedir autorização aos seus maridos para viajar.

Portanto, a evolução tem acontecido. Compete-nos a nós, também continuar a fazê-la, todos os dias, por exemplo, na educação. Olhe tenho uma filha, também me compete a mim, educa-la nessa perspetiva. Portanto, isto é um trabalho de todos.

AA – **Quase que podíamos ficar com a entrevista por aqui. Já me respondeu a todas as perguntas que vêm a seguir. Com certeza a vereadora tem a noção que são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais no país, num total de 308 municípios. Eu diria que é um nº reduzido, concorda?**

CA – É, é. Ainda é. Há uma evolução. Mas claro que é reduzido.

As pessoas quando falam em Paridade é preciso também dizer uma coisa, mesmo nos diplomas que havia, a Paridade não era 50/50 era sempre diferente, era 33%.

AA – **Sim, 33. À posteriori 40%.**

CA – Até mesmo em termos legislativos tem sido feita uma evolução, se me pergunta claro que era bom que houvesse mais mulheres a virem para a política. Porque? Porque elas acrescentam à política. Nós conseguimos pensar em coisas diferentes dos homens e pensar nas mesmas coisas de forma diferente. E, portanto, tudo isto é bom. Acrescentamos valor. Esta diversidade, acho que é aqui que está a meritocracia das mulheres e abdicar disto, só por ser mulher, não faz sentido. Não é inteligente. Eu acredito que vamos cada vez mais ter mais mulheres, e acho que já temos. Já temos nas autarquias, já temos nas freguesias. Esta nova alteração legislativa também vai ajudar a isso, mas tem de ser um trabalho que fazemos conjuntamente, também o preenchimento meramente formal de algumas leis que obrigavam, depois nós todos sabíamos e contavam-se histórias como é que elas iam sendo formadas e, portanto, acho que também não é isso que se quer. Se pergunta se eu gostava de ver mais mulheres na política, sim. Se eu gostava de ver mais a liderar e a serem presidentes de Câmara, pois com certeza. Mas acredito que para o ano, se estivermos a ter esta conversa, se calhar já não são 32. Lanço já este desafio, marcamos uma conversa daqui a um 1 ano e vamos contar as mulheres. (ri-se)

AA – **Fica aqui gravado.**

CA – Fica gravado, tem de cumprir.

AA – **Falou ao bocadinho do 25 de Abril. São pouco mais de 40 anos democráticos no país. Ainda há muito para se fazer na paridade política?**

CA – Há sim. É no fundo a reflexão que fomos aqui fazendo, estamos até muito de acordo. (ri-se). Claro que há muito para fazer, há muito trabalho e compete-nos a nós fazê-lo. Não deixando de reconhecer também o que já foi feito. Sabe, têm-me acontecido muito nestas funções e por força de outras coisas, às vezes as pessoas esquecem-se, facilmente, do caminho que foi feito.

AA – **Nós temos muita memória curta.**

CA – É. Exatamente isso. Eu acho que é bom que olhemos para trás. O caminho está a ser feito e está a ser conseguido. Nós temos cada vez mais, nos partidos políticos, nós temos 2 mulheres à frente de 2 partidos políticos. A Assunção Cristas e Catarina Martins.

AA – **É uma referência para si.**

CA – Claro. E oiça, um bom exemplo. Falemos da Assunção. A Assunção era ministra, com uma pasta pesadíssima, com um peso governativo enorme e foi mãe. Foi mãe durante a legislatura. Eu não me lembro de isso ter sido impeditivo e alguma vez deixar de fazer o que fazia, a todos os níveis. Portanto, não deixou de ser mãe. A Assunção tem 4 filhos, é público, e, no entanto, veja a agenda dela com constante presença no terreno conciliando de uma forma muito interessante a sua vida profissional com a sua vida familiar. Muitas vezes é possível vê-la a fazer a família participar nos seus momentos e de uma forma feliz. Saberá, melhor que ninguém, otimizar e rentabilizar os seus tempos. Com a Assunção de Cristas as nossas reuniões de trabalho passaram a ser muito disciplinadas, que não eram antes. Há hora para iniciar e há hora para terminar. E nunca, depois da meia noite, há reunião. É aquilo que ela costuma dizer a brincar, que é o horário Cinderela. E não deixamos de fazer absolutamente nada, portanto, se é uma referência? É, por várias razões, até por outras que aqui não interessam tanto, mas ideológicas. Mas ela é inspiracional para muitas mulheres. E tem tido, também ela, assumido a defesa muito das causas de igualdade de género. Aliás, até assumindo, isoladamente e pessoalmente, o que pensa sobre a maioria, de uma forma mais vincada e veemente, do que o próprio partido que lidera. Ainda há bem pouco tempo sei que disse: “Eu sempre pensei assim. Eu acredito nisto, portanto, eu assumirei isto, dando liberdade de voto sob a matéria e não deixando de assumir.” Dizendo assim, eu acho que este é o caminho que temos de percorrer até não ser necessário que existam mais cotasMas há várias mulheres, a Assunção é uma delas, mas há muitas outras e cada vez mais. Está a ver, é um grande desafio para si, ainda por cima nesta área, não é.

AA – **Sem dúvida que a política é um objetivo.**

CA – Boa, boa. Isso é sempre bom. Se há coisa que há para fazer muito, é trabalho do lado de cá. Se há coisa que é bom, é ouvir uma jovem com essa disponibilidade. Portanto, se tem essa vocação e essa à vontade, por favor, venha. Venha porque é preciso muito.

AA – **Acho que já incidimos muito nesta questão. Quais acha que são os obstáculos que tem uma mulher na política que não tem um homem?**

CA – Tem muito a ver com a questão da maternidade, dos filhos.

Eu acho isso de sermos absolutamente iguais, homens e mulheres, não é isso. Não somos. E eu acho que não é esse o caminho.

Mas acima de tudo, criar condições para que tenhamos acesso às mesmas coisas, com regras de conciliação da vida familiar com a vida profissional, que efetivamente, para as mulheres é mais exigente, o facto de sermos mães, todo esse processo, é diferente. E, portanto, a gravidez é por si um processo que acaba por ter interferência.

Aquilo que eu acho é assumir a diferença, reconhecer a diferença, trabalharmos no sentido de criar condições para que essas dificuldades não sejam impeditivas de que as mulheres tenham uma vida profissional que desejam, que tenham condições para conciliar. E que também não tenham de abdicar de ser mães. Criar condições de acesso, mas não só de acesso. Acesso e conciliação, porque eu depois de estar lá também tenho de ter condições de fazer. E há muita pouca sensibilidade, se calhar até estamos mais predispostos, exatamente por aquilo que referiu, ainda bem que diz isso, que é para o acesso. Mas depois esquecemo-nos. E o problema é que depois, numa determinada função, seja política, seja noutra função, nós não deixamos de ser mulheres, depois vamos continuar a ser. E não vamos deixar de ser mães depois. Portanto, o que nós precisamos +e de poder continuar a conciliar a nossa vida pessoal com a profissional, continuar a ser mulheres, continuar a ser mães e ser profissionais e boas profissionais. Nós não queremos estar e vantagem. Nós não queremos é estar em desvantagem. É MUITO ISTO. Eu não quero, e acho que nem a Amália há-de querer, estar num sitio onde só está exclusivamente pela qualidade ou pelo tributo de ser mulher, não é?

AA – **É muito isso que eu quero incidir no meu estudo. Não queremos estar lá apenas por sermos mulheres. É sermos mulheres e porque temos a capacidade de.**

CA – Temos as mesmas capacidades, as mesmas habilitações, as mesmas qualificações. Portanto, não vamos é deixar de ter acesso ou de estar, por sermos mulheres. As mulheres, ainda por cima, até têm uma capacidade única de conseguirem fazer muitas coisas ao mesmo tempo. Conseguimos pensar em coisas fantásticas e estar ao mesmo tempo a pensar na nossa filha e na roupa do colégio ou do espetáculo da dança e sair a correr de uma reunião e não sei como, ir comprar um presente pelo caminho. E nós conseguimos muito bem fazer isto.

AA – **No que toca aos media, até que ponto existe paridade na abordagem na imprensa relativamente às mulheres autarcas?**

CA – Paridade na imprensa. Ora bem, eu acho que tem de haver imparcialidade na imprensa, tem de haver qualidade. E, portanto, é óbvio que as mulheres autarcas têm que ter o mesmo tempo disponível na imprensa e o mesmo tratamento na imprensa que teria qualquer outra pessoa, pelo assunto que está a tratar, independentemente, do género. Ou seja, se me está a perguntar que as mulheres deviam ter mais tempo na imprensa só por serem mulheres? Não. Se eu acho que as mulheres deviam ter igual acesso e igual tratamento peça imprensa? Pois sim, acho. Se pode a imprensa ajudar neste trabalho de sensibilização, de mentalização? Pois sim, ai sim. Se a imprensa alertar para as questões de igualdade salarial, pode ser interessante, está a sensibilizar para uma questão, está a chamar para a discussão pública uma questão, acho bem.

AA – **A Catarina alguma vez sentiu algum tipo de descriminação por parte dos media?**

CA – Não. Honestamente acho que não.

Onde é que eu me sinto, de facto, mais penalizada é mesmo com a organização do tempo de trabalho. E falando muito de política, aí sim, porque de facto os horários são muito exigentes. A questão do fim de semana temos, de facto, de fazer a maior ginástica e o melhor trabalho. Acredito mesmo que há um caminho que foi feito, que foi percorrido, que as coisas estão diferentes, que a sensibilidade é diferente. Oiça, há uns tempos atrás não havia estudos sobre isto, agora é frequente haver estudos sobre estas questões. Há um fórum mundial que debate a questão. Há medidas legislativas sobre a questão.

Esta questão entrou, efetivamente, na agenda. E é absolutamente mais fácil a promoção de diversidade do género. Tem tido eco. E nas empresas também. Eu sei que já há dados

de como essa diversidade tem sido positiva para as empresas. Eu acredito que por aqui vamos lá. Acho que é uma questão de tempo. Se me pergunta: "Acha que devemos ficar de braços cruzados?" Não, acho que nos compete a nós, naquilo que estiver ao nosso alcance, ir ajudando e empurrando. Eu acho que vamos chegar lá. Um compromisso da sociedade, do governo e das instituições. Olhe, o Estado, as empresas, também têm de dar o exemplo. As coisas estão a acontecer, o dar visibilidade a estas questões das diferenças salariais, medidas de paternalidade mais equilibradas. Tudo isto é importante, para que este caminho se faça e a um passo mais acelerado.

AA – **Na sua perspetiva há certas vantagens que se pode ter em estar à frente de uma pasta como mulher? Até mesmo no trabalho da proximidade**.

CA – Nós fazemos de uma forma diferente, conseguimos de facto ter uma abordagem diferente das coisas. Esta diversidade, este acrescentar é sempre positivo. Eu acho que é isto. Além de que, tecnicamente, as mulheres são de facto mais qualificadas, têm grandes capacidades técnicas. E isto também é importante e tem de se traduzir alguma coisa. Acho que desperdiçar esta mais valia é que não faz sentido. Eu também já senti na minha experiência profissional que já consegui alcançar certas coisas por ser mulher, vamos lá perceber isto também. Também há outro sentimento, uma mulher, que chega a determinado tipo de posição, normalmente se lhe perguntar se acha que foi descriminada, ou que sentiu isso, engraçado que a 1ª reação é dizer que não, porque sente-se sempre muito exposta na forma como chegou lá. Nós próprias, mulheres, se calhar a reação normal era dizer-lhe: "Ai não, nunca senti." Não, não foi verdade. Eu senti.

(…)

E se for um homem toda a gente acha normal. Mas repare, foi sendo assim, foi culturalmente assim, a sociedade estava organizada para ser assim. Fisicamente há condicionante e ainda bem, tem de ser assim, é uma bênção uma mulher ser mãe. Não é lutar contra isto, é aceitar isto, viver com isto, reconhecer isto e criar condições para que isto seja conciliável com o resto. Criem às mulheres, dêem-lhe estas oportunidades e vão ver como elas disparam para o topo.Mas eu respeito, igualmente muito, uma mulher que diga que o projeto de vida é chegar a CEO da empresa x ou que ser líder de algo, como uma mulher que me diga que para ela, o projeto de vida dela passa por outra coisa. Até que consigamos que as coisas progridam para esta maior equidade, vamos trabalhando e ajudando com este compromisso conjunto.

Quantas mulheres concluíram os doutoramentos com gravidezes pelo meio. É possível, é preciso acreditar e sermos solidárias. Nós, as mulheres, algumas vezes também somos pouco solidárias umas com as outras. Somos muito críticas.

AA – **O seu trabalho é um trabalho notório e progressivo neste pelouro. Faz questão de passar valores igualitários, ou seja, a questão de igualdade de oportunidades neste caminho, neste pelouro, nesta pasta, como vereadora da C. M. Porto?**

CA – Eu acho que é uma coisa que fazemos instintivamente. Tive, outro dia, oportunidade de fazer esse levantamento em termos de recursos humanos e questões de igualdade de género no município. Nós temos mais mulheres em lugares de chefia e liderança, já agora, não deixa de ser um dado que queria partilhar. E, portanto, aqui estamos bem nesta questão. Também a estamos a respeitar em todas as nomeações de concelhos de administração, das empresas municipais e, portanto, está presente. Eu sou mulher, atuo nessas áreas, por isso acho que já estou a fazer alguma coisa, tento fazê-lo o melhor possível, de forma mais competente possível. Mas se tiver de entregar um processo em regime de outsourcing para um advogado, pois para mim não vai ser determinante se é homem ou mulher, mas terá a ver com a competência da pessoa e com a qualificação.

AA – **A questão foi mais por ser o pelouro da Juventude, que é o futuro.**

CA – Ah sim. Se for nos fóruns que temos na área da juventude.

(…)

Já tivemos fóruns nos quais as questões de igualdade de género foram trazidas a debate. Está assinalado no nosso plano de atividades. Os jovens é o fórum privilegiado para despertar o debate destas questões. (…) Eu sou uma privilegiada, eu tenho muita sorte, por poder ter chegado aqui e estar aqui. Esta é uma das formas mais nobres de poder fazer alguma coisa, como dizia o Papa Francisco: "A política é uma das mais nobres formas do bem comum.". Se estivermos aqui com este espírito é tão bom, chegamos a casa à noite e percebemos que uma das nossas medidas resultou em algo melhor para a vida de alguém, para a cidade, para as pessoas que aqui está. Que construímos qualquer coisa. É tão bom poder dizer à minha filha, a mãe fez aquilo.

É nossa função, obrigação, não esperar de braços cruzados que as coisas aconteçam. Com os constrangimentos que encontramos, o exercício do possível, o retorno é imenso. Isto só é possível se acreditarmos o que estamos a fazer e se o fizermos com o coração, com

entrega e de forma profissional. Foi assim que eu decidi ir para a política, quando decidi que não queria ser treinadora de bancada. Eu achava mesmo que eu tinha de fazer alguma coisa, aliás, eu entrei para a política muito tarde. Nunca fui de nenhuma juventude partidária e não digo isto porque acho que as juventudes partidárias são más, mas porque nunca fui. Mas entrei de uma forma já madura e consciente e, portanto, isto foi um processo de encantamento contínuo, porque é de facto possível fazer diferente, fazer mais, deixar a nossa marca. Irmos construindo o melhor que podermos, acima de tudo com humildade e sim, dizer a verdade e falar com as pessoas e olhar nos olhos. Explicar às pessoas, dar uma resposta, justificar, que é diferente de dizer às pessoas o que elas querem ouvir. Temos de falar a verdade, explicar, não fugir, dar a cara. Acreditem que não vou sair daqui sem deixar as coisas muito melhores, mas há uma coisa que ninguém pode dizer, não deixei de falar e de receber e de explicar nenhuma das entidades que me tenha pedido. O retorno é muito bom. E aprende-se imenso. Eu não posso ficar fechada neste gabinete, sem perceber, de forma autista. Não é assim que o Dr. Rui Moreira faz. É vê-lo andar na rua, falar com as pessoas, a conviver, a ouvir. Não pode se assim, um exercício de autismo ou de vaidade, nós temos de falar, ouvir e aprender. Eu tenho de aprender, repare, é o meu 1º mandato, com áreas tão diferentes. É tão bom, sou uma privilegiada.

AA – OBRIGADA.

CA – MUITO OBRIGADA.

FIM

Apêndice 8: Entrevista a Maria José Gamboa

Canidelo, 2 maio de 2019 - 14.30h

AA – Amália Afonso MJ – Presidente Maria José Gamboa

AA - **A presidente Maria José é mãe, é uma pessoa ligada à família, é uma pessoa com uma carga horária carregada como é que consegue gerir isto tudo. Como é que consegue gerir o cargo político que certamente lhe ocupa tanto tempo com este cargo político?**

MJ - Bom, então eu sou mãe, sou ligada à família, sou ligada ao país, sou ligada ao mundo, portanto, há coisas que para mim são muito significativas, na minha história pessoal, na geração a que eu pertenço, do caminho que as mulheres em Portugal tiveram de fazer. Eu tenho 70 anos. Como é que a gente concilia? Eu acho que se concilia com aquele sentido da inteligência emocional, do que é importante em cada momento, concilia-se porque nós nunca estamos sozinhos, pertencemos sempre a grupos de trabalho, portanto, a partilha de responsabilidade foi sempre possível. E concilia-se também porque precisamos de dizer aos nossos que o nosso caminho também tem alguma individualidade. Temos que dizer aos filhos que existimos por nós, como cidadãs e como pessoas que apostam em determinado circuito político e os filhos desde pequeninos vão-se habituando a que a mãe e o pai tem também as suas pequeninas autonomias, tendo-os sempre no centro da vida como é inevitável. Mas isso é um processo de aprendizagem que nós vamos fazendo uns com os outros. Digamos que nós os pais há um momento em que temos de perceber que temos que nos ir soltando dos filhos para eles terem o seu próprio voo.

Mas isso é um processo de aprendizagem que nós vamos fazer uns com os outros, portanto, é um bocadinho nesta conciliação de preservar a autonomia de cada um, a forma de olhar o mundo e a vida de cada um, o respeito até pelo formato que cada um tem a sua vida, sem que ninguém fique para trás. Há uma filosofia no formato do trabalho autárquico, que é uma filosofia de cuidar. Nós cuidamos muito. Cuidamos das pessoas, das vidas delas, das coisas delas e, portanto, digamos que há aqui um sotaque afetivo e emocional que também nós carregamos das famílias a que pertencemos.

Diferente é ser presidente de Junta, diferente é ser deputada da Assembleia da República, diferente será ser deputada de uma Assembleia Municipal, numa vereação da Câmara.

Este formato, que é um formato deste pequenino poder, que é este poder de muita proximidade, hoje visto com um olhar muito romântico e muito simpático, porque é tão de proximidade que até parece que nos entendemos todos com mais facilidade (o que não é verdade), transforma-nos muito em cuidadores. E, às vezes, é o meu convencimento absoluto, não é tanto os programas que cada um de nós tem ou os outros compromissos que cada um de nós faz de 4 em 4 anos com a população, é muito esta capacidade pessoal do relacionamento, de um compromisso olho no olho, palavra na palavra, credibilidade aceitável ou de desconfiança que faz com que a população se mantenha, mais ou menos, próxima de nós. Mesmo dizendo-nos aquilo que pensa, mesmo que não seja aquilo que nós entendemos que está correto. Mas é um bocadinho esta partilha no sentido desta aceitação, do cuidar da vida destes cidadãos que estão aqui muito no registo do, porta à porta, na rua, no café onde paramos, no supermercado onde nos encontramos, portanto é tudo muito próximo.

AA - **A presidente Maria José já tem 70 anos e eu constato, eu já tinha essa noção, mas verifico ao estar a falar consigo que é de uma jovialidade incrível. Nem sempre pertenceu à política, mas tem uma filha no seu caminho, era mais nesse sentido, como é que gere isto tudo. Sendo mãe, tendo de dar sempre aquele cuidado ao seio familiar.**

MJ - Eu sempre entendi que a atenção vai sempre, não pela quantidade do tempo que estamos com as pessoas, mas pela qualidade do tempo que dedicamos às pessoas. E, também, pela partilha que nós fazemos das nossas ambições com aqueles que nos rodeiam, os nossos filhos, mas também os nossos pais. A minha geração ainda tem muito pai e muita mãe viva, que é também um outro cuidado em família e digamos que é um cuidado ainda mais apressado, porque é um cuidado de muitos cuidados às pessoas de idade. Eu acho que as pessoas que nos viram crescer e que nos acompanharam, o nosso formato de vida nos entendem muito bem e também se organizam e esperam de nós aquilo que nós em cada momento somos capazes de dar, porque percebem que nós temos um compromisso com a vida.É muito importante o compromisso com os filhos, com os pais, mas também é muito este compromisso de natureza espiritual que nós temos com o mundo.

A política tem uma dimensão espiritual profundíssima, pode não ser de fácil visibilidade, mas tem esta dimensão, que é as pessoas, os direitos das pessoas, o reconhecimento cada vez mais do contributo para uma melhor qualidade de vida do mundo.

Quem acredita que tem sempre 1cm de obrigação para mudar o mundo, não somos pessoas diferentes daqueles que não pensam assim, mas somos pessoas que pensam assim e, portanto, neste sentido os que nos rodeiam percebem-nos e respeitam. Porque aqui a lógica também é o respeito pela individualidade de cada um.

AA - **Com certeza a presidente tem noção que são apenas 32 as mulheres que presidem C.M. no nosso país. Eu diria, que num nº de 308 municípios, é um nº muito reduzido. Concorda?**

MJ - É reduzido. É muito reduzido. Como também é muito reduzido em Presidentes de Junta, como será muito reduzido o número de deputadas da Assembleia da República, apesar de haver um acompanhamento da Lei das cotas e nas Câmaras também há e nas Juntas de Freguesia também há.
Isto é, tenta-se fazer o caminho pela legalidade por forma a repor alguma igualdade entre as pessoas. O ideal será sempre que essa legitimidade formal não tenha que ser invocada para fazer uma lista ou para aprovar uma lista. O ideal será sempre que seja, muito, a disponibilidade da competência, o gosto das pessoas pelas tarefas. Exatamente o mérito e o gosto, porque, às vezes, há muito mérito, mas há formatos de personalidade que podem não sustentar só o mérito. A vida política é muito um compromisso centrado nesta dimensão que é: "Eu tenho a obrigação de contribuir para o bem-estar dos outros." É este compromisso com os cidadãos. Diremos: "Mas que longe nós estamos desses princípios tão românticos." Pois, poderemos estar. Mas se alguns de nós, não nos afirmarmos por este compromisso, então é que o compromisso desaparece e viramos todos uns tecnocratas, de lei metida no bolso, cotas ou outra coisa qualquer. E só faremos as coisas em função do quadro jurídico ou do quadro da legitimidade.

E aqui, o que se coloca, é o quadro dos direitos humanos e dos direitos sociais que está aqui muito em jogo, por isso, o poder de proximidade na gestão é para cumprir todo o arsenal legal com o qual nós trabalhamos, mas é muito para cumprir um compromisso maior que é os direitos que as pessoas têm, no contexto dos seus deveres também. O mundo não tem só uma direção, tem duas, não é? Eventualmente, entre a Assembleia da República e a Junta de Freguesia, se calhar, há uma tendência, direi eu, muito implícita, no caminho para a AR. Mas olhe, eu já fui deputada durante muitos anos, fiz o caminho um bocadinho ao contrário, fiz o caminho pelo poder de cima para baixo e acho que o

verdadeiro poder está cá em baixo. É aqui que, realmente, os cidadãos mais ordenam. Depois, nos escalões intermédios até ao topo da Assembleia da República, cada departamento, cada intervenção, tem as suas competências próprias, tem as suas armaduras políticas, próprias. Agora aqui, é, exatamente, onde nós mais desfrutamos, desse purismo, desse lado primário do exercício da política, que é ouvir as pessoas, acompanhar esse caminho que elas querem desenhar para os seus territórios e para as suas vidas e para as suas escolhas e tentarmo-nos aproximar no país que somos, desta pequenina missão de uma freguesia.

No fundo é este encontro. É o encontro dos espaços pequenos, que são as freguesias, com o país e a sua totalidade. Andamos sempre num acerto de contas. E por isso é preciso criar oportunidades. O povo precisa de ter muitas oportunidades. E a principal oportunidade que o povo precisa é ter quem o sirva, esta é a grande oportunidade do povo. Porque nós escolhemos, os políticos escolhem servir, o povo escolhe quem os serve, mas nós na verdade não escolhemos o tipo do povo. O povo escolhe o tipo do político que quer. Escolhe o que lhe transmite mais confiança, mais capacidade. É muito serviço, é o serviço público que está aqui, também, no jogo deste trabalho, é o serviço público, é o serviço de proximidade, é a necessidade que nós, políticos, temos de ver concretizar obra.

Há um caminho para tudo que se faz. Cada edificado numa freguesia tem uma história.

(...) Nenhuma freguesia faz nada sozinha. Nenhuma Câmara faz nada sem as suas freguesias. E nenhum concelho anda para a frente se sistemicamente freguesias e município não estiverem muito irmanados, num conjunto muito significativo de objetivos para o território todo.

AA - **A presidente M. J. ganhou com maioria absoluta. É o segundo mandato, desde 2013. A maioria absoluta, a maior de sempre em Gaia. É uma mulher em quem confiam. O que é que é preciso, neste trabalho autárquico, nesta proximidade, para conseguir este feito, para uma mulher conseguir este feito?**

MJ - Eu não valorizo muito a maioria absoluta. Tenho de a respeitar porque ela me foi entregue pela votação popular. Mas acho que a maioria absoluta fere até, alguma legitimidade, que a democracia tem por dentro.
É muito importante o jogo democrático. O jogo dos equilíbrios, em que todos sentem que tens pequenas fatias de poder, no contexto da governação.

No meu 1º mandato, nós ficamos muito perto da maioria absoluta e governamos muito bem, com todas as forças políticas, porque há um momento em que todas as forças políticas, sejam elas classificadas à direita ou à esquerda.

Neste contexto de freguesia em que querem o bem dos seus vizinhos, o bem das suas famílias, o gosto pelas crianças da sua terra e, portanto, às vezes é fácil quando lidamos com gente de bem, com gente que está devotada a ajudar e a contribuir para o desenvolvimento local. É fácil governar, mesmo em fatias de oposição permanentes. E, por isso, nesta minha experiência, acho que a maioria absoluta tem esse lado do confortável, mas tem esse lado do anti - natura, que a democracia traz por si mesma, que é não haver maiorias absolutas. Todos podermos participar com a nossa taxa.

Eu acho que a população em Portugal, ainda está numa fase em que acha novidade as mulheres, na governação, por um lado. E, por outro lado, tem o imaginário de confiança ou confiabilidade às mulheres. Que pode muitas vezes, não corresponder à realidade. Mas passam este imaginário das mulheres, que passam uma imagem confiável para determinadas ações do cuidar, do tomar conta, do representar. E parece-me muito que a este nível, do Local, da Freguesia, essa relação é muito personalizada, porque as pessoas vêm procurar-nos muito para nos falar de muitas intimidades das suas vidas, da partilha das suas vidas. E não o fariam, com tanta facilidade se fosse um homem e por razões nitidamente culturais.

(...)

Há uma dimensão cultural nesta representação das mulheres. Não digo que não é alheio esta fantasia da maternidade, desta religiosidade à volta da mulher, mas sinto muito isso, que é a confiabilidade que nos aproxima.

(...)

Acho que há uma dimensão importantíssima neste trabalho que é o gosto pela comunicação com as pessoas, essa é uma marca muito importante para a confiabilidade. E para que as pessoas sintam, que mesmo não conseguindo ter aquilo que precisam através do contacto com sua presidente conseguiram uma coisa diferente, que foi uma relação. Que é uma coisa que as pessoas não estão muito habituadas a ter em política e a conservar.

A relação, acho que é hoje um dado, da grande modernidade neste relacionamento autárquico, porque ele incorpora muito a dimensão da grande humanização e desenvolvimento humano, que é fundamental.

(...)

As pessoas têm de ter a garantia de que podem vir, que serão bem tratadas, ouvidas e sobretudo orientadas para o princípio da verdade das coisas. Não se fazem milagres, fazem-se passos que são conducentes para aquela ambição que a pessoa tinha quando nos procurou.

AA - **São pouco mais de 40 anos democráticos em PT. Acha que ainda há muito para se fazer no que toca à paridade política no país?**

MJ - Ainda há muito para se fazer.

Porque nós temos uma paridade formal, que é a paridade da lei. Há o aconselhamento e um grande acompanhamento que todos os partidos fazem da paridade da lei, mas o mais importante não seria a paridade da lei, seria a paridade do relacionamento dos homens e das mulheres numa sociedade que é igual para todos, que lhes é comum. E neste compromisso que é o bem-estar do povo. Enquanto precisarmos de lei para fazer a correção das disparidades humanas, desta segmentação. Porque a lei só traduz a incapacidade de as sociedades se organizarem, portanto, é um corretor, vai sempre corrigindo, vai sempre gerindo os equilíbrios que a lei impõe. Não os equilíbrios, que do ponto de vista dos grupos, das próprias comunidades que deviam brotar naturalmente. Mas nunca poderemos esquecer que vivemos em sociedade muito marcada, ainda, no poder político, até também no poder empresarial (...) como se viu agora o exemplo da SONAE. Quem é que tem mais aptidões? É a mana. Quem é que está em melhores condições? É a outra senhora. Portanto, isto é um dado da maturidade, reconhecer quem tem melhor condições para assumir os cargos é um dado da maturidade da civilização.

Se nós reforçarmos muito a visão do homem, o poder que o homem sempre teve, do desempenho que o homem sempre teve, bom se nós tivermos muitas dificuldades em desbravar isso, em desmontar isso, estamos muito longe. E vamos ter Lei para muito anos. Claro que a lei entrou em quase todos os países que têm esta situação assumida como não natural, vamos para os nórdicos, eles começaram por aí com taxas até mais altas, não nos 33 mas agora aos 50%. Portugal está a fazer um esforço para os 50% nas linhas

empresariais. Agora o que acontece, voltamos sempre um bocadinho à velha carga, o mundo não sendo simétrico, é completamente assimétrico do ponto de vista do relacionamento humano. Hoje, sentimos que estamos no princípio do século, com uma enorme expectativa, para o caminho para a igualdade e sentimos que há pequenos fenómenos com grande dimensão humana que, neste momento, nos obrigam a pensar, a parar e tentar entender o que se está a passar. Quando os homens continuam a matar as mulheres de qualquer maneira, por qualquer razão, em nome de qualquer convicção, é uma sociedade que nem há lei que barre isto.

Estamos muito longe. A paridade também é isso, é o respeito uns pelos outros. É o eu ser capaz de aceitar a relação com o outro e o fim dela. Não é apenas dizer, "eu não aceito e

vou liquidar.". Esta relação da violência de uns contra os outros, também se transpõe para a vida política. E a vida política quando precisa de uma lei para afirmar a paridade entre homem e mulher, também diz alguma coisa à violência, vem dizer:

"Eu preciso de uma lei para não continuar a violentar as mulheres em Portugal que querem fazer caminho político." São muitos bloqueios. Nem todos são de leitura imediatista. Não há bandeiras nas entradas das nossas freguesias "Aqui as mulheres tal…".Por exemplo, aqui nesta Junta, as mulheres, sempre estiveram a 50%. As listas foram sempre a 50%. Desde a 1ª hora.

(...)

Mas é um esforço que a juventude, rapazes e raparigas, precisam de interiorizar, com uma dimensão absoluta da felicidade deles. Se na vida e nos relacionamentos não houver esta paridade, o respeito pelas capacidades, pelas competências, a oportunidade de estarmos todos em pé de igualdade, as coisas não nos vão correr bem.

(...)

Muitas vezes o caminho da igualdade parece ser um caminho muito abstrato, então vamos pontuar a igualdade na oportunidade no mercado de emprego, na promoção, no acesso a uma carreira, nos lugares de chefia e por aí fora. Esta igualdade nesta oportunidade.

AA - **Quais acha que são os obstáculos que tem uma mulher na política que não tem um homem?**

MJ - Eu acho que, fundamentalmente, há uma dimensão cultural que ainda pesa e que é passada de pais para filhos, portanto, de mães para filhas.
Depois, eu reconheço, que pode haver uma imagem que se passa da política. Parecemos todos um bando de trauliteiros, mas na verdade, nós não somos todos iguais. E isso pode influenciar a forma como a comunicação social transmite a informação, trabalha a informação. Pode influenciar, decisivamente, pessoas que tendo uma excelente performance em determinado níveis do saber e da vontade e dizem: "Não, não. Se é assim eu não me quero lá metida.". Porque as mulheres também têm esta capacidade de selecionar, nem sempre as mulheres não estão na política porque são ostracizadas, ou porque são secundarizadas, eventualmente, muitas delas escolhem não estar. Preferem estar em lugares de outra natureza, de assessorias, de complemento de informação, da organização de trabalho, do que estar na frente da batalha, porque essa frente também lhes é desconfortável.

Depois poderemos até pensar que, em pé de igualdade, as mulheres poderiam sempre ser mais vitimizadas em termos das repercussões públicas, que os homens que estão há muitos anos neste terreno. E não são más pessoas, nem contra as mulheres, é-lhes, naturalmente, concedido pela sociedade em que vivem. Uma tolerância de uma determinada natureza, que nós iremos encontrar numa escassa expressão, juntos das mulheres. Portanto, as mulheres ainda vivem debaixo de estereótipos difíceis. Não acho que as mulheres que estão na política sejam mais corajosas daquelas que o não estão, acho que são pessoas diferentes, tiveram oportunidades diferentes, vieram de traçados geracionais diferentes, tiveram pais diferentes.

Eu tive o meu pai que me ajudou a crescer politicamente, contra a vontade da minha mãe, que gostaria que eu não tivesse crescido tanto daquela maneira. Portanto, há muita história dentro do caminho de cada um de nós. Não é só a vontade dos partidos políticos de irem buscar as mulheres, eu acho que há aqui um dedo da história de cada um de nós e da vontade que cada um de nós elegeu em determinado momento como compromisso de vida. Sempre estive na vida política, não estiveste tanto na vida partidária, como estou nos últimos 20 anos, mas reconheço que o meu relacionamento com a vida política, sendo a vida política, para mim, uma dimensão total da vida do país em que estou, germinou muito cedo na minha cabeça, pela forma como eu via o meu pai a discutir as coisas, mas também pela forma como a minha mãe nos passava outra imagem, do recato, do afastamento.

(...)

Mesmo com tudo, conseguimos casar, ter filhos, cuidar dos pais, cuidar dos sogros. Mas não somos, nem gente importante, nem gente significativa, somos pessoas que tivemos esta oportunidade.

Digamos que as mulheres que estão na política, foram mulheres que tiveram essa oportunidade, essa igualdade nos acessos, de chegarem lá, de estarem lá, de a discutirem, de dizerem: "olha eu esse caminho não gosto, quero fazer outro caminho.".

As mulheres na política também fazem isto, também escolhem os seus caminhos, não aceitam os caminhos que lhes põem à frente. Mas há este espírito que é muito cultural, da missão. A política como uma missão. E nas mulheres, há um contexto cultural de missão. Nos homens também há. Mas nas mulheres, parece ser mais de proximidade, tem mais a ver com a nossa estrutura humana, com a nossa história enquanto mulheres. Eventualmente, os homens tiveram de ser sempre mais guerreiros entre eles, porque o poder lhes estava todo na mão. Nós as mulheres, fomos fazendo muitos caminhos em comum, nos nossos silêncios, mas fomos trilhando muitos caminhos em comum. Organizamos muito o nosso querer comum. E, talvez por isso, as mulheres sejam muito exigentes na política, uma dimensão que muitas vezes as pessoas não conhecem. As mulheres dificilmente vendem gato por lebre. Têm o rigor. Que é também uma dimensão cultural desta vida em que as mulheres vivem, talvez porque, fizeram caminhos em que o rigor teve de acompanhar as suas escolhas. Costumamos dizer que, de um ponto de vista global, às mulheres nada é dado na palma da mão. Do ponto de vista da cultura, foi sempre muito dado, na palma da mão aos homens, mesmo que eles não quisessem. Portanto, numa dimensão cultural as coisas sejam a uns num formato e chega a outras noutro formato.

AA - **No que toca aos media, até que ponto existe paridade na abordagem da mulher autarca? Pode completar com a sua experiência.**

MJ - Eu não tenho essa perceção. Nem nos media, nem noutra coisa qualquer. Acho que há muitas coisas que colocam as mulheres numa situação mais pequena, menor, por uma pressão muito grande de um conjunto de circunstâncias que nos leva a esse espaço mais pequeno.

Eu não tenho sentido isso. Acho que os presidentes e as presidentes de Junta, não são quem enche as capas dos jornais. Não são os elementos da vida política que têm a maior importância para serem divulgados, porque eles contam histórias pequenas e só são responsáveis por histórias pequenas. E as histórias pequenas não fazem grande capa, não vendem, não produzem um grande impacto.

Claro que é verdade que se houver um crime associado a um Presidente de Junta, provavelmente vem na 1ª página, uma ou um P.J. Mas tirando essa dimensão um bocadinho publicitária da vida difícil e triste, nós não aparecemos regularmente em grandes informações, porque somos mesmo o poder mais pequeno no poder político. Não temos importância significativa para quem nos olha desse lado. Mas é um erro. Porque é o poder da população, é o poder do local. E no Local estamos nós. É um desprezo que traduz no fundo uma falta de inteligência na observação do poder Local, das circunstâncias do Local, da contribuição do Local para a resolução. Dos problemas da pobreza, da violência doméstica, dos maus tratos às crianças, da organização do território, da organização das acessibilidades, da relação do mundo, da escola, do combate ao absentismo escolar, de tudo o que significa a vida no Local. Em cada local se vive num formato próprio.

(...) Nós somos a 3ª maior freguesia de V. N. de Gaia. Pertencemos a um concelho que é o 3º maior concelho do país.

(...)

O trabalho no poder local de uma profundidade imensa e que nunca foi valorizado, nem é fácil de valorizar, porque o poder também tem essa estratificação, começa cá em baixo, vai subindo, até chegar ao Sr. Presidente da República, que também representa o povo na sua eleição, no seu compromisso. Portanto, acho que tem a ver com isso, há dimensões do poder, do tamanho do poder, onde a cultura não deixa de ter uma importância significativa, que faz com que a visibilidade seja maior ou menor. E depois também, depende muito, há Srs. jornalistas que são muito perspicazes, que vão atrás de uma história, e ao ir atrás de uma história descobrem 30 histórias e depois mantêm isso no seu score, se trabalharem numa empresa de jornal que seja muito disponível para fazer esse trabalho, naturalmente, terão uma possibilidade de chegar aos cantinhos do território. E aí encontram-nos lá.

(...)

Os jornais regionais vão tendo muito a preocupação de fazer o acompanhamento das coisas que vão correndo na freguesia. Que nos pedem até uma ligação: "Olhe mande a fotografia dos acontecimentos, mande até um comentário pelo telefone.".Porque se acautela à representação do local. Acautela-se com aquela notícia para as pessoas que vivem no local. Porque os jornais regionais são muito lidos pelas pessoas do local. Vivem da população do local, por isso, também tem a ver muito com esta dinâmica.

AA **- Na qualidade P.J. como é que encara a situação da mulher em Portugal?**

MJ - Eu acho que a situação da mulher na política em Portugal cada vez se aproxima mais da situação do homem.

Primeiro porque as mulheres que estão na política fizeram escolhas, ninguém vai parar à política por requisição militar, nem civil, portanto, quem está, está porque quer. Admito que há outras pessoas que gostassem de estar e não pudessem estar, por várias dimensões, porque a política se faz numa centralidade, que é Lisboa. Porque o país debita os seus melhores em Lisboa, neste sentido geral dos representantes. Porque eventualmente nem todas as mulheres estão nas fases da sua vida e poderão partir para Lisboa. Não é só por causa dos filhos, porque os filhos têm pai, e o pai pode ser tão competente ou mais que a mãe, para cuidar deles. Mas porque, às vezes, há outras dimensões. Há as dimensões, por ex., dos próprios pais, que aquela filha quer acompanhar, quer por doença ou por incapacidades várias. A natureza do exercício da profissão, que muitas mulheres têm, e que, para irem fazer política, por exemplo, para Assembleia da República para o Governo, têm de pôr em standby o seu exercício profissional. E para muitas mulheres isso pode corresponder ao fim do seu trabalho, porque o trabalho não espera que a pessoa volte.

Diferente é ser funcionário público, ter o seu lugar no Estado, ir e voltar.

(...)

Se eu for, corro o risco, que quando voltar não ter os meus clientes à minha espera. Diferente é trabalho no local e fazer política no local. Posso ser Presidente de Junta, Presidente da Câmara, posso ser Vereador. Isso é diferente. Há algumas incompatibilidades que precisam de ser redimidas, de acordo com o exercício da lei, mas é mais fácil para as pessoas. Mas nós quando falamos, hoje, na política, falamos muito daquela estratificação já de um nível superior.

A Assembleia da República, que é muito o âmago das ambições e que é muito a governação. Só se acontecer algo à minha vida, senão terei de cumprir o tempo de mandato, que são os 4 anos.

(...)

Eu não arredo, contudo, que do ponto de vista político, ainda possa haver, em determinado momento, em determinadas circunstâncias, pequenas manchas, alguns comportamentos que não sejam confortáveis, para as mulheres que gostassem de fazer política. Por outro lado, eu acho que as mulheres também olham sempre para as coisas de uma maneira engraçada que é, elas olham para o caminho e são autocríticas. Não digam que são todas autocríticas, mas são. Olham muitas vezes para o caminho e dizem: "Eu acho que não sou capaz, eu prefiro não ir agora porque não tenho disponibilidade para isto. Acho que ainda não chegou a minha hora de estar.". E, por vezes, observadas, são observadas como pessoas muito competentes, um bom braço direito, uma pessoa com energia para aquele trabalho.

Por isso as mulheres também se remetem muito a esse exercício de exclusão, de afastamento, a essa autocrítica, a esse grau de exigência, essa pureza no fundo, de atingir os seus grandes resultados. Nós, hoje, olhamos para a AR, e com facilidade, olhando para as fotos das mulheres que estão na AR, encontramos 2 grupos muito engraçados, encontramos as mulheres já com uma certa idade, com fruto de uma grande maturidade, mulheres muito sabedoras. E encontramos mulheres jovens que estão a fazer um caminho de grande capacidade intelectual, de grande reflexão. Encontramos estes 2 polos que parecem ser extremados, mas talvez não sejam, mas hoje não encontramos na AR gente francamente jovem, acabada de sair da faculdade, porque isso não pode. Também não interessa ao poder ter gente que vai iniciar caminho, porque é preciso ter alguma maturidade, ter alguma experiência da vida, do saber e desta relação com o país.

(...)

Acho que as mulheres hoje não correm para o exercício da vida política, não correm atrás da suposta glória do exercício político.Acredito mesmo nisto, acho que já passamos este período, um período pequeno, uma pequena euforia. Nós, hoje, percebemos, aliás, vê-se nos debates políticos, no parlamento europeu, nas próprias Câmara Municipais, p. e., percebemos que tem de haver experiência e maturidade.

Isso não quer dizer que têm de ser idosas, que têm de ter Cartões de Identidade carregados. Agora do que eu vejo, do contacto que eu tenho com as mulheres, elas fazem esse distanciamento.

(...)

AA – O escrutínio perante as mulheres é maior, não é?

MJ - Eu olho para o lado do escrutínio como o lado mais medíocre que temos na sociedade. E que é presente em quase tudo. Por isso é que ainda há muito para fazer. Nós iniciamos um caminho, há um caminho que está a iniciar. Agora, aprofundá-lo, as mulheres têm nisso, uma grande responsabilidade. Aprofundar o caminho. Saber, dele tirar o melhor partido. Pô-lo ao serviço, que as mulheres consideram que é o serviço da política para o país. Isso não tenho dúvida que vai acontecer. Mas cada povo também tem o seu ritmo e não vale a pena a gente acelerar ritmos. Estamos na Europa que tem o seu ritmo, nós temos de acompanhar o ritmo da Europa, mas na verdade nós vamos criando o nosso ritmo e em PT nós temos estado a criar o nosso ritmo. E acho que há cada vez mais mulheres a entrar em dimensão da vida política.

Esta da democracia local. é uma dimensão que tem acarretado mulheres para a dimensão política, quer para as Assembleias da Freguesia, quer para os executivos, quer para a Assembleia Municipal, para a vereação, para a própria organização camarária dos serviços.

(...)

É preciso iniciar o caminho da mudança, para que as pessoas tenham essa capacidade de dizer: "Não, ainda não está feito, mas já começou a dar os 1os toques." Porquê? Porque muitas vezes a população se coloca numa posição de dependência do poder político e fica à espera do que o poder político vai fazer. E os cidadãos são agentes interventivos.

(...)

AA - **Quais acha que são as vantagens em governar como mulher?**

MJ - Eu acho que vantagem não podemos dizer, porque seria completamente discriminatório.

Tudo que aponta para a vantagem ou desvantagem de género é muito uma dimensão cultural, de ambas as partes. Do lado dos autarcas e do lado dos eleitores. Às vezes são difíceis as comunicações geracionais, não é?. Eu acho que o caminho se está a fazer. Temos jovens autarcas, completamente capazes de levar a missão ao fim, de satisfazer as pessoas, mas acho que esta presença cultural que acompanha as nossas vidas em muitas dimensões pode ser a grande ameaça para atingir grandes resultados. Em todas as dimensões, as da igualdade, as do exercício político, o acesso dos cidadãos a tarefas de paridade. Hoje já dizemos com facilidade: "Porque é que o pai não dá de mamar? Porque é que o pai não muda a fralda?" ou seja, já há muita gente que se está a soltar deste formato muito estereotipado de dimensão cultural de que há tarefas que só são para uns e tarefas que são para outros. Na vida política, ainda poderemos estar nessa dimensão, da novidade, que é a chegada das mulheres à dimensão da política, desse lado do confiável, do "entende-me". Mas havemos de chegar ao patamar, não tenho dúvida, que será acessível com um ou com uma, porque o que importa é que está em jogo, aquela necessidade que a pessoa em concreto tem.

AA - **Esteve sempre ligada à ação social. Uma freguesia solidária e ao fim ao cabo igualitária, não é?**

MJ - Não tem como ser solidária e não igualitária. Eu acredito muito nessa dimensão, e os colegas e os serviços. Temos trabalhado muito nessa base.

(...)

Esta dimensão é muito da matriz socialista, do pensamento democrático.

(...)

Há aqui uma dimensão da consciência humana, que ou a tem ou não a tem.

(...)

A vida política, no fundo é isto, a responsabilidade pela vida dos outros.

AA - Obrigada.

MJ - Obrigada eu.

FIM

Apêndice 10: Entrevista a Fernanda Morais

Bragança, 5 maio 2019 – 15h
AA – Amália Afonso FM – Vereadora Fernanda Morais

AA - **A vereadora Fernanda é mãe, é esposa... Como é que consegue gerir o seu cargo político, que, certamente, lhe ocupa tanto tempo, com o lado particular, o lado familiar?**

FM - Como mãe, como mulher e como profissional, não é fácil.

Só abraçando um projeto político que seja também um projeto familiar. E quando ele é um projeto familiar, tudo se torna mais fácil, porque estamos todos envolvidos no mesmo desafio, na mesma missão. Quer o meu marido, quer o meu filho, são dois grandes aliados. Principalmente o meu marido. Há aquele ditado que diz que por detrás de um grande homem há sempre uma grande mulher, mas não haja dúvida, que detrás de uma grande mulher, há um grande homem. E, nós, só podemos ter sucesso se conseguirmos fazer o caminho a par, com os nossos companheiros. Mas, claro, que não é fácil, eles saem sempre um bocadinho penalizados. Este cargo, é um cargo que exige muita presença, porque nós entendemos, digo nós, porque é o nosso plano estratégico enquanto equipa, devemos ver este nosso trabalho como uma missão. E para que ele seja efetivo, tem de haver, de facto, uma grande proximidade com as pessoas e com os munícipes. E isso exige uma grande presença em variadíssimas situações.

(...)

AA - **Se ele fosse mais pequeno abraçaria este projeto?**

FM - Se ele fosse mais pequeno eu não abraçaria este projeto. Aliás, eu abracei o projeto, já com 50 anos, porque achei que era a idade do equilíbrio. E como meu filho já está na faculdade e quase a terminar, eu teria tempo para me dedicar a este projeto. Esta missão. Porque, de facto, ela é muito desgastante. E sabemos que na educação de um filho em tenra idade, o papel do pai e da mãe é importante, mas o papel da mãe - não diria felizmente ou infelizmente - é aquilo que é de forma natural. A mãe tem um papel sempre muito presente, muito mais presente do que o do pai. E, eu nunca abraçaria um desafio, até porque tive várias oportunidades para o fazer, embora tivesse passado por uma

experiência autárquica anterior, na Junta de Freguesia da Sé com o Doutor Paulo Xavier, mas, é uma dimensão menor e não era a tempo inteiro.

(...)

AA - **Com certeza a vereadora tem ideia que são apenas 32 as mulheres que presidem Câmaras Municipais no país. Eu diria que é um número reduzido. Concorda comigo?**

FM - Sim, eu concordo. Concordo plenamente. É um número reduzido, mas muitas vezes discute-se muito esse lado. Discute-se muito que é porque os homens políticos não quiseram que isso acontecesse. Muitas vezes em meu entender a sociedade também acho que não esta preparada para valorizar a mulher e o papel da mulher com dirigente. Ainda vê muito o lado maternal e o papel de mãe em primeiro lugar e acha que a mulher não consegue conciliar todos esses papéis, mas como eu digo, só com uma estrutura familiar muito organizada, muito forte, quer seja homem ou mulher, é que qualquer dirigente político consegue levar a bom porto a sua missão. Relativamente às mulheres, eu acho que, as mulheres, às vezes, também têm algum receio de dar um passo em frente e de assumirem um papel de destaque. Porque um papel de destaque pressupõe um maior escrutínio. A mulher, por norma, não lida muito bem com a não aceitação, e, emocionalmente, apesar de nos acharmos um bocadinho mais fortes que o homem, porque conseguimos gerir várias coisas ao mesmo tempo. Mas, emocionalmente acho que não estamos preparadas para esse facto, para a não aceitação por parte dos outros.

Esse é um caminho que ainda temos de fazer, mas é um caminho, que cada uma de nós, mulheres, tem de fazer individualmente e depois em grupo, mas nunca desistir. Nunca deixarmos de sermos nós. E se nós, mulheres políticas, colocarmos aquilo que de melhor a mulher tem, eu não tenho dúvida nenhuma que mais tarde ou mais cedo irão aparecer mais mulheres presidentes de Câmara e até mesmo nos Executivos. Dizer também, que no nosso executivo, elegemos 5 vereadores e 2 são mulheres. E ambas temos um papel importante. Claro que, a minha colega Olga, não está a tempo inteiro, não tem qualquer pelouro atribuído, mas está sempre muito presente. Eu até costumo dizer, que a nível de representação política, ela é a minha assessora.

E os nossos colegas homens, quer o Presidente, quer o Vice-Presidente, quer o vereador, valorizam muito o nosso papel e aquilo que, de facto, nós podemos aportar de diferente no contacto com os outros.

Isso é muito importante, motiva-nos. É um reconhecimento do nosso trabalho e nós sentimo-nos valorizadas e com vontade de chegar ao final dos 4 anos e quiçá poder continuar dependendo do próximo projeto.

AA - **São pouco mais de 40 anos democráticos no país. Ainda temos muito para se fazer, no que toca à paridade política?**

FM - Ainda temos muito que fazer. Temos um caminho a percorrer. Mas acho que esse caminho cabe muito mais às mulheres, do que aos homens. Porque eu acho que nós, mulheres, temos de assumir de uma vez por todas, que somos tão capazes quanto eles. Que temos de nos diferenciar pela qualidade do trabalho que fazemos e pela forma como fazemos. Isso traz, às poucas mulheres que estão no poder autárquico e no poder político, uma grande responsabilidade.

Fazer diferente. Fazer política de forma diferente.

(...)

Quando os projetos são de equipa, torna-se tudo muito mais fácil.

(...)

Eu deixaria mesmo o desafio aos políticos com responsabilidade ao nível da administração central, que tentassem realmente olhar para o Poder Local, para os bons exemplos e para as formas diferenciadas de fazer política e de estar no terreno. E como nós, com tão pouco, conseguimos fazer tanto e de forma honesta, até porque nós somos escrutinados e auditados a todo o momento. Olhassem para o Poder Local e aprendessem algo com os executivos municipais. Acho que nós conseguimos provar ao povo português que é possível fazer política de maneira diferente. Aos jovens também, porque esses são o futuro. Temos de trazer os jovens para a política e levar a que estes se questionem. Muitas vezes, a informação que as pessoas têm é muito pela televisão, e essa é muito fugaz, e muitas vezes é muito trabalhada. E lendo outro tipo de instrumentos de comunicação e, nomeadamente, jornais dos variadíssimos quadrantes políticos, porque nós sabemos que estão muito ligados a esses quadrantes políticos. E olhando para os vários quadrantes, para as várias propostas, para as várias análises, e questionamento do que se passa na sociedade, o que é nós queremos? E que futuro queremos?

E os jovens estando na posse desta informação e tendo uma capacidade reflexiva que eu acho que têm e temos jovens, de facto, muito capazes, eu acho que, futuramente, conseguiremos uma equipa e uma geração de jovens políticos diferentes.

(...)

Tudo começa na mudança em cada um de nós, como seres individuais.

AA - **…..**

FM - A mulher mesmo a esse nível é sempre muito escrutinada. A sua forma de vestir. Se aparece no mesmo dia, em diferentes eventos, com a mesma roupa, por exemplo. É terrível. Eu até mesmo aí, tento marcar um bocadinho a diferença. Eu no meu carro tenho sempre um fim de semana, em que tenho sempre as coisas de toilette. Tenho sempre um casaco diferente e uns sapatos diferentes. Agora, não deixarei de receber os meus munícipes e de fazer o meu trabalho com os meus técnicos, para ir a casa mudar de toilette. Isso não o faço. Não o vou fazer. Porque não foi para isso que as pessoas me elegeram.

(...)

Mas, de facto, nós somos escrutinadas. Até no facto de verbalizamos, por exemplo, gestualmente, com as mãos. A forma como cruzamos a perna. Portanto, somos escrutinadas de outro modo, sem dúvida. Muitas vezes, é preciso termos uma grande maturidade emocional, a meu ver, para conseguirmos contornar essas envolvências. Agora, voltando à paridade, às vezes, estas leis muito rígidas, não são facilitadoras. Acho que nós as mulheres devemos ocupar os 2os ou 3os lugares, ou aqueles que forem, de facto pelo nosso trabalho. Pelo mérito que vamos mostrando ao longo da vida. Mas se para chegarmos a esses lugares é necessária uma lei, acho que algo não estará bem e é preciso mudarmos um bocadinho, e isso tem de começar em cada um. Mas nós, mulheres, temos de facto responsabilidade para que a sociedade olhe para nós de maneira diferente.

AA - **Enquanto existir uma lei, nós já estamos por si só a dizer - Elas ainda precisam de uma lei para chegar lá. A sociedade precisa de mudar.**

FM - Sim, é verdade. Infelizmente.

AA - **Quais são os obstáculos que tem uma mulher na política, que não tem um homem?**

FM - Eu nestes dois anos que estou aqui, só vejo um obstáculo. É no posicionamento relativamente aos colaboradores que trabalham connosco na equipa. Eu tenho o Pelouro da Educação, da Cultura e da Ação Social, são 3 pelouros pesados. E, quando nós chegamos, porque nós estamos de passagem, os técnicos permanecem cá, e fazer com que os outros nos aceitem como dirigente máximo, exige de nós uma capacidade muito grande de darmos espaço a que os outros também nos conheçam. Irmos fazendo as mudanças que acharmos necessárias de forma gradual. Se eu cheguei aqui em 2017 e o projeto já estava em curso, porque o PSD é poder em Bragança há 20 anos, e não é por acaso que o é. E não é por acaso que a cidade está como está e tem a projeção que tem, porque há aqui um projeto de continuidade.

(...)

Quando eu cheguei aqui tive de conquistar todo um grupo de pessoas. E aí cabe-me a mim, não cabe a cada um dos colaboradores. Eu é que tinha de conquistar esse espaço e isso demora o seu tempo.

(...)

A minha estratégia foi fazer o ano, passar por tudo e não mudar, só pontualmente, uma ou outra situação e só depois, de ter o conhecimento profundo dos constrangimentos que existem na nossa ação, então aí, juntamente com as equipas que estão a organizar os eventos, culturalmente e na educação e socialmente, como mudar, o que fazer. Numa perspetiva de grande diálogo, daqueles que estão nos terrenos, que são os técnicos.

(...)

Só dizer que depois o relacionamento com os colaboradores foi muito, muito fácil.

(...)

AA - **Sente que, como mulher política, na sua experiência, não teve obstáculos?**

FM - Não. (...)

AA - **O município está bem afastado da governação central. No que toca aos media, na sua análise, até que ponto existe paridade na abordagem da mulher autarca, nos media?**

FM - Aquilo que eu sinto é que é um caminho que tem de se fazer. É um caminho gradual. Tem havido uma evolução a esse nível. Mas ainda se sente que os pelouros que são atribuídos às mulheres políticas, às vereadoras, é a educação, a cultura, a ação social.

(...)

Aquilo que sentimos é que a comunicação social ainda não se apercebeu que todas as áreas são importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, de um país, de um território, de uma região. Mas há 3 áreas fundamentais e se não houver sustentabilidade nestas áreas, não há sustentabilidade no resto. Principalmente a cultura e a educação que têm de andar de mãos dadas, tem de haver aqui um grande investimento, porque elas é que podem fazer a diferença. Nós não podemos ter medo de ter um povo informado, porque ao ter mais acesso à cultura, serão um povo mais crítico e nós não devemos ter medo disso. Devemos dar-lhes esses instrumentos.

(...)

Neste aspeto, acho que a comunicação social (como isto não vende ou vende muito pouco) não valoriza muito esse tipo de eventos. Aquilo que eu noto é que esses eventos na comunicação escrita, que são importantes, vêm em 3 ou 4 linhas. Isso ainda noto. Penso que aqui não tem a ver em ser homem ou mulher, tem a ver com a importância que a sociedade dá em geral a estas áreas.

(...)

AA - **Falando das vantagens, na sua perspetiva, em governar como mulher. Neste caso a título de vereadora.**

FM- Eu acho que há uma complementaridade. O homem e a mulher complementam-se.

Por exemplo, um executivo só de mulheres não funcionaria, assim como, um executivo só de homens. Nós somos geneticamente diferentes. Emocionalmente também somos diferentes. Leva-nos a fazer leituras, de um mesmo problema, diferentes. Mas que pode levar à resolução do problema de forma muito mais eficaz.

Se houver, dentro das equipas de trabalho, a capacidade de diálogo em conjunto.

Em Bragança, neste executivo existe, realmente, essa preocupação.

(...)

A mulher que assume o poder autárquico tem de ter, também, vereadores homens que a complementem, assim como, o presidente homem, tem de ter o lado feminino, as vereadoras, para haver, de facto, um equilíbrio. E só esse equilíbrio é que pode levar a bom porto a execução dos projetos, quer sejam projetos autárquicos, quer sejam outros projetos. Só na base da complementaridade.

AA - **Sim, sim. A verdade é que Portugal, Portugal e não só, governou-se anos e anos só com homens. Temos o exemplo da Maria de Lourdes Pintassilgo e não foi assim há tanto tempo. A 1ª ministra e única, até agora em Portugal. Algo aqui terá de mudar.**

FM - Eu acho que tendencialmente se continua a escolher o homem. Devido à variável da cultura. E aqui, acho que a escola e o seio familiar têm um papel fundamental, para começar-se, desde muito cedo, a valorizar-se as diferenças. A igualdade. A equidade. Mas também as diferenças.

AA - **Obrigada!**

FM - Obrigada!

FIM

Apêndice 11

Jornal Público – outubro 2017

OUT	1ª PÁGINA	POLÍTICA	LOCAL	SOCIEDADE
1	X	X	X	X
2	**Isaltino Morais** "Só Isaltino sobreviveu à extinção."	**Fernando Medina** **Rui Moreira** **Isaltino Morais** **Célia Pessegueiro** **"1ª mulher na C. M."** Madeira Destaques: **Luísa Salgueiro** **Inês de Medeiros** **NOTICIA**	X	X
3		"Este país autárquico continua a não ser para mulheres." **Inês de Medeiros** **Luísa Salgueiro** **Alda Correia** Castanheira de Pera **EDITORAL**	X	X
4		**Inês de Medeiros** "Conquistou p/ o PS pela 1ª vez a C.M.A." **NOTICIA**	X	X
5	X	X	X	X
6	X	**Fernando Medina** "F.M assume as suas funções" **NOTICIA**	X	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	X
9	X	X		X
10	X	X	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	X	X
13	X	X	X	X
14	X	X	X	X
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	X	X	X
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X

20	X	X	X	X
21	X	X	X	X
22	X	X	X	X
23	X	X	X	X
24	X	X	**Rui Moreira** "PSD não aceita fazer acordo com Rui M. na AM." **NOTICIA**	X
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X		X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 1

Apêndice 12

Jornal Público – novembro 2017

NOV	1ª PÁGINA	POLÍTICA	LOCAL	SOCIEDADE
1	X	X	X	X
2	X	X	**Fernando Medina** "Medina segura maioria na C.L. após acordo c/ BE." **NOTICIA**	X
3	X	X	**Eduardo Rodrigues** "A C. de Gaia quer aplicar taxa turística." **NOTICIA**	X
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X	X	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	**Ricardo Rio** "C.B. quer descer preço da água." **NOTICIA**
9	X	X	**X**	X
10	**Inês de Medeiros** "I.M. lamenta falta de apoio dos comunistas na Câmara" **Entrevista**	**Inês de Medeiros** "Propus pelouros a todas as forças" **Corpus da Entrevista**	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	X	X
13	X	X	X	X
14	X	X	X	X
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	**Rui Moreira** "Autarca do Porto diz-se alvo de "censura" e "veto político" **NOTICIA**	X	X
18	X	X	X	X

19	X	X	X	X
20	X	X	X	X
21	X	X	X	X
22	X	X	X	X
23	X	X	X	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	X	X	**Eduardo Rodrigues** "E.R. garante que é possível fazer investimento inteligente" **NOTICIA**	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X

Tabela 2

Apêndice 13

Jornal Público - dezembro 2017

DEZ	1ª PÁGINA	POLÍTICA	SOCIEDADE	LOCAL
1	X	X	X	**Rui Moreira** "PS propõe a Rui M. que compre o ex-colégio de Garrett" **NOTICIA**
2	X	X	X	X
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X	X	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	X
9	X	X	X	X
10	X	X	X	X
11	X	X	X	**Almeida Henriques** Viseu "Altar com 2000 anos desvenda nome de Viseu" **NOTICIA**
12	X	X	X	**Manuel Machado** Coimbra "Estragos das cheias do Mondego de 2016 continuam por reparar" **NOTICIA**
13	X	X	X	**Almeida Henriques** Viseu "Viseu agradece à tempestade Ana, que afetou captação em Ansião" **NOTICIA**
14	X	X	X	**Luísa Salgueiro** "Orçamento de Mat. Mais contido em 2018, ano em que o IMI volta a baixar" **NOTICIA**
15	X	X	X	**Rui Moreira**

				"Câmara do Porto discute apoios a associações de moradores" **NOTICIA**
16	X	X	X	**Aires Pereira** Póvoa de Varzim "Lipor já não vai construir novo aterro sanitário na P.V" **NOTICIA**
17	X	X	X	X
18	X	X	X	X
19	X	X	X	**Ricardo Rio** Braga "Município quer recuperar gestão do estacionamento em fevereiro" **NOTICIA** **Luísa Salgueiro** "Já é possível carregar rapidamente um carro elétrico em Matos." **NOTICIA**
20	X	X	X	**Rui Moreira** "Porto e Gaia estudam nova ponte no Douro" **NOTICIA** **Fernando Medina** "TC chumba taxa de proteção civil de Lisboa" **NOTICIA**
21	X	X	X	**Rui Moreira** "Presi. da TAP "devia explicar" regresso dos coos ao Sá Carneiro, diz Rui Moreira" **NOTICIA** **Manuel Machado** Coimbra

				"Comerciantes protestam contra situação na Baixa de Coimbra" **NOTICIA**
22	X	X	X	**Rui Moreira** "Câmara á parecer negativo à proposta para o Bairro da Tapada" **NOTICIA** **Walter Chicharro** Nazaré "Concluído 3º núcleo do Museu (Vivo) do Peixe Seco da Nazaré" **NOTICIA**
23	X	X	X	**Marco Martins** **Rui Moreira** **Eduardo Rodrigues** Gondomar "Área M. vai propor suspensão das portagens na CREP" **NOTICIA**
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X	X	**Paulo Cunha** Famalicão "Teatro Narciso Ferreira vai ressurgir como polo cultural" **NOTICIA**
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	**Lurdes Castanheira** Góis "Pinhal Interior terá de gerar "dinâmicas de atração novas" **NOTICIA**	**Rui Moreira** "Câmara do Porto vai classificar Teatro Sá da Bandeira" **NOTICIA**	X
31	X	X	X	X

Tabela 3

Apêndice 14

Jornal Público – janeiro 2018

JAN	1ª PÁGINA	POLÍTICA	LOCAL	SOCIEDADE
1	X	X	X	X
2	X	X	X	X
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5	X	X	X	**Paulo Cafôfo** Funchal "P.C. e vereadora arguidos no caso de queda de árvore". **NOTICIA**
6	X	X	X	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	X
9	X	X	X	X
10	X	X	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	**João Ataíde** Figueira da Foz "F.F. investe 2.5 milhões p/ requalificar núcleo histórico da cidade." **BREVE** **Domingos Bragança** Guimarães "C.M.G. quer interior da muralha aberta ao público até final ano" **NOTICIA**	X
13	X	X	X	X
14	X	X	X	
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	X	X	X
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X
20	X	X	X	X
21	X	X	X	X

22	X	X	X	X
23	X	X	X	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 4

Apêndice 15

Jornal Púbico – fevereiro 2018

FEV	1ª PÁGINA	POLÍTICA	SOCIEDADE	LOCAL
1	X	X	X	X
2			X	**Rui Moreira** "Posição da Câmara sobre projeto para São Bento será determinante para SRN" **NOTICIA**
3	X	X	X	**Eduardo Rodrigues** "Gaia vai lançar concurso de ideias para a cerâmica das Devesas" **NOTICIA**
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	**Inês de Medeiros** "CDU acusa Inês de Medeiros de reeditar bloco central" **BREVE**	X	**Ricardo Rio** Braga "Troço da variante para aliviar trânsito no Norte da Cidade pronto até ao fim do ano" **NOTICIA**
7	X	X	X	**Rui Moreira** "Moreira diz não ter razões para se preocupar com Estação de S. Bento" **NOTICIA**
8	X	X	X	X
9	X	X	X	**Paulo Cunha** Famalicão "Câmara investe 3.5 milhões para reavivar o mercado como ponto de encontro" **NOTICIA**
10	X	X	X	**Luísa Salgueiro** "Há acordo sobre transporte de passageiro na linha de Leixões." **NOTICIA**

				Raul Almeida Mira "No orçamento participativo de Mira, os animais ganharam aos incêndios" **NOTICIA**
11	X	X	X	X
12	X	**Emanuel Câmara** Porto Moniz **Paulo Cafôfo** Funchal "Emanuel C.: que é o homem que ganhou o PS –Madeira?" **NOTICIA**	X	X
13	X	X	X	X
14	X	X	X	X
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	X	X	**Eduardo Rodrigues** "AM chama região para pressionar Governo a descentralizar." **NOTICIA**
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X
20	X	X	X	**Rui Moreira** "Teatro Sá da Bandeira quer proteção do Porto de tradição" **NOTICIA** **Ricardo Rio** "Pais criticam falta de apoio da Câmara de Braga" **NOTICIA**
21	X	X	X	**Ricardo Rio** Braga "Parque de Exposições vai renascer com o intuito de ser Altice Arena do Norte"

				NOTICIA
22	X	X	X	X
23	X	X	X	**Rui Moreira** "Direitos adquiridos permitem prédio na escarpa do Porto" **NOTICIA** **Manuel Machado** Coimbra "Providência cautelar trava intervenção nos muros do Mondego" **NOTICIA**
24	X	**Carlos Silva** Albufeira "Morreu Carlos Silva, presidente da C. de Albufeira" **BREVE**	X	X
25	X	X	X	X
26		X	**Fernando Medina** "Câmara de Lx critica lentidão do Governo no acolhimento e na integração" **NOTICIA**	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X

Tabela 5

Apêndice 16

Jornal Público – março 2018

MAR	1ª PÁGINA	POLÍTICA	LOCAL	SOCIEDADE
1	X	X	X	X
2	X	X	X	X
3	X	X	**Rui Moreira** "Sociedade de Reabilitação Urbana aproxima-se do fim." **NOTICIA**	X
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X	X	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	X
9	X	X	**Rui Moreira** "Presi's de Junta sentem-se abandonados por R.M." **NOTICIA**	X
10	X	X	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	X	X
13	X	X	X	X
14	X	X	**Rui Moreira** "Os autarcas insistem na falta de apoio do município." **NOTICIA**	X
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	X	X	X
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X
20	**Fernando Medina Eduardo Rodrigues** "Áreas Metropolitanas e Governo fazem cimeira para descentralizar"	**Fernando Medina Eduardo Rodrigues** "1º encontro que reúne todos os autarcas de cada área metropolitana com Costa. NOTICIA	X	X

21	X	X	X	X
22	X	X	**Rui Moreira** "PS e PSD pedem reunião sobre chumbo da empresa de cultura" **NOTICIA**	X
23	X	X	**Rui Moreira** "Presi. C.P. continua indisponível p/ receber os autarcas**"** **NOTICIA**	X
24	X	X	**Rui Moreira** "Reunião extraordinária sobre cultura já não vai acontecer" **NOTICIA**	X
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 6

Apêndice 17

Jornal Público – abril 2018

ABR	1ª PÁGINA	POLÍTICA	LOCAL	SOCIEDADE
1	X	X	X	X
2	X	X	X	X
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5	X	X	**Rui Moreira** "Vereador do PSD recusou votar representante na Casa da Música" **NOTICIA**	X
6	X	X	**Rui Moreira** "BE quer respostas sobre os despejos no Porto" **NOTICIA**	X
7	X	X	**Eduardo Rodrigues** "Gaia quer elétricos a atravessar a Ponte Luiz." **NOTICIA**	X
8	X	X	X	X
9	X	X	X	X
10	X	X	**Ricardo Rio** Braga "R.R. foi porta-voz da 3ª Reunião de Concertação Intermunicipal do Norte." **NOTICIA**	X
11	X	X	X	X
12	**Fernando Medina** "CML fez pagamentos ilegais de 46 mil € a histórico do PS."	**Fernando Medina** "O presi. F.M. e o vereador Manuel S. poderão ser obrigados a repor montante."	X	X
13	X	X	X	X
14	X	X	**Rui Moreira** "Confirmada a proteção à	X

			confeitaria Cunha pela Câmara.” **NOTICIA**	
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	**Paulo Cafôfo** Funchal “Governo da Madeira queixa-se de Costa ao Presi. da República” **NOTICIA**	**Ricardo Rio** “Câmara admite necessidade de reabilitação do Estádio.” **BREVE**	X
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X
20	X	X	X	X
21	X	X	X	X
22	X	X	X	X
23	X	X	X	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X	**Domingos Bragança** Guimarães “Câmara de Guimarães quer Teatro Jordão reaberto em 2020” **BREVE**	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 7

Apêndice 18

Jornal de Notícias – outubro 2017

OUT	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL	SECÇÃO 1º PLANO
1		AUTÁRQUICAS	X	X	
2	**Rui Moreira (1) – 44.46%** **Fernando Medina (1)** **Luísa Salgueiro (1)** **Isaltino Morais (1)**		X	X	X
3	X	X	X	X	X
4	"Os autarcas do PS e PSD que esmagaram a concorrência."	X	X	X	**Vítor Paulo Pereira** (1) Paredes de Coura – 76,58% **José Brito** (1) Pampilhosa da Serra
5		**Luísa Salgueiro (2)** **Inês de Medeiros (1)** "Costa trava acordos com municípios" **NOTICIA**	X	X	X
6	X	**Inês de Medeiros (2)** "Tem em Almada das negociações mais difíceis para gerir Câmara." **NOTICIA**	X	X	X
7	X	X	X	X	X
8	X	X	X	X	X
9	X	X	**Silva Tiago (1)** eleito presidente na Maia. "Eleições geram polémica" **NOTÍCIA**	X	X
10	X	X	X	X	X
11	X	X	**Luísa Salgueiro** "Luísa S. anda a sondar possíveis parceiros" **NOTICIA**	X	X
12	X	X	**Eduardo R.** "Os socialistas elegeram p/ presi. Do CMP"	**Victor Salgado** Vizela "Assina acordo c/ PSD/CDS"	X

			NOTICIA	**NOTICIA**	
13	X	X	X	X	X
14	X	X	X	**Antonino Sousa** Penafiel "A.S. toma posse como P.C." **BREVE**	X
15	AUTÁRQUICAS "Em 308 municípios só 32 têm mulheres na presidência"	X	X	DESTAQUE "Apesar de serem + 9 do que em 2013, refletem 10.4% do total". **Inês de Medeiros** Almada Margarida Belém Arouca **Júlia Rod.** Mirandela **NOTICIA**	X
16	X	"Sem oposição no executivo" Maioria **Victor Pereira** Paredes Coura **José Dias** Pampilhosa Serra **Fernando Q.** Boticas **José Garcês** São Vicente **NOTICIA**	X	X	
17	X	X	X	X	
18	X	X	**Margarida Belém** Arouca "Possível vice-presidente metropolitana" **NOTICIA**	X	
19	X	X	**Eduardo R.** "Anunciou a criação do Go-on-invest" **NOTICIA** **Luísa Salgueiro** "Acerta acordo c/ CDU" **NOTICIA**	X	
20	X	X	X	X	

21	X	X	"Posse nas Autarquias: **José Pinheiro** **José Serqueira** **Aires Pereira**"	X
22	X	X	**Luísa Salgueiro** "Promete ambição, excelência e ousadia." **NOTICIA**	**Salgado Malheiro** Ovar "Autarca promete exigir investimento do Governo." **NOTICIA**
23	X	X	**Elisa Ferraz** Vila do Conde "A presi. toma posse" **NOTICIA**	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	**Rui Moreira** "Apela contra turismofobia"	X	**Rui Moreira** "Recusa turismofobia" **NOTICIA**	**Nuno Fonseca** Felgueiras "Felgueirenses são prioridade" **NOTICIA**
27	X	X	**Silva Tiago** Maia "Quer concelho nos lugares cimeiros" **NOTICIA**	**José Maria Costa** Viana do Castelo "Autarca reconduzido na liderança" **NOTICIA**
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	**Miguel Costa Gomes** Barcelos "Queria 5 vereadores a tempo inteiro" **BREVE**

Tabela 8

Apêndice 19

Jornal de Notícias – novembro 2017

NOV	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL
1	X	X	**Alexandre Almeida** Paredes "A.A contrapõe a polémica gerada pelo pagamento dos livros escolares no município" **NOTICIA** **Jorge Sequeira** S. J. Madeira "Autarca diz que Câmara pode ter de pagar indeminizações" **BREVE**	**Ricardo Rio** "Foi reeleito presi. Da Comunidade Internacional do Cávado." **NOTICIA**
2	X	X	**Aires Pereira** Póvoa de Varzim "O presi. Aires P. ofereceu funções aos 2 vereadores da oposição." **NOTICIA**	X
3	X	X	X	**Domingos Bragança** Guimarães **BREVE** **Fernando Medina** Lisboa "Ricardo Robles e Fernando M. selam acordo político para a governação." **NOTICIA**
4	X	Inês de Medeiros "Almada: do CDU ao Bloco Central." **NOTICIA**	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X	X	X
7	X	X	**Luísa Salgueiro** "Foram assinados contratos c/ 12 Câmaras" **NOTICIA**	X
8	X	X	X	**Basílio Horta** Sintra "Câmara avança processo para despejo ilegal de entulhos" **BREVE**

9	X	X	X	X
10	X	X	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	X	**Orlando Alves** Montalegre "Autarca apresentou queixa por difamação." **BREVE**
13	X	X	X	X
14	X	X	X	X
15	X	X	X	X
16	X	X	**Rui Moreira** "Recusa por parte da DGPC cedência do Museu Nacional S.R. no Porto para apresentar livro." **NOTICIA**	X
17	X	X	X	X
18	X	X	**Marco Martins** Gondomar "IMI subirá mas favorece famílias numerosas" **NOTICIA**	X
19	X	X	X	X
20	X	X	X	X
21	X	X	X	X
22	X	X	**Rui Moreira** "RM participa na iniciativa da autarquia" NOTICIA	X
23	X	X	X	**Hernâni Dias** "Município quer dar alternativa às urbes" **BREVE**
24	X	X	X	X
25	X	X	**Elisa Ferraz** Vila do Conde "PS e PSD unidos contra Elisa F." **NOTICIA**	X
26	X	X	X	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 9

Apêndice 20

Jornal de Notícias – dezembro 2017

DEZ	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL
1	X	X	X	X
2	X	X	X	X
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X	X	X
7	X	X	**Pinto Moreira** Espinho "Permuta p/ novo quartel dos bombeiros" **BREVE**	X
8	X	X	**Luísa Salgueiro** "Candidata promove novo ciclo" **NOTICIA**	X
9	X	**X**	X	X
10	X	**Rui Moreira** Entrevista	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	X	X
13	X	X	**Rui Moreira** NOTICIA	X
14	X	X	X	X
15	X	X	**Alexandre Almeida** "Denuncia má liderança que recebeu e diz, por isso, que não pode baixar IMI" **NOTICIA**	X
16	X	X	X	X
17	X	X	X	X
18	X	X	X	**Hernâni Dias** Bragança **BREVE**
19	X	X	X	X
20	X	X	**Rui Moreira** "A C.P estima pagar 5.7 milhões em indeminização aos comerciantes do Bolhão" **BREVE**	X
21	X	X	X	X
22	X	X	X	X

23	X	X	X	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 10

Apêndice 21

Jornal de Notícias-janeiro 2018

JAN	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL
1	Não tem jornal	Não tem jornal	Não tem jornal	Não tem jornal
2	X	X	X	X
3	X	X	X	**Fernando Caçoilo** "Câmara suspende serviço de transporte público" **BREVE**
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X	**Rui Moreira** "Câmara pretende acabar com os lugares privativos" **NOTICIA** **Eduardo R.** "Centro histórico e Carv. vão ter escadas rolantes" **BREVE**	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	X
9	X	X	X	X
10	X	X	**Rui Moreira** "Aberta a porta a novas "ilhas" de parcómetros" **NOTICIA**	**Júlia Rodrigues** "Autarca critica administração da Resíduos do Nordeste" **BREVE**
11	X	**Fernando Medina** **Eduardo Rodri.** "Lisboa e Porto recusam tratar só de burocracias" **NOTICIA**	**Marco Martins** Gondomar "Autarca promete 100 militantes para cada ano." **BREVE** **Aires Pereira** Póvoa de Varzim "11.4 milhões para gastar até 2020" **BREVE**	X
12	X	X	X	X
13	X	X	**Rui Moreira** "BE chama R.M ao parlamento" **NOTICIA**	X
14	X	X	X	X
15	X	X	X	X

16	X	X	X	X
17	X	X	X	**Benjamim** Macedo de Cavaleiros "Câmara quer cursos profissionais" **BREVE**
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X
20	X	X	X	X
21	X	X	X	X
22	X	X	X	X
23	X	X	**Eduardo Rodrigues** "Autarca de Gaia defende mandatos de 5 ou 6 anos" **NOTICIA**	X
24			**Rui Moreira** "Câmara pode e deve classificar imóveis" **NOTICIA**	**Armindo Jacinto** "Câmara comete crime ambiental" **BREVE**
25	X	X	**Aires Pereira** "Câmara vai fazer obras na bancada nascente do Estádio." **BREVE**	X
26	X	X	X	**Rui Santos** Vila Real "Autarca exige conhecer inquérito a fogo no túnel" **NOTICIA** **Fernando Medina** "A C.M.L. contratou serviços de um fotografo profissional para acompanhar o presidente da Autarquia, F. M., por 72 mil €" **BREVE**
27	X	X	**Eduardo Rodrigues** "AMP critica catadupa as leis impossíveis" **NOTICIA** **Aires Pereira** Póvoa de Varzim "Faturas da água estão a chegar atrasadas" **BREVE**	
28				**Domingos Bragança**

				"Circular Urbana vai cercar toda a cidade" **BREVE**
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	**Rui Moreira** "R.M. no Parlamento a 8 fev." **BREVE** **Silva Tiago** Maia "Câmara lança "Almoço Saudável"". **BREVE**	**António Vilela** Vila Verde "Autarca diz que não cometeu ilegalidade" **BREVE**

Tabela 11

Apêndice 22

Jornal de Notícias- fevereiro 2018

FEV	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL
1	X	X	X	X
2	X	X	**Eduardo Rodr.** "Auditoria às contas da Gaiurb e da empresa das águas" **BREVE** **Ribau Esteves** Aveiro "Câmara está a acompanhar o caso da lixeira" **BREVE**	X
3	X	X	X	X
4	X	X	**Joaquim Jorge** Oliveira de Azeméis "Cartão para estacionar no Centro" **BREVE**	**Ricardo Rio** **"**Ligações entre Fossos e Arcada N. este mês." **BREVE**
5	X	X	X	X
6	X	X	X	X
7	X	X	X	X
8	X	X	X	X
9	X	X	**Rui Moreira** "Reabilitar as ilhas do Porto custa 32 milhões de euros" **NOTICIA**	**Luís Fernandes** Vinhais "Produtores de fumeiro à espera de enchente" **BREVE** **Avelino Silva** Póvoa de Lanhoso "Têxtil do grupo Valérias cria 100 postos de trabalho" **BREVE**
10	X	X	X	X
11	X	X	X	**Luís Fernandes** Vinhais "Feira do Fumeiro bate recordes" **BREVE**
12	X	X	**Pinto Moreira** Espinho	**Luís Fernandes** Vinhais

			"Passagem de nível em Silvalde vai ser suprimida" **BREVE**	"Inspeção das Finanças ao fumeiro" **NOTICIA**
13	X	X	**Joaquim Jorge** Oliveira de Azemeis **BREVE**	X
14	X	X	X	**Gonçalo Rocha** Castelo de Paiva "Químico vai apagar combustão das minas" **BREVE**
15		**Inês de Medeiros** "Autarca ataca CDU por aluguer de casa" **BREVE**	**Eduardo Rodrigues** "Capital Europeia da Juventude em 2022" **BREVE**	**Nuno Vaz** Chaves "Câmara promete não aprovar grandes obras sem ouvir as críticas e sugestões da população" **NOTICIA**
16	X	X	**Silva Tiago** Maia **José Ribeiro** Valongo **Marco Martins** Gondomar "Obras sem data para começar na A4" **NOTICIA**	X
17	X	X	**José Ribeiro** Valongo "Autarquia retribui bolsas de estudo a 40 universitários" **BREVE** **NUNO VAZ** Chaves "O presi. da C.C. anunciou ontem a resolução "em tempo recorde" e "definitiva" do problema de água" **BREVE** **Berta Nunes** Alfandega da Fé "Transporte a pedido para solucionar mobilidade" **BREVE**	X
18	X	X	X	X
19	X	X	**Marco Martins** Gondomar	**Cristina Vieira** Marco de Canaveses

			“Presi C. M. Marco M. garantiu que “está prevista a construção de uma rotunda” junto à escola” **NOTICIA**	“Apelo para repatriar operário acidentado” **BREVE** **Domingos Bragança** **Guimarães** “Câmara quer comprar terreno na Penha para reflorestá-lo” **BREVE**
20	X	X	X	X
21	X	**Fernando Medina** Lisboa **Eduardo Rodrigues** Gaia “Autarcas querem gerir bairros do Estado” **NOTICIA**	**Luísa Salgueiro** “Leixões vai ter obras de 5 milhões.” **NOTICIA**	X
22	X	X	X	X
23	X	X	**Marco Martins** Gondomar “Negócio da lampreia cresce no rio e à mesa” **NOTICIA**	**Domingos Bragança** Guimarães “Águas do Norte desloca 100 trabalhadores” **NOTICIA**
24	X	X	X	**Carlos Silva e Sousa** Albufeira “Autarca morre de ataque cardíaco” **BREVE**
25	X	X	X	X
26	X	X	X	X
27	X	X	X	X
28	X	X	**Elisa Ferraz** Vila do Conde “Travar aumento na conta da água” **NOTICIA**	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 12

Apêndice 23

Jornal de Notícias – março 2018

MAR	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL
1	X	X	X	X
2	X	X	**Aires Pereira** Póvoa Varzim "Negocio de milhões envolto em polémica" **NOTICIA** **José Ribeiro** Valongo "Recolha porta a porta em 3 freguesias" **BREVE** **Rui Moreira** "Câmara anuncia fim do impasse para renovar liceu" **NOTICIA** "Tribunal chumba acordo com SRU" **NOTICIA x2**	X
3	X	X	X	**Ricardo Rio** "Novo troço da variante do Cávado alivia trânsito" **NOTICIA**
4	X	X	**Rui Moreira** "CDU exige intervenção urgente no bairro da Arrábida" **NOTICIA** **António Silva** Maia "Camara vai investir este ano 6 milhões € em empreendimentos sociais." **BREVE**	X
5	X	X	X	X
6	X	X	**Eduardo Rodr.** "Nova praça vai ficar pronta até ao S. João." **NOTICIA** **Marco Martins** Maia	**Ricardo Rio** "Chumbado projeto p/ sede da Cruz Vermelha" **NOTICIA**

			"IMI será agravado para quem não limpar terrenos." **NOTICIA**	
7	X	X	X	**Hernâni Dias** Bragança "Câmara salva contas dos bombeiros" **BREVE**
8	X	X	**Jorge Sequeira** S. João da Madeira "PSP aperta fiscalização aos parcómetros na cidade." **NOTICIA** **Aires Pereira** Póvoa Varzim "O presi. Aires e o vereador do PS, Miguel F., foram visitar ontem a unidade de talassoterapia da Nazaré" **BREVE**	X
9	X	X		X
10	X	X	X	X
11	X	X	**Alexandre Almeida** Paredes "Avenida da República volta a ter 2 sentidos" **NOTICIA**	X
12	X	X	X	X
13	X	x	X	**Ricardo Rio** Braga "Câmara assume o controlo do pagamento dos parcómetros" **NOTICIA**
14	X	X	**Pinto Moreira** Espinho "Estacionamento provoca moção de censura" **BREVE**	X
15	X	X	X	X
16	X	X	**Rui Moreira** "Autarcas só reúnem se for com Rui Moreira" **NOTICIA**	X
17	X	X	X	X
18	X	X	**José Ribeiro** Valongo "Trilhos para fazer também de noite"	**Ribau Esteves** Aveiro

			NOTICIA	"Projeto Superficial da Avenida desagradou" **BREVE** Margarida Belém Arouca "Câmara solidária com comandantes do quadro de honra" **NOTICIA**
19	X	X	**Alexandre Almeida** Paredes "Água e saneamento renegociados" **NOTICIA**	X
20	X	X	X	X
21	X	X	X	X
22	X	X	**Rui Moreira** "Críticas a Moreira por salários em atraso na Junta" **NOTICIA**	X
23	X	X	X	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X
26	X	X	Luísa Salgueiro "Cruzeiros vão trazer mais 20% de passageiros." **NOTICIA**	X
27	X	X	X	X
28	X	X	X	X
29	X	X	X	X
30	X	X	X	X
31	X	X	X	X

Tabela 13

Apêndice 24

Jornal de Notícias – abril 2018

ABR	1ª PÁGINA	NACIONAL	PORTO	NORTE-SUL
1	X	X	X	X
2	X	X	**Elisa Ferraz** Vila do Conde "Gestão de Elisa Ferraz criticada com humor na Queima de Judas" **NOTICIA**	
3	X	X	**Aires Pereira** Póvoa de Varzim "Talassoterapia em avaliação" **BREVE**	**Victor Salgado** Vizela "Câmara quer balneário termal aberto em junho" **NOTÍCIA**
4	X	X	X	X
5	X	X	**Rui Moreira** Porto "Propostas para novas competências das metas já este mês" **BREVE**	X
6	X	X	X	**Miguel Costa G.** Barcelos "vendedores em guerra contra corte na feira" **NOTICIA**
7	X	X	X	X
8	**Eduardo V. Rodrigues** (entrevista) V.N. Gaia "Câmaras vão ganhar músculo para lutar com o poder central"	**Entrevista de Eduardo** "Descentralização é salto de risco para autarcas" **Entrevista**	X	X
9	"Autarcas querem para si o poder de regular o AL"	Autarcas referidos e que falam: **Rui Moreira** - Porto **Eduardo** - Gaia **Ribau Esteves** - Aveiro	X	**José Eduardo Ferreira** Moimenta da Beira "Luis pediu e autarca vai fazer skate park" **NOTICIA**

		Ricardo Rio - Braga "Autarcas querem poder regular o AL" **NOTICIA**		
10	X	X	X	X
11	X	X	X	X
12	X	X	**Rui Moreira** "Moreira revela as "melhores contas do Milénio" **NOTICIA** **Marco Martins** Gondomar "Passivo ultrapassa os limites legais" **NOTICIA** **José Ribeiro** Valongo "Segundo ano abaixo do limite da dívida e no "bom caminho"" **BREVE** **Aires Pereira** Póvoa de Varzim "Aprovadas as contas com abstenção dos socialistas" **BREVE**	X
13	X	X	X	X
14	X	X	X	X
15	X	X	X	X
16	X	X	X	X
17	X	X	X	X
18	X	X	X	X
19	X	X	X	X
20	X	X	X	X
21	X	X	**Luísa Salgueiro** "Abandono precoce da escola – Ensino em Matosinhos." **NOTICIA**	
22	X	X	X	X
23	X	X	**Pinto Moreira- Espinho** "Investimento para recuperar Castro de Ovil" **BREVE**	X
24	X	X	X	X
25	X	X	X	X

26	x	x	x	x
27	x	x	x	x
28	X	X	X	X
29	x	x	x	x
30	x	x	x	x

Tabela 14

Apêndice 24

MULHERES PRESIDENTES CÂMARA M. – ELEITAS 2017	**Partido / Listas**	**Zona**
Maria Teresa Belém Correia	MIAP	Aveiro – Anadia
Margarida Maria de Sousa Belém	PS	Aveiro – Arouca
Berta Ferreira Milheiro Nunes	PS	Bragança – Alfandega Fé
Maria do Céu Quintas	PSD	Bragança – Freixo E. Cinta
Júlia Maria de Almeida Rodrigues	PS	Bragança – Mirandela
Maria Helena Rosa Gomes de Oliveira	PSD	Coimbra – Cantanhede
Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira	PS	Coimbra – Góis
Sílvia Cristina Tirapicos Pinto	PCP	Évora – Arraiolos
Hortênsia dos Anjos Chegado Menino	PCP	Évora–Montemor o Novo
Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara	PS	Évora – Mourão
Maria Joaquina Baptista Quitans de Matos	PS	Faro - Lagos
Isilda Maria Prazeres dos Santos	PS	Faro – Portimão
Rosa Cristina Gonçalves	PCP	Faro – Silves
Maria da Conceição Cipriano Cabrita	PSD	Faro-Vila Real S. António
Célia Margarida Gomes Marques	PSD	Leiria - Alvaiázere
Alda Maria das Neves Delgado Correia	PSD	Leira–Castanheira Pêra
Cidália Maria de Oliveira Rosa	PS	Leiria – Marinha Grande
Carla Maria Nunes Tavares	PS	Lisboa – Amadora
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	PSD	Portalegre – Arronches
Maria Idalina Alves Trindade	PS	Portalegre – Nisa
Maria Adelaide Franco	CLIP	Portalegre - Portalegre
Cristina Lasalete Cardoso Vieira	PS	Porto – Marco Canavezes
Luísa Maria Neves Salgueiro	PS	Porto – Matosinhos
Maria Elisa Ferraz	NAU	Porto – Vila do Conde
Maria do Céu Oliveira	PS	Santarém – Abrantes
Fernanda Maria Pereira	PS	Santarém – Alcanena
Isaura Maria Elias Morais	PSD. CDS-PP	Santarém – Rio Maior
Anabela Gaspar de Freitas	PS	Santarém – Tomar
Inês de Saint – Maurice de Medeiros	PS	Setúbal – Almada
Maria das Dores Marques Meira	PCP	Setúbal – Setúbal
Cristina de Fátima Silva	PS	Açores – Lagoa
Célia Maria da Silva	PS	Madeira – Ponta do Sol

Tabela 15 "As 32 Presidentes eleitas em 2017"

Informação recolhida https://www.eleicoes.mai.gov.pt/candidatos.html.

Ministério da Administração Interna: Administração Eleitoral – Eleições Autárquicas 2017 Resultados

"FIM – o que resta é sempre o princípio feliz de alguma coisa."

Agustina Bessa – Luís